



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - PPGCP
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**ALIENAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE SOBRE
DETERMINANTES DAS ABSTENÇÕES, VOTOS BRANCOS E VOTOS NULOS
NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 – 2009.**

ACRÍSIO PEREIRA VICTORINO

Belém – Pará

2018

ACRÍSIO PEREIRA VICTORINO

**ALIENAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE SOBRE
DETERMINANTES DAS ABSTENÇÕES, VOTOS BRANCOS E VOTOS NULOS
NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 – 2009.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará em cumprimento ao requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Instituições Políticas e Políticas Públicas

Orientador: Dr. Carlos Augusto da Silva Souza.

Belém – Pará

2018

ACRÍSIO PEREIRA VICTORINO

**ALIENAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE SOBRE
DETERMINANTES DAS ABSTENÇÕES, VOTOS BRANCOS E VOTOS NULOS
NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 – 2009.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará em cumprimento ao requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Instituições Políticas e Políticas Públicas

Orientador: Dr. Carlos Augusto da Silva Souza.

Dissertação defendida e aprovada em 19 de Fevereiro de 2018.

Banca Examinadora

Prof^o. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza (Orientador) – PPGCP/UFPA.

Prof^a. Dra. Eugênia Rosa Cabral (Examinadora Interna) – PPGCP/UFPA.

Prof^o. Dr. Rafael da Silva (Examinador Externo) – PPGCS/UEM.

Prof^a. Dra. Maria Dolores da Silva (Suplente) – PPGCP/UFPA.

Belém – Pará

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

V646a Victorino, Acrisio Pereira

ALIENAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE SOBRE DETERMINANTES DAS ABSTENÇÕES, VOTOS BRANCOS E VOTOS NULOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 –2009 / Acrisio Pereira Victorino. — 2018

120 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza

1. eleições. 2. abstenções. 3. votos brancos. 4. votos nulos. I. Souza, Carlos Augusto da Silva , *orient.*
II. Título

CDD 324.2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Humberto e Laura, aos meus irmãos, Norberto, Dionildo, Ercília, Ercílio, e a minha sobrinha Lara, que não podem dizer que nessa distância separada pelo oceano me dediquei mais aos estudos do que a eles, pois sabem o quão são mais importantes que os estudos.

AGRADECIMENTO

Tendo em vista as inúmeras inter-relações que a gente estabelece na sociedade, se torna difícil fazer agradecimentos sem cometer injustiças por falta de menção de algum nome. Assim, acho conveniente de forma inicial agradecer a todas as pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço a Deus, pela vida, saúde, momentos de reflexão e equilíbrio pessoal.

Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Dr. Carlos Augusto da Silva Souza, que aceitou me orientar, acreditando no meu potencial desde o primeiro dia em que lhe apresentei o meu projeto de pesquisa. Durante todo esse período, ele sempre se mostrou um exemplo acadêmico para mim, sempre solícito e compreensivo com as minhas dificuldades. Mesmo quando não era sua obrigação, ele se empenhou em me ajudar, oferecendo oportunidades para que eu pudesse seguir com o desenvolvimento acadêmico. Agradeço por tudo: a convivência cordial e fraterna, a amizade construída ao longo do curso, a orientação, a confiança e o estímulo necessário.

Agradeço ao Professor Dr. Rafael da Silva, que me apresentou a literatura sobre alienação eleitoral e se mostrou disponível para debater algumas das minhas várias inquietações. Além disso, suas sugestões inestimáveis melhoraram este trabalho. Os meus agradecimentos são extensivos aos Professores Dr. Julian Borba, Dr. Ednaldo Ribeiro, Dr. Oswaldo do Amaral, Dra. Vera Chaia e Dra. Débora de Almeida, pelas sugestões e recomendações dadas ao longo dos eventos que participei. Agradeço também ao Gabriel Casalecchi pelas sugestões, correções e recomendações.

Agradeço também aos Professores Dr. Gustavo Ribeiro e Dra. Eugênia Rosa Cabral, que fizeram parte da minha banca de qualificação e colaboraram muito na orientação teórica e metodológica desta dissertação.

Aos meus colegas de Turma, Alana Fontenelle, André Buna, Carmen Urquilla, Francisco Neto, Inácio Macamo, João Lisboa, Rodrigo Maia, Zito Pedro, Maycon Costa, Renato Assunção e todos os outros que me acompanharam nesta jornada.

Expresso igualmente os meus profundos agradecimentos aos professores, Dr. Bruno Rubiatti, Dr. Celso Vaz, Dra. Maria Dolores da Silva, Dra. Marise Morbach, Dr. Edir Siqueira, Dr. Edval Bernardino Campos e Dra. Barbára Lou pelo ensinamento, críticas e sugestões ao longo do curso.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Ana Lídia, Delice Macedo, Ana Souza, Carlos Artur F. Quatorze, Francisco Araújo e Hugo Sousa, agradeço todo o apoio oferecido para que eu pudesse usufruir dos recursos do programa.

Agradeço também a CAPES pela bolsa de mestrado e à Universidade Federal do Pará pela infraestrutura.

Devo ainda agradecer aos Professores José Jaime Macuane e Baltazar Muianga, assim como ao Fidel Terenciano, Edson Amone e Bitone Viage pelo incentivo e apoio ao longo do curso. Agradeço também aos meus amigos, que mesmo distantes sempre deram muita força. A todos vocês vão os meus mais sinceros agradecimentos.

Finalmente, agradeço a Cleide Patrícia de Sousa Fernandes, pelo ombro amigo, pela imensa compreensão, contribuições, companheirismo e dedicação. Sua presença e apoio foram cruciais para que eu pudesse permanecer focado na realização desta empreitada.

EPIGRAFE

“Quando os indivíduos são chamados a optar politicamente através do voto, toda sua história social contribui para sua decisão: primeiro, decidem se participam ou não do ato de votar; em seguida, decidem para quem darão seu voto. Isto pode acontecer inclusive, na ordem inversa”.

“Para cada modelo de explicação do comportamento político, o homem é exatamente o mesmo [...]”.

Marcus Figueiredo

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre condições socioeconômicas e o fenômeno da alienação eleitoral, tendo como elemento de investigação as eleições presidenciais ocorridas entre 1994 a 2009 em Moçambique. Especificamente, trata-se de analisar de que forma estas condições estimulam, retraem ou afetam a alienação eleitoral (abstenções, votos nulos e brancos). Para esta análise, utilizamos dados coletados na base de dados da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral de Moçambique (STAE), e os dados socioeconômicos no Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE). Buscamos resgatar as principais contribuições dos estudos já desenvolvidos até o momento sobre o fenômeno alienação eleitoral, associando-os às teorias sociológica e econômica no âmbito do comportamento eleitoral e aplicando-os na compreensão do mesmo fenômeno nas eleições presidenciais de Moçambique. A análise consistiu na interação das variáveis dependentes e independentes em um modelo de regressão linear múltipla. Apesar dos resultados apontarem para uma complexidade em torno dos fatores condicionantes da ocorrência da alienação eleitoral, o estudo chegou à seguinte conclusão: as variáveis densidade do eleitorado, taxa da população urbana; taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, intensidade da pobreza, explicam em grande parte a ocorrência da abstenção nas eleições presidenciais. A taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade e a densidade do eleitorado explicam também a ocorrência de votos nulos e brancos. No entanto, é preciso ponderar esses fatores, visto que a literatura demonstra que isoladamente eles não são suficientes para explicar a ocorrência da alienação eleitoral, havendo necessidade de incorporar questões atitudinais e político-conjuntural nas análises futuras, permitindo assim aprofundar melhor essa questão no contexto das eleições moçambicanas.

Palavras Chaves: eleições, abstenções; votos brancos; votos nulos, eleições presidenciais.

ABSTRACT

This work analyses the relation between the socioeconomic conditions and the electoral alienation phenomenon, as element of investigation the presidential elections occurred between 1994 and 2009 in Mozambique. Specifically, it is about analyzing in which way this conditions stimulate, retract or affect the electoral alienation (abstentions, nulls votes and white). For this analysis, we utilized collected data at the National Elections Commission (CNE) base and the Technical Secretariat of Electoral Administration of Mozambique (STAE), and the socioeconomic data of the National Institute of Statistics of Mozambique (INE). We sought to rescue the main studies contributions already developed until now about the electoral alienation phenomenon, associating them to the sociological and economic theories on the electoral behavior scope and applying the on the comprehension of the same phenomenon on the presidential elections in Mozambique. The analysis consisted on the dependent and independent variables interaction in a model of multiple linear regression. Despite the results pointed for a complexity around the conditional factors of electoral alienation occurrence, the study came to this following conclusion: the electoral density variables, urban population rate, 18 or upper analphabetism population rate, poverty intensity, explain in great part the occurrence of abstention at the presidential elections. The anafalbetism rate by the 18 or upper populations and the electoral density also explain the occurrence of null votes. However, it must ponderate this factores, as the lictérature demonstrates that isolated they are not enough to explain the electoral alienation occurrence, having the need to incorporate attitudinal questions and political conjuncture on further analysis, allowing in that way to go deeper this question on the Mozambique elections.

Key words: Elections, abstentions; nulls votes; whites votes; presidential elections.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: ÍNDICE RELATIVO A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2009.	68
GRÁFICO 2: ÍNDICE RELATIVO A ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM MOÇAMBIQUE ENTRE 1994 A 2009.	73
GRÁFICO 3: HISTOGRAMA COM AJUSTE PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS BRANCOS, NULOS E ABSTENÇÕES PARA AS ELEIÇÕES DE 1994 A 2009, POR REGIÃO DE MOÇAMBIQUE.	83
GRÁFICO 4: SÉRIE HISTÓRICA DA ALIENAÇÃO ELEITORAL DAS ELEIÇÕES DO PERÍODO DE 1994 A 2009, NOS DISTRITOS DE MOÇAMBIQUE, SEGUNDO AS REGIÕES.	84

LISTA DE TABELA

TABELA 1: DESEMPENHO ELEITORAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM 1994.....	57
TABELA 2: DESEMPENHO ELEITORAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM 1999.....	58
TABELA 3: DESEMPENHO ELEITORAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM 2004.....	59
TABELA 4: DESEMPENHO ELEITORAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM 2009.....	60
TABELA 5: NÚMERO EFETIVOS DE PARTIDO POR ELEIÇÕES	62
TABELA 6: VOLATILIDADE ELEITORAL NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE MOÇAMBIQUE	64
TABELA 7: VARIAÇÃO DO ELEITORADO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2009.....	66
TABELA 8: VARIAÇÃO RELATIVA DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	69
TABELA 9: VARIAÇÃO PERCENTUAL DO COMPARECIMENTO X ABSTENÇÃO EM 1994 E 2009...	70
TABELA 10: PERCENTUAL DA ABSTENÇÃO, VOTOS BRANCOS, NULOS E ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM MOÇAMBIQUE DE 1994 A 2009.....	72
TABELA 11: DESCRIÇÃO DA QUANTIDADE DE VOTOS BRANCOS, NULOS, ABSTENÇÕES E ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS REGIÕES DE MOÇAMBIQUE, SEGUNDO AS ELEIÇÕES ENTRE 1994 E 2009.....	82
TABELA 12: DESCRIÇÃO DA QUANTIDADE DE VOTOS BRANCOS, NULOS E ABSTENÇÕES, SEGUNDO AS ELEIÇÕES DO PERÍODO DE 1994 A 2009.....	86

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1: QUADRO JURÍDICO- LEGAL DO PROCESSO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE.....	50
QUADRO 2: REGRAS DE COMPETIÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE	51
QUADRO 3: OS NÍVEIS DE GOVERNANÇA ELEITORAL E INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS	52
QUADRO 4: COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO ELEITORAL DE MOÇAMBIQUE	53
QUADRO 5: TIPOLOGIAS DE SISTEMAS PARTIDÁRIOS	55

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ABSTENÇÕES NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2009.....	77
FIGURA 2: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS VOTOS NULOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2009.....	79
FIGURA 3: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS VOTOS BRANCOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2009.....	81
FIGURA 4: BOXPLOT DA QUANTIDADE DE VOTOS BRANCOS, NULOS E ABSTENÇÕES, SEGUNDO AS ELEIÇÕES DO PERÍODO DE 1994 A 2009.	86

LISTA DE SIGLAS

AGP	Acordo Geral de paz
BM	Banco Mundial
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CV	Coefficiente de Variação
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
NEPE	Número de Partidos Eleitorais
NEPP	Número de Partidos Parlamentares
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RENAMO	Resistencia Nacional de Moçambique
STAE	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral
VT	Volatilidade Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE O COMPORTAMENTO ELEITORAL	23
1.1 PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DO VOTO	24
1.2 PERSPECTIVA PSICOLÓGICA DO VOTO	32
1.3 PERSPECTIVA ECONÔMICA DO VOTO	36
1.4 O DEBATE EM TORNO DA ALIENAÇÃO ELEITORAL	41
2 O SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO DE MOÇAMBIQUE.....	47
2.1 DEBATE SOBRE SISTEMA ELEITORAL	47
2.1.1 Sistema Eleitoral Moçambicano.....	48
2.1.2 Administração Eleitoral Moçambicana.....	51
2.2 DEBATE SOBRE SISTEMA PARTIDÁRIO	53
2.2.1 O sistema partidário Moçambicano.....	56
2.2.2 O Número Efetivo de Partidos em Moçambique de 1994 a 2009.....	61
2.2.3 Volatilidade Eleitoral de Moçambique de 1994 a 2009	63
3 O COMPORTAMENTO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE	64
3.1 COMPARECIMENTO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2009.....	65
3.2 ABSTENÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2009	70
4 A ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS MOÇAMBICANAS.....	74
4.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	74
4.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA ALIENAÇÃO ELEITORAL DE 1994 A 2009	75
4.2.1 Distribuição espacial das abstenções.....	76
4.2.2 Distribuição espacial dos votos nulos	78
4.2.3 Distribuição espacial dos votos brancos.....	80
4.2.4 Distribuição numérica da alienação eleitoral por regiões de 1994 a 2009.....	82
4.2.5 Alienação eleitoral e seus determinantes socioeconômicos.....	87
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
ANEXO.....	107
APÊNDICE	108

INTRODUÇÃO

O processo que envolveu a democratização de Moçambique, a partir da década de 1990, possibilitou a ampliação do sufrágio eleitoral, permitindo que a sociedade tivesse o direito de escolher seus representantes em um contexto de maior concorrência e disputa entre candidatos e partidos pelo voto do eleitorado. Entretanto, apesar da ampliação da competição política, a participação do eleitorado como legitimador do processo político tem decrescido ao longo do tempo. As primeiras duas eleições após a democratização tiveram uma significativa participação do eleitorado. Contudo, observa-se que a partir de 2004 a participação e interesse do eleitor pelo processo eleitoral começaram a decrescer, o que nos faz levantar um conjunto de questionamentos que esta pesquisa procurará responder ao longo deste trabalho. Importa referir que o voto em Moçambique é facultativo.

Desde a década de 90, o número de Nações que adotam o regime democrático como forma de governo tanto na Europa, América e África, cresceu de forma significativa¹. Desde então, o voto tornou-se um meio democrático de fazer com que os indivíduos expressem suas vontades em relação aos assuntos governamentais, legitimando ou avaliando o desempenho do governo eleito.

A análise do comportamento eleitoral na Ciência Política tem ocupado um campo importante de estudo, devido a sua relevância na percepção da legitimidade dos governos e do interesse social pelo processo político. O exercício do voto nas democracias representativas é uma condição *sine qua non*, pois o processo eleitoral expressa, concretamente, a legitimação desse sistema como forma de participação que envolve o maior número de indivíduos com certa regularidade, de 4 ou 5 anos dependendo do país.

As eleições produzem a legitimidade do sistema político, sendo a representação condição necessária para o seu funcionamento, além de serem cruciais para a formação dos governos. Entretanto, nota-se que nem todos os indivíduos exercem seu direito de voto no processo eleitoral. A baixa participação teve grande relevância na década de 90, com um notável crescimento das abstenções, votos nulos e brancos nas democracias representativas, tanto na Europa, Estados Unidos, na América Latina como na África². Partindo da ideia de que o voto é uma condição crucial para a participação política, a não participação eleitoral coloca em dúvida a legitimidade desse processo, assim como da própria democracia representativa.

¹ De 39 democracias em 1974 passou-se para 117 em 1997 (Diamond, 1999, pp. 25).

² Ver em Justel (1995); Perea (1999); Freire (2001, 2002); Wattenberg (2000) sobre dados de vários países.

No caso de Moçambique, o processo democrático ainda é bastante jovem e ainda carece de pesquisas e análises sobre a sua legitimidade social. O país tornou-se formalmente independente em 1975³, após um longo período de colonização portuguesa que cessou em 1974, com a assinatura do acordo de Lusaka na Zâmbia. Após a proclamação da independência, Moçambique migrou para um sistema unipartidário, excluindo a existência de outras formas de representação da sociedade. Este cenário, aliado a outros fatores internos e externos, culminou com um processo intenso e longo de guerra civil⁴ estabelecida entre duas forças: A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

A guerra civil teve duração de quase 16 anos. Em 1990 iniciou-se um longo processo de negociação no intuito de cessar o conflito armado. Assim, neste ano, a Assembleia Popular de Moçambique, sob o regime unipartidário, aprovou a nova Constituição da República que introduziu o multipartidarismo e forneceu condições para a democratização e para entrada de outros atores políticos. Esse processo culminou com a assinatura do acordo geral de paz⁵ na cidade de Roma na Itália.

Em 1994 foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique. Desde então, foram realizadas nove eleições⁶, sendo cinco eleições presidenciais conjugadas com eleições legislativas e quatro eleições municipais. Entretanto, desde 1994, o partido FRELIMO⁷ tem se saído vencedor em todas as eleições já realizadas, seguido pela RENAMO e pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM)⁸. Importa salientar que este último apenas concorreu nas eleições de 2009 e 2014. Porém, o crescimento da não participação, bem como a participação materializada em votos brancos e nulos tem crescido de forma significativa nas eleições presidenciais em Moçambique.

Quando da realização das primeiras eleições presidenciais em Moçambique em 1994, nas quais foi eleito Joaquim Chissano como presidente, dos 6.148.842 aptos para votar,

³ A independência de moçambicana foi proclamada aos 25 de junho de 1975, pelo primeiro presidente de Moçambique Samora Moises Machel, tendo seu período de vigência (1975-1986) acabando perdendo a vida vítima de acidente de viação ocorrido no dia 19 de Outubro de 1986 em Mbusini na Republica Sul africana.

⁴ Para mais detalhes ver: Christian Geffray: A Antropologia da Guerra: Ainda a Propósito de La Cause Des Armes Au Mozambique.

⁵ O Acordo Geral de Paz foi assinado em Roma aos 4 de outubro de 1992, entre o partido-Estado (FRELIMO) e a RENAMO, que era o movimento de resistência, considerado como desestabilizador do país, que colocou o fim da guerra civil em Moçambique de 1976-1992

⁶ As eleições presidenciais e legislativas foram realizadas nos seguintes anos: 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014; as municipais em: 1998, 2003, 2008 e 2013.

⁷ Ao longo dessas eleições a FRELIMO teve 3 candidatos sendo: 1º Joaquim Alberto Chissano; 2º Armando Emilio Guebuza e por fim Filipe Jacinto Nyusi, diferente da RENAMO que desde as primeiras eleições apresentou apenas único candidato Afonso Macacho Marceta Dhlakama, assim como o MDM desde sua primeira aparição no cenário eleitoral apenas apresentou um candidato Daviz Mbepo Simango.

⁸ Fundado em 2009 por Daviz Mbepo Simango.

1.331.169 votos foram alienados, ou seja, abstiveram-se, votaram em branco e nulo. Esse número corresponde a 23% do total de eleitores inscritos. Em 1999, quando Joaquim Chissano foi reeleito, a abstenção foi de 30,5%⁹. Os votos brancos tiveram um percentual de 6,5% e os votos nulos 3,9%, totalizando 40,9% da alienação eleitoral. Esse valor é superior ao número de votos obtido pelo primeiro colocado, que foi de 32,8% do total dos eleitores inscritos.

Em 2004, de uma população de 20.225.828 habitantes, estavam inscritos 10.044.616 eleitores, correspondendo a 49,7% da população. A alienação eleitoral (isto é, a soma da abstenção, votos nulos e brancos) foi de 6.949.229, cerca de 73,8% do eleitorado. Vale ressaltar que a abstenção (6.722.089 milhões) superou os votos obtidos por todos os cinco candidatos às eleições presidenciais (3.074.273 milhões de votos).

Em 2009, de um total de 9.857.033¹⁰ eleitores, a alienação eleitoral foi de 5.950.231 milhões, correspondendo a 60% do total os eleitores inscritos. Somente a abstenção, que esteve em torno de 5.487.045, foi maior que o somatório dos votos obtidos pelos três candidatos à Presidência da República (3.906.802 milhões). Em 2014, de uma população de cerca 26.841.728 habitantes, estavam inscritos 10.964.978 eleitores, cerca de 41% da população moçambicana. No total, 66,2% alienaram seu voto, sendo que abstenção foi de 55,7%, votos brancos e nulos foram de 6% e 4,5%, respetivamente. Mais uma vez, vale ressaltar que o candidato eleito obteve 2.776.025 votos, o que equivale a 25% do total dos eleitores inscritos. Em resumo, desde as eleições presidenciais de 1999, a taxa de alienação eleitoral superou a votação do primeiro colocado.

Neste sentido, os dados demonstram a relevância do nosso estudo, uma vez que a expressividade numérica da alienação eleitoral pode dar margem ao questionamento sobre a legitimidade e a representatividade do sistema político construído em Moçambique e quais as causas e consequências da alienação eleitoral na nascente democracia. Por outro lado, há uma ausência de pesquisas sistematizadas sobre esse fenômeno, o que revela a importância do trabalho para a compreensão da realidade política presente no país.

A partir da evidência, já levantada pela literatura, de que índices elevados de alienação eleitoral comprometem a legitimidade do regime político, a intenção desta pesquisa consiste em analisar os determinantes da não participação expressa na abstenção e na participação negativa expressa nos votos brancos e nulos nas eleições presidenciais moçambicanas após o

⁹ Em relação a esses números, utilizaram-se como fonte os dados da Comissão Nacional de Eleições. A abstenção foi calculada a partir da diferença entre o eleitorado inscrito e os que votaram.

¹⁰ Em 2009 foi realizado um recenseamento de raiz que permitiu com que se excluíssem os mortos, os idosos e cidadãos que mudaram de região ou mesmo de país, por isso o número total de eleitores é menor que os de 2004.

processo de democratização. Para tal, usamos o conceito de alienação eleitoral nos moldes descritos por Santos (1987), que descreve a alienação como a ação do eleitor, que mesmo estando apto a votar, prefere não usar este direito. Neste sentido, a alienação seria produzida pelo somatório de três indicadores: as abstenções, calculadas pela fração do eleitorado que não comparece às urnas no dia da eleição, pelos votos brancos e nulos, derivados daquela fração do eleitorado que compareceu às urnas, mas preferem não escolher nenhum candidato. Estudos iniciados na década 1940 e meados de 1960 por Lazarsfeld (1948); Lane (1999); Converse (1964); Key (1966); Lipset (1967); Nie, Verba e Petrocik (1976); Fiorina (1981) apontam para várias explicações sobre o comportamento do eleitorado, que vão desde o contexto social, identificação partidária, questões atitudinais do eleitorado até fatores econômicos.

A presente pesquisa se ancorará no modelo sociológico e da escolha racional do comportamento eleitoral, tendo como objetivo central contribuir na compreensão das relações que se estabelecem entre as condições sociais, econômicas e a alienação eleitoral em Moçambique no âmbito das eleições presidenciais. O trabalho procura escolher alguns indicadores que poderão explicar o maior ou menor impacto dessa tendência da alienação eleitoral nas eleições presidenciais em Moçambique, tais como: taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, taxa da população urbana, extensão territorial, intensidade da pobreza, densidade do eleitorado.

A partir da relação entre os indicadores que compõem a alienação eleitoral e os indicadores socioeconômicos, a presente pesquisa procurará responder ao seguinte questionamento: *Quais fatores influenciaram os indicadores de Alienação Eleitoral nas Eleições presidenciais em Moçambique no período de 1994 a 2009?*

Em suma, diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar o impacto das condições socioeconômicas na alienação eleitoral de uma forma desagregada (abstenção, votos nulos e brancos) em Moçambique de 1994 a 2009. Optou-se por trabalhar com as eleições presidenciais por esse ser o cargo máximo e de maior relevância institucional em regimes semipresidencialistas¹¹. Buscamos analisar a partir de 1994, por ser quando foram realizadas as primeiras eleições diretas, depois de 19 anos de um regime autoritário baseado em Estado de Partido Único.

¹¹ Para mais detalhes sobre a questão o sistema político moçambicano ver Macuane (2009): O semipresidencialismo (?) em Moçambique (1986 a 2008).

Nessa pesquisa replicamos algumas das hipóteses já testadas em outros contextos, principalmente no Brasil, referente aos fatores explicativos do fenômeno da alienação eleitoral nas eleições presidenciais (abstenção, votos nulos e brancos), como os fatores de nível socioeconômico (LIMA JÚNIOR, 1990, 1993; COSTA, 2007; BORBA, 2008; SILVA, 2013).

Os fatores socioeconômicos são representados por variáveis como: extensão territorial, densidade do eleitorado, taxa da população urbana; taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, intensidade da pobreza. Importa referir que a análise levada a cabo por Nicolau (2004), Borba (2008), Silva (2013), demonstra que os fatores socioeconômicos isoladamente não são suficientes para explicar a ocorrência dos votos nulos e brancos. É necessário incluir fatores de ordem institucional (características do sistema eleitoral e partidário), bem como de ordem atitudinal (percepção e interesse do indivíduo em assuntos políticos).

De acordo com Costa (2007), não existe uma única teoria ou um único modelo explicativo que isoladamente dê conta de explicar de modo esgotável a alienação eleitoral nos regimes democráticos. Assim, há uma necessidade de incluir diversas dimensões, havendo um caráter múltiplo das variáveis, o que irá permitir uma melhor compreensão na causalidade da alienação eleitoral.

No caso de Moçambique, fatores de ordem socioeconômica estão associados à ocorrência da abstenção, votos nulos e brancos. Ou seja, estes fatores oferecem estímulos ao eleitor a se fazer presente ou não nas urnas, assim como possibilita que o eleitor vote nulo e branco após se fazer presente no ato da votação.

Esse estudo, no contexto Moçambicano, é relevante na medida em que ainda são escassas as pesquisas empiricamente orientadas sobre o tema. Essa escassez foi diagnosticada por Victorino e Souza (2016) em seu artigo “*Pobreza e Alienação Eleitoral em Moçambique*”. Acreditamos ainda que o estudo seja importante na medida em que oferece uma compreensão em torno dos condicionantes da abstenção, votos nulos e brancos nas eleições presidenciais em Moçambique.

Em síntese, o estudo se baseou nas seguintes hipóteses: quanto maior a extensão territorial, maior tende a ser as taxas de abstenção e menor tende a ser o número de votos nulos e brancos. Isso confere uma associação positiva para as abstenções e uma associação negativa para os votos nulos e brancos. Quanto maior a densidade do eleitorado, maior tende a ser as taxas de abstenção, votos nulos e brancos. Isso confere uma associação positiva entre as

variáveis. Quanto maior a população urbana, menor tende a ser as taxas de abstenção, votos nulos e brancos, o que confere uma associação negativa entre as variáveis. Quanto maior a intensidade da pobreza, maior tende a ser as taxas de abstenção, votos nulos e brancos o que confere uma associação positiva entre as variáveis. Por fim, quanto maior a taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais, maior tende a ser as taxas de abstenção, votos nulos e brancos, o que confere uma associação positiva entre as variáveis.

Para análise dos fatores que influenciam os indicadores de alienação eleitoral em Moçambique nas eleições presidenciais de 1994 a 2009, a pesquisa utilizará o banco de dados relativos às eleições presidenciais disponíveis no site do Conselho Nacional de Eleições (CNE) e Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), assim com os dados sobre o censo da população, escolaridade, pobreza disponíveis no site do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE). A população alvo da pesquisa será constituída por todos os eleitores inscritos que participaram ou não nos pleitos eleitorais de 1994 a 2009, distribuídos por círculos eleitorais.

O instrumento de coleta dos dados foi estabelecido através da elaboração de planilhas no Excel. Elas foram importadas para o SPSS, que possibilitou agregar e processar os dados em categorias de análise, viabilizando o cruzamento com nossas variáveis explicativas sobre os determinantes da alienação eleitoral no território moçambicano ao nível dos estados. Também se utilizou o software TERRAVIEW, que permitiu visualizar os dados geograficamente através da construção de mapas comparativos entre os locais de maior ou maior incidência do fenômeno estudado.

Para cumprir com os objetivos propostos, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos. A introdução apresenta de forma geral os elementos que compõe o desenho da pesquisa. No capítulo 1, são debatidas as teorias sobre comportamento eleitoral, de forma a possibilitar montar um quadro analítico sobre as principais correntes que explicam os fatores que determinam a ação dos eleitores partícipes do processo político, bem como indica os principais trabalhos que já lançaram luzes sobre o comportamento alienado do eleitor. Isto se torna importante para entender de que forma o fenômeno da alienação eleitoral tem sido estudado e quais as descobertas que já foram descritas pelos estudiosos.

No capítulo 2, analisa-se o sistema eleitoral e partidário que foi construído em Moçambique após a democratização, de forma a entender a configuração e funcionamento do sistema de formação da representação política na esfera executiva e legislativa. Esta discussão

se torna importante por conduzir o leitor a entender como está estruturado institucionalmente o sistema de representação e os elementos que compõem o processo de participação eleitoral.

No capítulo 3, procurou-se discutir alguns componentes do comportamento eleitoral nas eleições presidenciais de Moçambique, tendo como foco de análise a evolução da participação e da alienação eleitoral nas eleições presidenciais desde 1994 até a última eleição realizada em 2014. Procurou-se, com base na literatura nacional e internacional, entender o comportamento do eleitor moçambicano, procurando levantar algumas razões que possam explicar a evolução da alienação eleitoral nos diversos estados que compõem a geografia política de Moçambique e o desinteresse que tem se verificado por parte da população pelo processo de legitimação dos governantes.

No capítulo 4, trazemos a questão da alienação eleitoral e sua relação com aspectos socioeconômicos que estão presentes nos diversos estados que compõem a geografia política de Moçambique. Para isso, através da utilização de recursos cartográficos, procurou-se confirmar (ou refutar) as hipóteses inicialmente definidas como elementos explicativos da alienação eleitoral.

Esperamos que esta dissertação forneça, mesmo que de forma inicial, alguns elementos para entender o funcionamento da democracia que se desenvolveu em Moçambique após a democratização e permita, a partir das lentes da crítica científica, que outros trabalhos possam ser desenvolvidos sobre o processo eleitoral. Espera-se que eles aperfeiçoem as instituições democráticas presentes no país, de forma a aumentar o interesse da população pelo processo de legitimação dos governos, trazendo desenvolvimento e consolidação da ordem política com respeito às instituições e maior participação social.

1 TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE O COMPORTAMENTO ELEITORAL

No campo da ciência política, o comportamento eleitoral é um dos fenômenos que tem recebido relevante atenção pelos estudiosos da área. Em torno deste fenômeno, são destacadas na literatura internacional três principais escolas¹²: Sociológica, Psicológica e Teoria da Escolha Racional. Elas oferecem oportunidade de explicação sobre o que leva o eleitor a decidir seu voto por determinado candidato ou partido. Essas teorias surgiram na segunda metade do século XX e incentivaram o desenvolvimento de um conjunto de pesquisas que foram importantes para entender o comportamento político, de forma a oferecer certa previsibilidade para as análises do processo eleitoral. Essas teorias, entretanto, não são conciliáveis e nem incrementais, mas sim distintas no seu arcabouço teórico, passíveis de uma interlocução e complementação, no que concerne à análise do comportamento eleitoral dos cidadãos de diferenciados grupos heterogênicos dentro de uma sociedade.

As contribuições do modelo sociológico e psicológico, desenvolvido nos Estados Unidos pelas Universidades de Columbia e Michigan, tiveram grande relevância não apenas no país de origem, como também em outros países. Importa frisar que, para a teoria sociológica, as decisões individuais são compreendidas através dos contextos e dos grupos nos quais os indivíduos se encontram inseridas. Para a teoria psicológica, o comportamento eleitoral tem relação com as motivações psicológicas que conformam o indivíduo em dado momento de sua vida. Assim, a ação política do indivíduo estaria relacionada com suas experiências e pela história de vida que o condiciona a assumir determinadas atitudes. Esses modelos foram os primeiros a aplicarem técnicas de coletas de dados para a análise política e eleitoral. As aplicações destes modelos se estenderam por todas as sociedades industriais de democracias pluralistas (JUSTEL, 1995).

A partir da Segunda Guerra Mundial, começa a ganhar força nos estudos sobre o comportamento eleitoral, a ideias desenvolvidas por Anthony Downs em seu livro “*Uma Teoria Econômica da Democracia*”. Ele enfatiza a individualidade na explicação do voto, compreendendo a ação dos eleitores de forma análoga a ação estabelecida pelos indivíduos no mercado econômico (BORBA, 2008). Para esta interpretação, o eleitor se apresenta como um agente racional, que sabe reconhecer seus interesses individuais e orienta suas ações para

12 Nosso intuito não passa por esgotar esse amplo debate teórico em torno do comportamento eleitoral, mais sim, trazer elementos importantes que nos possam fornecer subsídios suficientes na construção do nosso modelo de análise.

maximizar benefícios e reduzir custos. Este é o elemento que o guia no momento de realização de suas escolhas políticas.

Para esta teoria o voto tem um caráter instrumental, o que vale dizer que o eleitor é capaz de reconhecer seus interesses e, em função disto, escolher o candidato que está mais sintonizado com os seus objetivos. Por esta razão, a escola da escolha racional tende a enfatizar a racionalidade da decisão do eleitor, dando pouca importância para os elementos sociológicos e atitudinais, próprios das análises dos modelos anteriores.

Borba (2008) coloca um conjunto de questionamentos fundamentais para compressão do comportamento do eleitorado: quais são os dispositivos acionados pelo eleitor para a decisão do voto? Qual é o papel dos partidos no momento eleitoral? Qual a importância da campanha política? Como se vinculam as atitudes e posicionamentos ideológicos dos eleitores e suas escolhas eleitorais? Qual a importância do contexto social e econômico para o comportamento do eleitor? Esses conjuntos de questões nos permitiram perceber como o indivíduo direciona o seu voto.

Portanto, mediante essas teorias poderemos compreender quais fatores se relacionam com o comportamento do eleitorado ao longo das suas escolhas eleitorais nos dois níveis (Executivo e Legislativo). Importa referir que essas teorias em torno do comportamento eleitoral foram importantes, na medida em que contribuirão na elaboração das nossas hipóteses, assim como na metodologia que nortearam nosso estudo, viabilizando, deste modo, os nossos achados. Em seguida iremos apresentar de forma detalhada cada teoria do comportamento eleitoral.

1.1 PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DO VOTO

A visão sociológica do comportamento eleitoral começou a ser levada a cabo na metade do século XX. A universidade de Columbia foi o centro da investigação das primeiras premissas desse modelo, razão porque esta abordagem leva o nome de “Modelo de Columbia”. Os primeiros estudos eleitorais tinham como o principal recurso metodológico o cruzamento entre dados demográficos agregados juntamente como os resultados eleitorais. Com o avanço de técnicas de amostragem, surveys e estudos de painel, o fenômeno do comportamento eleitoral ganha um incremento qualitativo e quantitativo. O primeiro modelo

que teve grande repercussão surgiu nos meados da década de 1940¹³, quando Paul Lazarsfeld e seus colaboradores iniciaram seus primeiros estudos na Universidade de Columbia.

Com vista a compreender o cenário das eleições presidenciais dos Estados Unidos da América, estes pesquisadores partem da ideia central de que o comportamento do eleitor apenas pode ser compreendido dentro da estrutura social ampla. A partir desta premissa, eles buscaram analisar as variáveis de curto prazo que poderiam ter um grande impacto no âmbito da escolha eleitoral. Era preciso perceber como essas variáveis de curto prazo atuavam durante o período da campanha eleitoral, o que foi feito a partir de um estudo feito na cidade de Erie Country em Ohio. Constatou-se que as variáveis de curto prazo exerciam pouca força, chegando ao seguinte resultado: as campanhas eleitorais não persuadiam o eleitor, criando vontades ou necessidades eleitorais. Os estímulos presentes nelas é que encontravam em seu caminho eleitores que já possuíam predisposições em torno das informações e mensagens nelas vinculadas¹⁴. (LAZARFELD, 1948; JUNIOR, 2009).

Inicialmente esta pesquisa tinha como seu foco de análise os processos de integração, interação e a influência que meios de comunicação exerciam sob o eleitor em determinada eleição. Portanto, a forma como indivíduos estão integrados na sociedade pode refletir na sua participação eleitoral. Eles partem da premissa que quanto mais socialmente os eleitores são integrados, maiores são seus estímulos para participação política. Apesar do resultado da pesquisa ter demonstrado um peso fraco no que concerne a mudança de voto, ela possibilitou perceber que a campanha via mídias de massa e as estratégias de comunicação política e influenciam de alguma forma no eleitor (ANTUNES, 2008; MUNDIM, 2010). O eleitorado de Erie Country, ao ser submetido aos estímulos da campanha, tendeu a votar de acordo com suas predisposições. A maior parte dos eleitores já tinha definido seu voto bem antes dos candidatos disputarem as eleições pelos seus partidos. Isso levou os autores a concluírem que a manutenção do voto se devia à predisposição do eleitorado (status, a religião, localização residencial – rural/urbano). Contudo, estes demonstraram que os eleitores protestantes, residentes em zonas rurais e com alta renda eram mais aptos a declararem sua intenção de

13 Paul Lazarsfeld Professor do departamento de Sociologia na Universidade de Columbia em 1940, junto com pesquisadores do Bureau of Applied Social Research, Bernard Berelson e Hanzel Gaudet produziram os primeiros estudos exaustivos sobre as eleições norte-americanas, de 1940, na qual concorreu o democrata Franklin Roosevelt, candidato à reeleição, e o republicano Wendell Willkie, sendo que a disputa teve o democrata como vencedor. Esse estudo resultou no livro “The People’s Choice: How the Voter Makes Up His Mind in Presidential Campaign”, publicado em 1944, essa foi a obra fundante do modelo sociológico ou escola de Columbia

14 Os resultados obtidos nas pesquisas, demonstravam que a estabilidade do comportamento e das preferências dos eleitores e, portanto, foram interpretados como resultado de predisposições políticas com origens em características sócio demográficas, levando Lazarsfeld a seguinte afirmação “as modernas campanhas eleitorais, concretamente as presidenciais, terminam antes de começarem” (LAZARFELD, 1948).

voto ao Partido Republicano. Por outro lado, eleitores católicos, residentes em zonas urbanas e com baixa renda eram mais propensos a declararem seu voto no Partido Democrata. Devido a essas predisposições - que não sofriam muita alteração durante a vida do eleitor - Lazarsfeld, Berelson & Gaudet concluíram que seriam essas as principais responsáveis pela estabilidade nas intenções de voto durante o período de campanha (LAZARSFELD, BERELSON & GAUDET, 1948; CONVERSE, 2006).

As predisposições sociais são consideradas neste estudo um elemento chave para perceber o comportamento do eleitorado. Porém, também existem outros fatores essenciais que são levados a cabo neste estudo no que concerne ao impacto do voto. As relações primárias são outro elemento a ter em conta nesta abordagem concretamente, compreendendo as relações interpessoais e grupais (amigos, família, vizinhos, líderes de opinião e colegas do trabalho). As características assumidas pelas estruturas e as relações sociais e políticas podem alterar o comportamento do eleitor. Constatou-se que um grupo de eleitores mais propensos à mudança no voto (isto é, eleitores indecisos) teria obtido informações sobre os candidatos através do contato interpessoal e não pela via de mídias de massa. Isto mostra que as relações interpessoais podem alterar o sentido do voto do eleitor indeciso em relação aos estímulos e acontecimentos decorrente da campanha eleitoral (LAZARSFELD, BERELSON & GAUDET, 1948).

As interações interpessoais ou grupais possibilitam a filtragem de informações sobre as mídias de massa. Esse fluxo de informação tende a ser estruturado dentro da interação social, possibilitando interpretações diversas do coletivo social no qual o indivíduo se encontra inserido. O impacto dessas relações ficou conhecido como teoria de fluxos de dois passos (two-step flow), tendo como fundamento central que os indivíduos atuam dentro das discussões políticas como formadores de opinião, sendo que estes possuem a capacidade de transferir o conhecimento adquirido através das mídias de massa aos menos atentos aos meios de comunicação (LAZARSFELD, BERELSON & GAUDET, 1948; FIGUEIREDO, 2008). Assim, o eleitorado menos interessado nas eleições, teria como meio de formação das suas opiniões. A partir dessa constatação, Lazarsfeld e seus colaboradores chegaram a seguinte conclusão: existem dois tipos de eleitores mais suscetíveis aos estímulos de campanhas eleitorais - os eleitores que sofrem pressões cruzadas¹⁵ (cross-pressures) e os eleitores menos interessados na campanha eleitoral.

¹⁵ O conceito de pressões cruzadas se refere aos grupos de eleitores que são influenciados por clivagens sociais distintas. São tidos como eleitores que vivem em áreas rurais (grupo de voto republicano) e ao mesmo tempo possuem religião católica e

O interesse do eleitor é um dos aspetos que afeta as preferências eleitorais baseada nas predisposições. Assim, se constatou que os eleitores mais interessados teriam maior predisposição em assimilar as informações e as mensagens das campanhas eleitorais, fato que dificulta a persuasão e a mudança do seu voto através desses estímulos de curto prazo. Contrariamente, eles chegaram à conclusão de que os eleitores menos interessados, devido a sua definição tardia do voto, estariam mais suscetíveis aos impactos dos estímulos de curto prazo presentes nas mensagens das campanhas eleitorais.

Devido a estas constatações, foi elaborada outra pesquisa de painel na cidade de Elmira, no Estado de Nova Iorque. Ele resultou no livro “Voting”. Além de corroborar com os resultados anteriores, buscaram analisar as predisposições sociológicas durante o decorrer da campanha eleitoral, incorporando o conceito “sistema social”. Este conceito se refere à forma como os indivíduos de diferentes grupos interagem no seio da sociedade, de que forma estes contatos estimulam determinados comportamentos. Assim, a interação decorrente dos Democratas e Republicanos durante o período eleitoral seria fundamental para perceber como o voto do eleitor se forma por meio das relações interpessoais e grupais. Isto demonstra que as interações têm um grande impacto no processo eleitoral (BERELSON, LAZARFELD & MCPHEE, 1954). Desta forma, no livro “Voting” encontramos um diagnóstico bastante pessimista sobre a racionalidade dos eleitores: “O cidadão não é altamente informado sobre os detalhes de campanha, [...] muitos votam sem um real envolvimento na eleição e [...] em qualquer sentido mais rigoroso ou estreito os eleitores não são altamente racionais” (BERELSON, LAZARFELD & MCPHEE, 1954:307-310).

O comportamento do eleitor é dado dentro da inserção de um grupo social, pois é conferida ao indivíduo certa “identidade”, que lhe confere determinado comportamento, seja social, político ou eleitoral. Entretanto, por mais que o processo de escolha seja um ato individual, o eleitor define suas preferências políticas e suas escolhas eleitorais tendo em conta o seu contexto social, político e cultural, mesmo sendo executado de forma isolada na cabine (FIGUEIREDO, 1991; 2008). Não é apenas os indivíduos, e sim os grupos sociais, que imprimem dinâmica à política. Desta forma, o que precisa ser explicado são os resultados agregados de ações coletivas. Daí que o comportamento do eleitor deve ser analisado tendo em vista o seu contexto social (FIGUEIREDO, 2008).

são de baixa renda (grupos que tendiam ao voto democrata). Portanto, a existência de predisposições contrastantes engendra a existência de elementos que favorecem ambos os lados, tornando a decisão muito mais tardia e muito mais influenciável.

A visão sociológica do voto considera que independentemente de o voto ser individualizado, as escolhas dos indivíduos não são vazias. Elas devem ser endógenas e dinamicamente compreendidas, visto que as escolhas dos indivíduos se formam ao longo da trajetória social na qual ocorrem as interações (troca de valores, formação de crenças e modelos mentais). O princípio da sociologia da ação social é que todo fenômeno social, qualquer que seja, é sempre o resultado das ações, de atitudes, de convicções, e em geral de comportamentos individuais, pois o indivíduo ao estabelecer suas relações interpessoais e grupais pode determinar suas preferências políticas e eleitorais (FIGUEIREDO, 1991). Para a escola sociológica, o comportamento político é função da natureza e da densidade “das interações em que os indivíduos estão envolvidos, das opiniões que formam a partir daí e do estado socioeconômico da sociedade na qual ocorre esse comportamento” (FIGUEIREDO, 1991, p. 49).

De acordo com Boudon (1995, p.34) os indivíduos não se encontram num “vazio social”, estes estão em uma interação constantes uns com outros. Essa interação condiciona a ação social do indivíduo. Essa ideia de “vazio social” proposta por Boudon é corroborada por Przeworski (1995), que argumenta que a compreensão da ação social do indivíduo requer duas premissas fundamentais: 1) os indivíduos agem dentro de um contexto, em que atuam tendo em conta as diversas variáveis que condicionam ou incentivam sua ação; 2) a interação dos indivíduos socialmente ocorre em vários instantes (estágios sociais) de sua trajetória e, por consequência definem suas preferências. A ação do indivíduo sofre influência do contexto na qual ele está inserido. A escolha do indivíduo, assim como o contexto, é construída a partir do percurso em uma dada trajetória. O contexto influencia o indivíduo e ele pode formar ou mudar sua preferência de escolha, já que sofre um conjunto de influências na formação e tomada de decisão (PRZEWORSKI, 1994, p. 70).

[...] a influência do grupo com o qual o eleitor se identifica é importante para explicar sua escolha partidária. Eleitores que trabalham ou vivem juntos provavelmente votam-nos mesmos candidatos. Indivíduos em situação social semelhantes têm mais probabilidades de interagir entre si; se vivem juntas, em condições externas equivalentes, as pessoas provavelmente desenvolvem necessidades e interesses semelhantes, tendem a ver o mundo da mesma maneira e a dar interpretações parecidas às experiências comuns (CASTRO, 1994, p.32).

A lógica da sociologia do voto baseia-se na interpretação do coletivo social, tendo em conta que as interações sociais fazem com que os indivíduos formem e tomem uma determinada decisão de acordo com o comportamento observado na coletividade. Assim, as explicações do modelo sociológico compõem-se por dois “tempos” sociais e três leis fundamentais que definem e que regem o comportamento social. Os dois tempos podem ser

observados, quando existe interação, que possibilita a formação de opiniões e a ocorrência do comportamento. As três leis definem as chances na qual ocorreram interações relevantes, que são a origem de todas as transações sociais. Caso não ocorra a interação de pelo menos dois sujeitos (individuais ou coletivos), não ocorrerá nenhum fenômeno social que envolva esses sujeitos. Esta é premissa básica na qual as teorias sociológicas são formuladas (FIGUEIREDO, 1991 p. 44).

A interação social definida pelas três leis sociológicas ilustra que pode ocorrer resultados diferentes em torno da interação. Por um lado, pode ocorrer divergência de ideias na qual um dos indivíduos acabara cedendo de acordo com o poder de convencimento do outro. De outro lado, pode ocorrer que ambos mudem de opinião e demonstrem interesse por uma terceira opção. Com base nas leis fundamentais da teoria sociológica, Figueiredo (1991) formulou a aquilo que ele chama de “lei geral” do comportamento político. Ela diz que o comportamento do indivíduo (Y) se dá em função da interação na qual ele está envolvido com seus pares mais próximos (AB), e com outros mais distantes (ZX) e também de seu grau de coerência de opinião (Oy), no momento em que é feita a observação. As variáveis explicativas em torno do comportamento político estão relacionadas com a frequência e a natureza na qual ocorrem as interações dos indivíduos. Esses dois fatores inter-relacionados constituem as relações sociais.

Características demográficas (religião, raça e local de residência-urbano/rural) são traços que permitem identificar os grupos sociais de pertença, possibilitando a inclinação do perfil, para um determinado grupo X, Y ou Z. Assim, se comportam relativamente como preditoras do comportamento eleitoral. As características acima mencionadas promovem diferenciações, clivagens, no processo de interação social que têm seu reflexo na esfera política. Sua transmissão é de geração a geração, como uma herança social, resistindo mediante a o distanciamento de grupos diferenciados. Mesmo aqueles que mudam sua opção política no decorrer da campanha tendem a regressar as opções estabelecidas previamente. Isto é, o eleitor tende a direcionar suas preferências de acordo com as observações feitas no grupo de pertença. Finalmente, se constatou que a maioria dos indivíduos que não se interessam pela política, possuem um conhecimento limitado sobre este assunto, definindo seu voto em função de princípios e não através da razão (FIGUEIREDO, 2008)¹⁶.

¹⁶ As obras “The People’s Choice” e “Voting” fundantes do modelo sociológico, para alguns autores elas foram uma antecipação dos desdobramentos que os estudos sobre comportamento eleitoral teriam, principalmente no campo da psicologia e da psicologia social, Antunes (2008) e Visser (1994).

A interação política é um processo que se dá dentro do desenvolvimento socioeconômico das sociedades. As diferentes formas de participação política têm a ver com a diversidade desse desenvolvimento, pois a decisão do indivíduo é resultado do contexto social, político e cultural na qual ele se encontra inserido. Assim, a corrente sociológica tem um olhar macro buscando compreender as escolhas dos indivíduos a partir de variáveis (partido, ideologias, identidade de grupos e classes sociais), sendo que as preferências dos eleitores em uma visão da sociologia política centram-se na existência de identidades culturais pré-estabelecidas (FIGUEIREDO, 1991).

Para Figueiredo (1991), a identidade cultural pode ser expressa através do regionalismo, bairrismo, similaridades étnicas ou convergências de interesse, possibilitando desta forma que os indivíduos se identifiquem e formem opiniões em torno de um determinado assunto político, social ou econômico. Dependendo do grau de coesão do grupo, passa a ter maior ou menor aceitação. Para Radhmann (2001), existem três correntes de análise do comportamento eleitoral inseridas na vertente sociológica: a marxista; estrutural funcionalista e o pragmatismo metodológico. Na ótica marxista, a decisão do voto está fundamentada na relação entre o partido político e a classe trabalhadora; na estrutural funcional, o status do indivíduo na sociedade teria uma relação como a decisão do voto e, por fim, o pragmatismo metodológico pressupõe que o comportamento eleitoral do indivíduo está relacionado com as características socioeconômicas.

A obra clássica de Lipset *“Political man: the social bases of politics”*, de 1967¹⁷, é fundamental para análise do comportamento eleitoral na visão sociológica, devido a sua abordagem sistemática. O autor defende que as condições das democracias são fundamentais para analisar os dissensos ou consensos existentes no interior dela. Essas condições seriam os contextos sociais e políticos nos quais os indivíduos se encontram inseridos (educação, renda, posição, poder, profissão ou propriedade). As interações sociais conflitantes implicam interações políticas conflitantes, produzindo resultados mais ou menos distintos para cada grupo social distinto em torno da mesma sociedade. Através de uma análise sobre o comparecimento eleitoral Lipset (1967) constatou o seguinte:

[...] padrões de participação eleitoral idênticos em diversos países europeus, no sentido de que os homens votam mais do que as mulheres; os de maior instrução, mais do que os de pouca instrução; os residentes urbanos, mais do que os rurais; os eleitores entre 35 e 55 anos de idade, mais do que os mais jovens e os mais idosos; as pessoas casadas, mais do que as solteiras; as pessoas de elevada posição social,

¹⁷ A versão inicial desta obra foi publicada em 1960.

mais do que as de baixa condição; e os membros de organizações, mais do que os não membros (p. 191)¹⁸.

As explicações para essas diferenças em torno do comparecimento eleitoral foram justificadas a partir das interações conflitantes, na estrutura social que afetariam os níveis de comparecimento eleitoral. Assim, essa explicação estaria em torno de seguintes fatores a) a relevância da política governamental para o indivíduo; b) o acesso a informações acerca da relevância das decisões políticas para os seus interesses; c) as pressões sociais para o exercício do voto; e d) as pressões cruzadas de interesses, informações ou grupos conflitantes (p.194)¹⁹. As interações sociais conflitantes podem ao mesmo tempo aproximar ou afastar o indivíduo do cenário político, resultando no maior ou menor comparecimento eleitoral.

Fatores como nível educacional; raça; etnia; status profissional; crise econômica, participação cívica; localização residencial (rural-urbano); idade, sexo; renda permite com que o indivíduo confrontado num contexto de interação social (família, colegas de trabalho, amigos) se engaje mais ou menos no cenário político. Porém, estes sofrem também influência das mídias de massa, partidos políticos, ações governamentais, que são filtrados dentro do contexto social de cada eleitor. (LIPSET, 1967; FREIRE, 2001). Outras contribuições importantes para este modelo de análise comportamental do eleitor foi de Brady, Verba e Scholzman (1995)²⁰, estabelecendo uma causalidade direta entre as condições socioeconômicas e o engajamento na participação política, segundo o qual o recurso individual do eleitor o condicionam ao engajamento no cenário político. Sendo assim, a taxa de comparecimento nas eleições pode ser explicada através das condições socioeconômicas do eleitor.

Em síntese, podemos afirmar que a perspectiva sociológica dá maior ênfase ao contexto social para a compreensão do comportamento eleitoral do cidadão. Apesar do voto ser uma ação individual, ela resulta dessas interações que ocorrem dentro da estrutura social, ou seja, o comportamento eleitoral do cidadão deriva da natureza e densidade das interações. Dessa forma, os argumentos levantados pelos autores (BRADY, VERBA & SCHOLZMAN, 1995; LIPSET, 1967; FREIRE, 2001; FIGUEIREDO, 1991, 2008; CASTRO, 1994; PRZEWORSKI, 1994; BOUDON, 1995; BERELSON, LAZARFELD & MCPHEE, 1954). Assim, essa perspectiva se torna pertinente para nosso estudo por oferecer algumas variáveis

¹⁸ Para mais detalhes, veja a tabela da página 193, onde o autor faz uma síntese em torno do comparecimento eleitoral mais alto e baixo tendo em conta as interações conflitantes dentro da classe: renda, escolaridade, situação ocupacional, sexo, idade, tempo de residência, estado civil, indivíduos conectados a alguma organização e raça.

¹⁹ Para melhor aprofundamento, veja Lipset (1967), tabela II, p. 194.

²⁰Beyond Ses: A Resource Model of Political Participation.

que poderão ser testadas ao longo do nosso estudo, com vista a obter algumas percepções sobre o comportamento do eleitor.

1.2 PERSPECTIVA PSICOLÓGICA DO VOTO

A abordagem psicológica do voto foi elaborada por pesquisadores da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos da América, sob a coordenação de Angus Campbell no final dos anos 50. Por isso o nome “Modelo de Michigan”. No primeiro instante, estes autores buscavam perceber o impacto das mídias de massa na estruturação do voto do eleitor. A ênfase dessa teoria se centrava na questão psicológica do eleitor, através da formação de identidades subjetivas por meio de avaliações individuais baseadas em amostragens, através de pesquisas (surveys)²¹, possibilitando um conjunto de generalizações em torno do comportamento eleitoral (CAMPBELL ET al,1960).

Durante as pesquisas de painel²² em torno das presidenciais nos EUA, com objetivo de perceber a familiarização do eleitorado norte americano em relação ao termo ideologia de forma ampla, os pesquisadores constataram que 3,5% do eleitorado nos finais da década 60 já possuía um sistema de crença relativamente abstrato e ideológico. Desses, 12% teriam um nível ideológico médio, isto é, esses eleitores não tinham precisão sobre o conceito ideologia. Por fim, 84,5 não teriam familiaridade com termo ideologia. Assim, a maioria dos eleitores tende a definir seu voto com base na identidade partidária que é adquirida no seio familiar ou nas relações sociais. Este modelo não vê a questão ideológica como elemento fundamental na decisão do voto, mas sim a identidade partidária como a principal determinante, desconsiderando qualquer vínculo ideológico. O comportamento eleitoral está centrado na personalidade do indivíduo e no seu sistema de crença, que são independentes do contexto social no qual está inserido.

Esta teoria emerge como complemento da teoria sociológica, sem descartar os fatores macros em torno das predisposições sociais que estariam por de trás da explicação sociológica do voto. Esta teoria, além de considerar o contexto social como fundamental para o maior ou

²¹ Nas eleições de 1948 nos Estados Unidos, os pesquisadores aplicaram um survey nacional sobre as atitudes dos norte-americanos em relação à política externa do governo do democrata Harry Truman. Dentre as várias questões, havia indagações sobre interesse por política, orientação política, se votariam nas eleições e em quem votariam. No decorrer da campanha eleitoral, várias pesquisas foram realizadas e os resultados deram recorrentemente a vitória ao candidato da oposição, o republicano Thomas Dewey. Dentre os institutos que realizaram as pesquisas, estava o Gallup Poll, tradicional empresa de pesquisa fundada em 1935.

²² O trabalho seminal de Converse, “The Nature of Belief Systems in Mass Publics” (1964), comparou a estabilidade da identificação partidária com as posições dos eleitores em relação a certos temas políticos (issues) em uma pesquisa de painel, tendo como objetivo acompanhar a continuidade ou alteração das opiniões dos indivíduos, através da coleta de opinião da mesma amostra da população em períodos diferentes.

menor engajamento na participação eleitoral²³, introduz a questão atitudinal²⁴ dos indivíduos na decisão do voto, visto que são elas que desencadeiam comportamentos dos atores envolvidos na arena política. O modelo sociológico não explicava com precisão as oscilações na participação eleitoral.

[...] três variáveis são importantes para predizer o voto dos eleitores: a identidade partidária, suas opiniões sobre assuntos políticos e a imagem dos candidatos. A identidade partidária tem um valor chave nesse esquema: é um elo relativamente estável do eleitor com o mundo da política e tende a condensar, num formato simbólico rarefeito, as inclinações do eleitor, e suas percepções sobre a política. Esta identidade incorpora um fator psicológico, não completamente racional, que se forja ao longo do tempo, na interação do eleitor com a política. Um dos trunfos nas análises de Michigan foi justamente mostrar como esta identidade é o melhor preditor da escolha eleitoral (BALBACHEVSKY & HOLZHAKER, 2004, p.243).

A teoria psicológica pressupõe que os indivíduos interagem tanto socialmente como politicamente, tendo em conta preceitos psicológicos. Assim, estes indivíduos tenderão a articular suas preferências da mesma forma, por mais que estejam em contextos diferentes. Daí que essa invariabilidade em torno das suas preferências determina as atitudes e as ações políticas levada a cabo por eles. Com base nesse pressuposto, os autores dessa escola afirmam que para compreensão de qualquer fenômeno social é necessário ter em conta como os indivíduos assimilam a organização e as relações sociais.

As decisões eleitorais podem ser explicadas mediante as atitudes dos eleitores no decorrer do processo histórico. Articulado em torno do meio social, dos valores e crenças que o eleitor possui, é produzido aquele que chamamos de identificação partidária²⁵. Essa identificação partidária resulta de certos comportamentos aprendidos no meio familiar, ambiental, cultural e histórico que compõe o processo de socialização em relação a outros grupos. Esses elementos teriam impacto no comportamento do eleitor, fazendo com que ele esteja constantemente apto a comparecer no escrutínio eleitoral.

O conceito IP se refere exclusivamente à sentimentos estáveis desenvolvidos pelo eleitor no processo de socialização. É algo que inicia ainda na infância, moldando a perspectiva política na fase adulta. Se, por um lado, a identificação partidária pode ser

²³ Independentemente das nítidas diferenças existentes entres ambos os modelos, estes explicam a estabilidade dos processos eleitorais.

²⁴ Neste modelo, a influência do comportamento do indivíduo por meio da interação social não é completamente descartada, porém, o modelo psicológico se encontra ancorada na teoria de “grupo de referência” (derivada da psicologia social), enfatizando que os laços afetivos dos indivíduos/eleitores em relação aos partidos influencia sua reflexão, portanto as legendas partidárias se torna referência da sua ação política, para denominar esse tipo de referência os autores utilizaram o conceito de identificação partidária (conceito de identificação partidária foi criado por George Belknap e Angus Campbell no artigo: “Political Party Identification and Atitudes toward Foreign Policy”, *Public Opinion Quaterly*, 15: 601-624 1952).

²⁵ A identificação partidária origina-se de uma adesão psicológica aos partidos existentes, o que confere estabilidade ou não ao comportamento, pois os partidos funcionariam como catalisadores da síndrome adesão alienação.

duradoura, por outro lado, ela pode sofrer alterações ao longo do tempo (médio ou longo prazo). A identificação partidária seria a principal predisposição dos eleitores no processo eleitoral e não as condições sociológicas, a IP age com vista a enviesar a atitude do eleitor em relação a três fatores: os candidatos, os temas políticos e a avaliação do desempenho do partido em torno de assuntos internos e externos (HARROP & MILLER, 1987).

[...] às questões políticas começa antes de os indivíduos terem idade para votar e, em grande medida, são um reflexo de seu ambiente social imediato, sendo a família o ambiente preponderante. Assim sendo, as atitudes políticas se formam e se integram no sistema político por meio de um “sistema de personalidade” (FIGUEIREDO, 2008, p.25).

A IP se torna relevante na medida em que possibilita não apenas a explicação do condicionamento da decisão do voto pela identificação psicológica do eleitor com o partido, como também porque mostra como essa identificação tende a apresentar uma maior estabilidade ao longo do tempo, independentemente da classe social e da ideologia. Contudo a lealdade adquirida (ou herdada) em torno de um determinado partido tende a ser mais decisiva (REIS & CASTRO, 1992).

A matriz explicativa dessa teoria está centrada na IP, baseada na ideia de que uma vez formadas as opiniões, atitudes, ideias em torno da sociedade, tendem a ser estáveis ao longo de um determinado período. Sendo assim, o posicionamento político do indivíduo encontra sua explicação no campo atitudinal, onde está cristalizado todo conjunto de crenças políticas pré-existentes. Segundo Perea (1999) o modelo psicológico do comportamento eleitoral se tornou mais influente que o sociológico, não só nos EUA, mas também em diversos países anglo-saxônicos que tiveram influência norte-americana, tais como Reino Unido, Irlanda, Austrália e Canadá.

Em relação à IP, Converse identificou altas correlações em torno da estabilidade partidária ao longo de um determinado tempo. Para este autor, a instabilidade partidária seria resultado de ausência de um público devidamente informado para poder lidar com questões políticas de forma coerente e abstrata. Seus achados mostraram existir um abismo entre o pensamento político das elites e das massas. Isto se dá devido à inconsistência nos posicionamentos dos eleitores em relação aos temas. A principal contribuição do autor está na ideia de que o eleitorado norte americano possuía um sistema de crenças²⁶ pouco coerente, estreito e instável (CONVERSE, 1964).

²⁶ Sistema de crença como é constituído por conjunto de “ideias-elementos” dos eleitores postos em forma de constrangimento diante deles ou no processo de interação. O conceito constrangimento se refere a capacidade de prever a atitude do indivíduo em relação a um questão política tendo em conta inicialmente o posicionamento do mesmo em relação a uma dada questão. O autor exemplifica da seguinte forma: “se uma pessoa se opõe à expansão da seguridade social,

O interesse de entender a motivação para a política é incorporado ao estudo do comportamento eleitoral na visão psicológica a teoria da alienação²⁷, que é uma teoria formulada pela sociologia. Esse fato estimula a explicação do comportamento eleitoral via duas vertentes: a psicanalítica e a psicologia social. A alienação política seria a rejeição consciente de todo o sistema político, através da apatia que se manifesta através do seguinte pensamento: Eu não sou sujeito da vida política; os interesses do governo não vão de encontro ao meu.

A alienação política não implica apenas o desinteresse, como também a rejeição. No sentido psicanalítico do termo ‘alienação’ (mas não na ótica marxista), Lane utiliza a definição de Fraz, defendendo que a alienação política é a rejeição consciente de todo o sistema político. Essa alienação se expressa por meio da apatia, uma vez que tal sentimento se baseia na percepção dos indivíduos de que “não veem possibilidade de mudar coisa alguma no sistema por meio de seus esforços” (LANE, 1999:162).

Alienação política seria rejeição consciente de todo o sistema político, através da apatia, identificado como a síndrome das três atitudes. Elas podem ser exemplificadas da seguinte forma: a) eu sou objeto e não sujeito da vida política (não tenho influência); b) o governo não cuida nem administra no meu interesse; c) eu não aprovo o processo de tomada de decisões, as regras são injustas, ilegítimas e a Constituição parece fraudulenta (LANE, 1999:162).

Seeman²⁸ identifica cinco dimensões básicas que constituem a “síndrome” da alienação: impotência (*powerlessness*); ininteligibilidade (*meaninglessness*); anomia (*normlessness*); isolamento (*isolation*); e auto-diferença (*self-estrangement*). A impotência é um sentimento individual de que “eu não tenho influência alguma no que o governo faz”. A ininteligibilidade é o sentimento de que as decisões políticas são totalmente imprevisíveis, pois não se vê sentido ou coerência no rol de decisões; a anomia é a percepção de que, embora as normas e regras que regem as relações políticas sejam aceitas pelos políticos e ocupantes de cargos políticos importantes, comumente são desrespeitados; o isolamento, que é a rejeição dos objetivos e normas políticas amplamente aceitas por outros membros da sociedade e a auto-diferença, que é o sentimento de que votar ou exercer outras obrigações políticas é mera formalidade (FIGUEIREDO, 2008).

provavelmente é um conservador e provavelmente se opõe também a qualquer estatização de indústrias privadas, à ajuda federal para educação, ou ao aumento de impostos e assim por diante” (CONVERSE, 1964: 207).

²⁸ Em “On The Meaning of (1959), faz um estudo conceitual desse fenômeno, baseado em estudos experimentais”.

Assim sendo, para compreender o comportamento eleitoral, é necessário ter em conta um conjunto de valores, crenças e atitudes individuais de cada eleitor dentro do contexto na qual ele se insere. Silva (2016), na sua tese de doutorado, sintetiza as seguintes variáveis como aquelas que possibilitam perceber a oscilação das taxas de abstenções tendo em conta a lógica do modelo psicológico: a) identificação partidária; b) interesse pela eleição, campanha eleitoral e por política; c) sentimento de eficácia subjetiva; d) avaliação das instituições políticas e do processo eleitoral; e) percepções acerca do cenário político e da conjuntura mais geral; f) sentimento de dever cívico.

Porém, a partir da década 70, as diretrizes básicas estabelecidas por esses modelos passam a ser questionados devida à volatilidade eleitoral e o declínio da identificação partidária. Essa discussão tem seu marco nos Estados Unidos, com trabalhos importantes levados a cabo por Nie, Verba & Petrocik (1976), que culminaram com o livro “*The Changing american voter*”. Nele, eles analisam as eleições presidenciais de 1972, agregando-os dados de eleições ocorridas desde a década 50. Os autores procuraram mostrar que o modelo sociológico e psicológico não tinha peso explicativo nas eleições norte-americanas a partir dos anos 70, devido as mudanças ocorridas ao longo desse período que alteraram a centralidade da IP na estruturação do voto²⁹.

Não obstante o declínio do partidarismo, a identificação partidária continua sendo uma variável importante na explicação do comportamento eleitoral nas democracias (WEISBERG & GREENE, 2003). Assim, com objetivo de buscar novas explicações em torno do comportamento do eleitorado no final os anos 50, emerge um novo modelo de análise elaborado por Anthony Downs na obra “*An Economic Theory of Democracy*³⁰”, baseado na teoria da escolha racional.

1.3 PERSPECTIVA ECONÔMICA DO VOTO

A obra clássica de Anthony Downs “*An Economic Theory of Democracy*³¹” é fundamentada na teoria da escolha racional aplicada à política. A teoria da escolha racional

²⁹ Os achados desses autores mostravam que, nos anos 60, os temas políticos passam a ter mais consistência na estruturação do voto do que nos anos 50, colocando em causa as diretrizes da psicologia do voto que coloca a IP como elemento fundamental na estruturação do voto. Nota-se que o eleitor norte-americano havia mudado e essas mudanças sociais, destacadamente os incrementos em educação, produziram um incremento na competência política, maior coerência ideológicos, maior atenção e discernimento temático e menor vinculação aos partidos, entre outros (JUSTEL, 1995).

³⁰ Este volume foi originalmente publicado em 1957.

³¹ É na obra de Anthony Downs, publicada primeiramente em 1957, que emerge a análise da racionalidade econômica do voto dentro do campo da ciência política, essa obra acabou ficando conhecida no campo dos estudos eleitorais como “*Teoria Econômica do voto*”. Os partidos políticos e os eleitores são concebidos como agentes políticos que buscam maximizar suas preferencias subjetivas, a partir de uma lógica de mercado.

explica o comportamento dos indivíduos como auto-interessado e instrumental. Isso significa que todos os fenômenos sociais devem ser compreendidos como produto da ação racional do indivíduo, ou seja, as ações e decisões dos indivíduos são feitas com objetivo de satisfazer suas preferências individuais (subjetivas) tendo em conta as condições existentes em um conjunto de oportunidades (objetivos). Orientando, nesse sentido, na maximização dos benefícios e redução dos custos, isto é, o homem racional decide votar, assim como toma um conjunto de decisões, se os benefícios/*payoffs* forem maiores que os custos da sua ação (ELSTER, 1992; DOWNS, 1999).

O indivíduo é a unidade de análise dessa teoria, ou seja, ela é fundamentada no individualismo metodológico, segundo o qual é possível compreender o comportamento do eleitor a partir de preceitos do mercado econômico visando maximizar a função de utilidade individual em cada ação dos indivíduos em torno de uma determinada ação ou decisão. A decisão do voto é concebida como produto de uma ação racional do indivíduo orientado por cálculos de interesse próprio, visando maximizar seus objetivos. Portanto, o engajamento do indivíduo na participação eleitoral ocorre quando os benefícios são maiores que o custo do seu voto, isto é, o eleitor racional age mediante as maiores recompensas do seu voto. Todo eleitor racional decide votar ou não quando ocorre o seguinte: se a recompensa for positiva, ele vota nos ocupantes do cargo, se for negativa, na oposição, se for zero, ele se abstém (CASTRO, 1994; DOWNS, 1999),

[...] A discussão feita por Downs trata o processo político-eleitoral em termos análogos aos que são utilizados para dar conta do jogo do mercado na ciência econômica, salientando o cálculo realizado por partidos e eleitores em variadas circunstâncias que se encontram regularmente ao tomar suas decisões” (p. 16).

Na teoria econômica³² dowsiniana, a decisão do eleitor inicialmente era analisada em torno da perspectiva mais tradicional da teoria econômica³³. Nesse caso, o eleitor racional deposita seu voto de acordo com o diferencial partidário esperando a utilidade o seu voto. O voto é decido através do cálculo diferencial das rendas de utilidade que os partidos podem oferecer ao governo. Porém, devido à quantidade de ilimitada de informação, o eleitorado não consegue prever qual dos partidos pode oferecer maior utilidade aos eleitores (dado à previsibilidade do desempenho do partido futuramente). Daí há uma necessidade do eleitor

³² É notória uma expressiva literatura internacional sobre o chamado “voto econômico”, com autores tais como Kiewiet (1983), Lewis Beck (1988), Kinder, Adams e Gronke (1989), Duch (2008) e seu impacto principalmente no plano do comparecimento eleitoral, em obras de Downs (1999) e Aldrich (1993).

³³ A decisão do eleitor é feita através de uma perspectiva de decisão de curto prazo e com uma quantidade de informação ilimitada dos partidos políticos ou candidatos às eleições.

downsiano adequar os meios aos fins esperados, o que lhe permitirá agir de forma estratégica, direcionando sua decisão a opção que mais benefício o trará, tanto economicamente como socialmente.

Na teoria econômica tradicional, o cálculo feito pelo eleitor tem a ver com a quantidade de informação ilimitada e gratuita que ele recebe ao longo da campanha eleitoral. Para Downs, isso impossibilita que ocorra a tomada de decisão eleitoral na prática, visto que o processo de se tornar informado é complexo devido o tempo e recursos escassos. Isso impossibilita que todos os eleitores percebam o universo político e julguem as ações dos partidos e seus posicionamentos em torno dos temas políticos, pois o custo para se manter informados são maiores que seus objetivos. Assim, a premissa básica desse modelo é a de que os eleitores decidem racionalmente, tendo em vista os recursos escassos de informação que otimizam o processo de tomada de decisão. Assim, Downs sugere que os eleitores usem várias maneiras de agir frente à incerteza, reduzindo desta forma o custo de informação, sendo a ideologia uma destas formas (DOWNS, 1999).

Assim, a ideologia para o eleitor racional seria o caminho mais razoável para que ele compreenda o cenário político na tomada da sua decisão. Esse caminho mais razoável e econômico é chamado, na teoria de Downs (1999), de atalho de informação. Em tese, o eleitor racional é aquele que, confrontado com baixo nível de informação sobre o posicionamento dos partidos em torno dos assuntos políticos, utiliza a ideologia partidária para reduzir o custo de informação sobre o posicionamento de cada partido. Ele visa se aproximar da ideologia que lhe trará maior benefício. Para Downs (1999) a ideologia partidária só se torna uma forma racional de decisão na medida em que os partidos mantenham estáveis suas plataformas políticas e ao longo do governo ajam de acordo com sua ideologia.

Basicamente, o eleitor racional possui uma ordem de preferências subjetivas em torno de certos elementos e a obtenção do melhor nessa ordem lhe confere maior satisfação em relação a outras preferências. O eleitor tem capacidade de reconhecer seus interesses no âmbito eleitoral, daí porque a escolha do candidato está mais sintonizada com seus objetivos. Importa frisar que, para teoria da escolha racional, o voto tem um caráter instrumental. Por conta disso, os elementos sociológicos e psicológicos são tratados com menor relevância nesta teoria, que se volta à racionalidade da decisão do eleitor.

O eleitor, na visão da teoria da escolha racional, age tendo em conta seus interesses. O processo de escolha do eleitor se assemelha a uma situação do mercado. Portanto, as eleições são visualizadas como um mercado de concorrência perfeita, no qual ocorre encontro entre o

vendedor e o comprador. A política é vista como um espaço de confronto entre a oferta e a procura. Assim, no mercado eleitoral, propicia o encontro entre as ofertas de programas partidários e as demandas dos eleitores. Os valores e a fidelidade partidária são desvalorizados nessa lógica, pois a ideia é que o eleitor é racional. Por isso que os políticos entram em concorrência agindo na lógica racional do mercado (DOWNS, 1999).

Assim, a racionalidade compreende a seguinte estrutura lógica:

[...] (1) ele consegue tomar uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; (2) ele classifica todas as alternativas diante de si em ordem de preferência de tal modo que cada uma é ou preferida, indiferente, ou inferior a cada uma das outras; (3) seu ranking de preferência é transitivo; (4) ele sempre escolhe as alternativas, dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar no seu ranking de preferência; e (5) ele sempre toma a mesma decisão quando confrontado com as mesmas alternativas (DOWNS, 1999, p. 28).

Downs (1999) introduz o conceito de “renda utilitária”, que se tornou um mecanismo para o eleitor mensurar os possíveis benefícios que obterá em cada candidato que disputa as eleições depois de eleito. Sendo assim, o eleitor acaba votando no partido ou candidato que lhe ofereça maiores ganhos em detrimento do custo do seu voto, isto é, votará no candidato ou partido no qual ele prevê um maior crescimento de renda utilitária nos próximos anos ou que lhe proporcionará benefícios, seja na esfera econômica como social. Figueiredo (1991) acrescenta que as relações de empatia cedem lugar a relações de entropia entre o eleitor e candidatos, através das quais cada indivíduo de forma isolada reage e age continuamente em resposta à sua percepção e experiência em torno do cenário econômico.

Para teoria da escolha racional, por um lado, as restrições estruturais não determinam completamente as ações praticadas pelos indivíduos. Por outro lado, dentro do espectro de ações factíveis e compatíveis com aquelas restrições, os indivíduos escolhem as que nas suas perspectivas trarão melhores resultados (ELSTER, 1996). Assim, a visão do modelo racional, centra-se na premissa de que o comportamento dos indivíduos tem como finalidade a maximização dos seus ganhos³⁴.

Assim, o eleitor racional para Downs “se refere unicamente ao homem que se move em direção a suas metas de um modo que, ao que lhe é dado saber, usa o mínimo insumo possível de recursos escassos por unidade de produto valorizado” (DOWNS, 1999: 27). Entretanto, o eleitor racional opta pelo partido ou candidato que lhe ofereça maior renda de utilidade³⁵. Por exemplo, em sistemas bipartidários (X-Y), a definição da maior renda de utilidade é feita

³⁴Por um lado, desde a sua formulação nos meados dos anos 50, esta teoria tem recebido inúmeras contribuições, como, entre outros, Tullock e Buchanan (1962); Riker e Ordeshook (1968), por outro lado, tem recebido algumas críticas, como, entre outros, Green e Shapiro (1994); Baert (1997) e Perea (1999).

³⁵ Aqui, o termo renda de utilidade se refere especificamente à renda de utilidade proveniente da atividade governamental.

através de subtração simples. O eleitor coloca as rendas de utilidades esperadas de cada partido: se for positivo, ele vota no partido no governo (X), se for negativa na oposição (Y), se for zero, ele se abstém (DOWNS, 1999). “A diferença entre essas duas rendas de utilidade esperadas é o *diferencial partidário esperado* do cidadão” (DOWNS, 1999, p.60). A fórmula Downsiana da determinante da decisão do sentido do voto:

$$E(U^A_{t+1}) - E(U^B_{t+1})$$

Para Silva (2016), a perspectiva Downsiano tem seu centro de gravidade no cálculo racional custo X benefício realizado pelo eleitor. O comportamento do eleitor se dá em função do resultado da operação matemática de subtração, na qual os outputs e o retorno de utilidade ocupam o espaço do minuendo. Os inputs e os custos para obtenção dos outputs ocupam o espaço do subtraendo e a diferença ou resto, resultado da operação, determina “o que fazer”: se for positivo, o racional é votar; se for negativo, o racional é se abster (SILVA, 2016:47). Desta forma, a utilidade esperada não deve ultrapassar os custos das nossas ações: caso seja mais racional, é natural que o eleitor opte pela abstenção. Na lógica Downsiana, perante elevados custos de votação, se abster é uma escolha racional: “é racional porque o ato de votar é um pré-requisito necessário para democracia; portanto, a democracia é, nesse sentido, uma recompensa pelo ato de votar. Chamamos a parte dessa recompensa que o cidadão recebe a cada eleição seu *valor de participação em longo prazo*” (DOWNS, 1999, 288).

Fiorina (1981), no livro “*Retrospective Voting in American National Elections*”, com base no mesmo modelo, buscou demonstrar que os eleitores menos informados ao se depararem com as retóricas persuasivas das campanhas, tomam decisões meramente racionais. Independentemente do grau de informação sobre o processo político, o eleitor tende a decidir de acordo com o impacto das atividades governamentais, utilizando a melhoria do seu bem-estar para direcionar seu voto. Essa premissa baseia-se no voto retrospectivo. O primeiro a realizar essa pesquisa foi Key (1966), tendo como a obra de referência “*The Responsible Electore*”. Devido à complexidade de informação em relação aos assuntos políticos e o baixo conhecimento que o leitor possui em relação aos partidos e candidatos, a retrospectiva seria uma forma viável de obter informação, dado que é menos oneroso adquirir informação sob o que já foi feito pelo partido ou candidato. Sendo assim, o eleitor tem como

olhar para os feitos anteriores e decidir a direção do seu voto. Assim, a in/satisfação com o governo e a economia³⁶ é um dos elementos fundamentais na direção do voto do eleitor.

Assim, como argumenta Figueiredo (1991), se o custo do voto não for compensado pelos partidos ou candidatos, o eleitor passa a ter um comportamento abstencionista em relação às eleições. O eleitor utiliza o voto como um meio de recompensa. Caso a avaliação do governo não seja positiva, o voto passar a ser um meio de “punição”. Entretanto, a direção do voto depende da capacidade que os partidos ou candidatos têm de suprir as necessidades sociais dos diversos segmentos da sociedade, colocando em primeiro plano as demandas de específicas e em segundo plano as que podem ser feitas a longo prazo.

O modelo de voto retrospectivo de Fiorina (1981), desenvolvido com base nas premissas de Downs (1957) e Key (1966), os fatores de longo e curto prazo interagem na decisão do voto do eleitor. Neste caso, o fator de longo prazo no processo de decisão do voto é a identificação partidária, ela não se dá nos moldes da escola psicológica, que se refere aos vínculos emocionais que o eleitor possui. Nesse caso, se refere ao produto racional de uma contínua avaliação da consistência da atuação dos partidos. Enquanto os fatores de curto prazo se referem às situações postas durante um governo específico que podem abalar essa tendência de longo prazo, alterando assim as predisposições partidárias existentes. De forma resumida, podemos dizer que os eleitores racionais, ao entenderem que o atual mandato do candidato ou partido na qual se identificam não lhes garantiu a renda de utilidade esperada, podem decidir não engajar seu voto mediante a essa identificação, direcionando seu voto para outro partido ou candidato.

1.4 O DEBATE EM TORNO DA ALIENAÇÃO ELEITORAL

A literatura em relação à alienação eleitoral se caracteriza pelo grande volume de estudos sobre seus determinantes nas democracias emergentes, concretamente no Brasil onde se adota o voto obrigatório. A alienação eleitoral agrega abstenções, votos nulos e brancos, conforme difundido por Santos (1987) no seu livro “Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira”. Em relação a outros estudos elaborados nas democracias emergentes, encontram-se reflexões sobre comparecimento ou abstenção do eleitor, assim como pesquisas voltadas apenas para o voto branco e nulo de forma isolada, como é o caso de Moçambique.

³⁶ Como demonstra Tufte (1978), o aumento da renda impacta em aumento na votação dos candidatos do partido do presidente que disputam as eleições congressuais. Mais especificamente, o impacto se deu na seguinte proporção: a cada aumento real de 100 dólares na renda per capita dos eleitores norte-americanos, impactou em um aumento de 3,5 pontos percentuais de votos nos candidatos do partido do presidente em disputa para o Congresso.

Santos (1987), em *Crise & Castigo*, realizou o primeiro estudo sobre a alienação eleitoral, no qual atribuiu a mesma base causal a três categorias distintas que compõem a alienação eleitoral (abstenção, voto nulo e branco). O autor apresenta um conjunto de variáveis que devem ser lidas mediante questões racionais, tais como o nível de desenvolvimento econômico regional ou do eleitorado; grau de incerteza em torno do desdobramento do processo político e do retorno esperado do voto. Estas variáveis estariam associadas à expansão da alienação eleitoral. Assim, a alienação eleitoral seria resultado da reprovação da conjuntura política, econômico e institucional inseridas no jogo político. Quanto maior essa reprovação por parte do eleitor, maior é a taxa da alienação eleitoral.

Olavo Lima Júnior (1990, 1993), em seu artigo “Alienação eleitoral e seus determinantes” e no seu livro “Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80”, criticou Santos (1987) pela agregação de fenômenos distintos e atribuição das mesmas bases causais. De acordo com Lima Júnior (1990, 1993), os determinantes das abstenções eleitorais não são as mesmas dos votos brancos e nulos. [...] o que leva o eleitor a se abster não é exatamente o que leva o eleitor a votar em branco ou anular o voto (LIMA JÚNIOR, 1993, p. 101). A análise do autor partiu da desagregação dos componentes da alienação eleitoral, analisando assim separadamente as abstenções, votos nulos e brancos. Perante esse cenário, apresentou as seguintes variáveis previsoras: fatores ecológicos e socioeconômicos de natureza individual.

Para compreender as determinantes da alienação eleitoral, Lima Júnior (1993), propôs duas hipóteses a serem testadas. A primeira se relaciona a fatores ecológicos, como as abstenções. A segunda está ligada a fatores socioeconômicos de natureza individual (escolaridade). O autor utilizou dois modelos de regressão, sendo um para abstenção e outro para os votos nulos e brancos. Os principais achados dessa análise indicaram, por um lado, que a abstenção eleitoral está relacionada positivamente com a extensão territorial do estado e baixo nível de escolaridade, ou seja, quanto maior a extensão territorial e o baixo nível de escolaridade, maior são as taxas de abstenção. Ele concluiu que há uma relação negativa com o grau de urbanização, ou seja, quanto maior o grau de urbanização menor são as taxas de abstenção. Por outro lado, a extensão territorial tem efeito negativo: o eleitor que superou as barreiras ecológicas tende a votar em legenda/candidato. O baixo nível de escolaridade apresentou uma relação positiva, aumentando os votos nulos e brancos.

Costa (2007), em “Democracia e Representação Política no Brasil” buscou analisar a alienação eleitoral, resgatando a visão de Santos (1987), sobre a necessidade de ler o

fenômeno a partir de motivações racionais. Porém, Costa (2007), estabeleceu como parâmetro teórico os modelos do comportamento eleitoral, crise dos partidos políticos e da representação política, além do uso de variáveis ecológicas tais como: extensão territorial, densidade eleitoral, índice de desenvolvimento humano, índice de exclusão social e região geográfica. Buscando relacionar os fatores que impactam na alienação eleitoral nas eleições presidenciais, o autor sugere a seguinte hipótese “[...] cada eleitor comparece e deposita seu voto válido se imagina que o resultado da eleição lhe trará consequências positivas; caso contrário, não comparece ou, comparecendo, invalida o voto ou vota em branco” (p. 73).

Julian Borba (2008), em seu artigo “As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil”, optou pela perspectiva similar à de Costa (2007), porém buscou incluir na sua análise a dimensão da cultura política, para além das explicações racionalistas e sociológicas. Entretanto, o autor chegou aos seguintes resultados: em relação à abstenção, quanto maior for a renda e a escolaridade do eleitor, menores são as chances do eleitor se abster. Quanto às variáveis atitudinais “[...] os dados indicam, que a decisão de comparecer ou se abster é pouco relacionada à forma como o cidadão percebe a política e suas instituições (nenhuma associação significativa) (p. 150 -151)”. Os votos nulos e brancos obedecem outra lógica. Por um lado, os eleitores que avaliam negativamente o funcionamento das instituições políticas são mais propensos a votar nulo/branco, por outro lado, os eleitores que “[...] nutrem um alto sentimento de eficácia política subjetiva também são menos propensos a anular ou votar em branco” (p. 151).

Simone Bohn (2009), em artigo publicado no livro organizado por Baquero (2009) “Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro”, intitulado “Determinantes regionais da abstenção em eleições municipais e engajamento cívico com o poder local”, deu maior ênfase a questões em torno da alienação eleitoral no âmbito local. Esse foco nas eleições locais se dá pelo fato do município ser a [...] menor comunidade política à qual os eleitores pertencem e os representantes locais tendem a ser as lideranças políticas mais próximas dos indivíduos. A possibilidade de participar de sua escolha dá aos eleitores um senso de eficácia: a ideia de que seu voto importa. Também os faz sentirem-se incluídos no sistema político (BOHN, 2009, p. 18).

Já o estudo de Silva (2013) usa dados socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD, para investigar os determinantes da alienação eleitoral em nas eleições presidenciais de 2002. Usando o modelo de correlação de Pearson e regressão

para análise das variáveis sociais e atitudinais, descobre que elas são determinantes significativas na alienação eleitoral. Destaca as seguintes conclusões: a) os determinantes das abstenções não são os mesmos do voto inválido; b) em relação às abstenções, o autor apontou a existência de barreiras “[...] oriundas da própria estrutura social marcadamente desigual no país, criando obstáculos sociais que pesam no momento decisório de se dirigir às urnas” Silva (2013, p. 131); e por fim; c) o autor reafirma a necessidade de se matizar a tese do protesto, já que partes das anulações estão associadas a baixos indicadores de escolaridade³⁷, conforme os dados agregados indicaram.

No recente artigo “Votos Brancos e Nulos no Brasil: Bases cognitivas e atitudinais” escrito em parceria por Éder Gimenes, Julian Borba e Ednaldo Ribeiro (2014), buscou-se analisar as bases cognitivas e atitudinais dos votos brancos e nulos, tendo como marco teórico debates levados a cabo sobre o voto económico por Key (1966) e o voto economicista (KRAMER, 1971 & TUFTE, 1978). Os autores apresentam as seguintes variáveis centrais divididas em três dimensões: sendo a primeira “[...] no âmbito socioeconômico, foram selecionadas as seguintes variáveis: sexo (binária, 1 homem e 0 mulher), idade (total de anos de vida, com escala de 18 a 89 anos) e escolaridade (total de anos de estudo, com escala de 0 a 17 anos), esta última visando testar a tese da baixa sofisticação” (SILVA et al, 2014:69). A segunda “[...] variáveis atitudinais, foram escolhidos o Índice de Confiança Institucional (índice somatório de confiança no Congresso, nos partidos políticos, na Justiça e no Governo Federal, com escala de 4 a 28 pontos) e de Confiança no processo eleitoral (escala de 1 a 7 pontos)” (idem). E por último “[...] Índice de Avaliação da Economia, formado pela soma das avaliações retrospectivas da economia: pessoal e sociotrópica (escala de 2 a 10 pontos)” (idem).

Em relação aos estudos sobre alienação eleitoral em Moçambique, os estudos são bastante escassos. Essa escassez foi diagnosticada por Victorino e Souza (2016) em seu artigo “Pobreza e Alienação Eleitoral em Moçambique”:

“Em Moçambique, cujo sistema eleitoral adota o voto facultativo, as taxas de alienação eleitoral são bastante elevadas e existem poucos estudos que se lançaram em uma tentativa de entender este fenómeno. Daí que nos basearemos nos estudos feitos no Brasil onde o voto é obrigatório e as urnas são eletrônicas, diferente do

37 Novamente, resgatando a experiência de mesário nas eleições desse que vos escreve, é possível conjecturar que partes das anulações se dão por erro de digitação. Não foram poucas as vezes que eleitores saíram da cabine de votação sem ter concluído o processo, comumente, esses alegaram que já tinham votado nos seus candidatos. Também não foram raras às vezes em que a urna deu a indicação sonora do encerramento da votação e o eleitor continuou digitando. Quando indagado de que sua votação havia encerrado, o eleitor reagiu afirmando que ainda não havia votado em todos os seus candidatos.

nosso caso de estudo em que ainda prevalece o uso das cédulas eleitorais³⁸” (idem, p. 62).

Assim, para compreender os determinantes da alienação eleitoral em Moçambique, os autores analisaram a alienação eleitoral, utilizando como variáveis o índice de pobreza e a taxa de alfabetização, que caracterizam a sociedade moçambicana. Os achados indicam que o baixo índice de alienação eleitoral ocorrido nas duas primeiras eleições, realizadas em 1994 e 1999, está associado a fatores históricos do país³⁹; a experiência de um novo regime. Porém, após a realização dos terceiros pleitos eleitorais o índice de alienação eleitoral superou os votos obtidos pelos dois primeiros colocados das eleições presidenciais⁴⁰. O retorno esperado pelo eleitor após duas eleições teria pesado no momento da escolha sobre a participação no processo e escolha do candidato, vinculado a fatores como baixo nível da redução da pobreza e educação.

Luís de Brito (2009), em “*Sobre os Votos nulos*”, faz uma análise sobre a relação entre os votos nulos e o nível educacional dos eleitores, baseado na hipótese de que em zonas onde a taxa de analfabetismo é maior há uma maior tendência de o eleitorado votar nulo. Ao longo do estudo, observou que em zonas urbanizadas onde há uma maior concentração do eleitorado com maior nível educacional, há uma redução dos votos nulos comparado com as zonas rurais. O autor também faz menção a uma manipulação feita pelos membros da mesa de eleições ao criar mecanismos de anular votos em regiões onde a oposição é dominante. Outro aspeto considerado pelo autor está associado a insatisfação dos eleitores em relação às instituições políticas (BRITO, 2009).

Já o estudo de Marc de Tollenaere (2013) faz uma análise das abstenções, comparando o número de eleitores inscritos entre 1994 e 2004. Olhando para os dados dos abstencionistas, que se situaram em 12,1% em 1994; 30,5% em 1999; 66,9% em 2004 e 55,7% em 2009, o autor considera que grande parte dos abstencionistas de 2004 são registrados por conta da distorção dos dados do recenseamento eleitoral. Desde o primeiro recenseamento de raiz, em 1994, houve apenas atualização do mesmo, o que permitiu a inclusão de indivíduos que

38 Os estudos que originaram essa abordagem teórica dedicaram-se largamente na análise das eleições brasileiras onde o voto é “compulsório”, o que fez com que nos questionássemos se seus achados são aplicáveis a Moçambique onde o voto é facultativo, sendo que ambos os países fazem parte dos regimes democráticos emergentes.

³⁹Um ano após a Independência Nacional, se desencadeou uma Guerra civil em Moçambique, que durou aproximadamente 16 anos (não existe um consenso em torno da duração da guerra civil), que culminou com a introdução da nova constituição em 1990 e assinatura dos acordos de paz na capital da Itália, cidade de Roma em 1992, de 1975 até 1990 era vigente em Moçambique, o Sistema de Partido Único.

⁴⁰ Ver em Victorino et Al (2017), na qual analisa a geografia da alienação eleitoral nas eleições presidenciais de 2009 em Moçambique, Trabalho apresentado no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política.

havia completado idade eleitoral (18 anos), deixando constar ainda dentro dos cadernos eleitorais, eleitores não aptos (acima de 70 anos), aqueles que faleceram e a duplicação dos eleitores que mudaram de residência. Isso fez com que a abstenção fosse elevadíssima se comparada à 1999.

Salvador Forquilha (2017), no seu relatório de pesquisa intitulado “*Beira-Clivagens Partidárias e Abstenção Eleitoral*”, deu maior foco a questões relacionadas com abstenção eleitoral no âmbito local. Ao longo da sua pesquisa, o autor constatou o seguinte: o cenário de violência que ocorre durante o período eleitoral, concretamente no ato da votação, envolvendo a força de repressão, partidos políticos e seus apoiadores, não é uma simples violência política. Ela tinha por finalidade reduzir a confiança nos órgãos de gestão eleitoral por parte do eleitor, principalmente os eleitores e simpatizantes do partido da oposição. Isso faz com que este tenha receio de se dirigir às urnas no dia das eleições, acabando por se abster. Outra constatação foi de que o baixo desempenho do governo na provisão dos serviços básicos, assim como a dificuldade no acesso aos diversos fundos governamentais⁴¹, cria um sentimento de exclusão coletiva, contribuindo para o aumento das abstenções.

É sobre a perspectiva sociológica e econômica do voto que serão baseadas as nossas análises, tendo em conta o objeto que nos propusemos a estudar. Estas teorias nos permitirão perceber como as questões socioeconômicas influenciam na alienação eleitoral. Assim, a nossa análise será executada nos moldes propostos por Lima Júnior (1990; 1993), visualizando a alienação eleitoral de forma desagregada, pois não se pode atribuir a mesma casualidade a três elementos distintos.

A pesquisa se ancora no modelo sociológico e da escolha racional, como já havíamos nos referido anteriormente. Estes modelos permitem visualizar as nossas variáveis, que são de nível macro. Por um lado, o modelo sociológico parte do pressuposto que o meio em que o indivíduo se encontra inserido molda o seu comportamento em relação às questões eleitorais. As nossas variáveis - como densidade do eleitorado, taxa da população urbana, extensão territorial, taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade - buscaram dentro desta perspectiva perceber a influência sobre a alienação eleitoral. Por outro lado, a escolha racional parte do pressuposto que o indivíduo busca obter uma renda de utilidade governamental do seu voto. Sendo assim, o cálculo entre o custo e benefício do voto molda o

⁴¹Fundos do Plano Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU), o equivalente do Fundo de Desenvolvimento Distrital, vulgarmente conhecido como “sete Milhões”.

comportamento eleitoral. A nossa variável intensidade da pobreza permitirá visualizar de que forma esse cálculo impacta na alienação eleitoral.

2 O SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO DE MOCAMBIQUE

Este capítulo apresenta como objetivo estabelecer uma discussão sobre o sistema eleitoral e partidário presente na democracia moçambicana de forma a entender configuração do sistema de formação da representação política na esfera executiva e legislativa. Esta discussão se torna importante para conduzir o leitor a entender como está estruturado institucionalmente o sistema de representação e os elementos que compõem o processo de participação social no processo eleitoral e na relação entre representantes e representados.

2.1 DEBATE SOBRE SISTEMA ELEITORAL

O sistema eleitoral adotado num país pode exercer uma considerável influência sobre a forma de governo, a organização partidária e a estrutura parlamentar, refletindo até certo ponto na índole das instituições e a orientação política do regime. Um sistema eleitoral compreende um conjunto de elementos inerentes às eleições, desde o modo como são estruturadas, a forma de sufrágio, contencioso e o processo de escrutínio (TAVARES, 1994).

De acordo com Norris (2004) existem três componentes importantes que influenciam nas regras eleitorais: a estrutura constitucional, o sistema eleitoral e os procedimentos eleitorais. O primeiro representa o contexto institucional mais amplo, manifesto pela natureza do poder executivo (parlamentar ou presidencialista), a disposição da legislatura nacional (unicameral ou bicameral) e a centralização em governos unitários ou dispersão em arranjos federais. Em relação ao sistema eleitoral, se refere a múltiplos aspectos da lei eleitoral, entre eles, a estrutura da cédula eleitoral, a cláusula de barreira, a fórmula eleitoral e a magnitude do distrito. E, por fim, o procedimento eleitoral, relacionado com as regras detalhadas de questões mais práticas e técnicas, cuja ação é também importante no resultado das eleições.

As instituições eleitorais, por um lado têm efeitos mecânicos, relacionados com o conjunto de regras que determinam o processo de conversão de votos em mandatos, cláusula de barreira, fórmula eleitoral, dimensão do círculo eleitoral e a estrutura do voto (lista aberta ou fechada) que podem ditar níveis relativos de fragmentação e de (des) proporcionalidade. Por outro lado, as instituições eleitorais têm efeito psicológico, que diz respeito à influência das regras no comportamento dos partidos políticos e do eleitorado (voto estratégico e competição por temas específicos) (DUVERGER, 1970).

Sob o mesmo ponto de vista, Sartori (1982), alega que ambos os efeitos produzidos pelos sistemas eleitorais são apenas indiretos, pois estes são mediados dentro da estrutura do sistema partidário vigente em cada país. Desta forma, os sistemas partidários com níveis mais ou menos estruturados podem utilizar os dispositivos do sistema eleitoral com vista a gerar resultados mais favoráveis. Benoit (2004: 366-367) afirma o seguinte, [...] as leis eleitorais são instituições distributivas, no sentido em que facilitam a participação de um grupo em detrimento de outro grupo [...], entretanto é importante analisar os interesses que levam os atores políticos a escolher um determinado sistema eleitoral em detrimento de outro.

De acordo com Colomer (2005), os atores políticos tenderão a escolher ou manter o sistema eleitoral que lhes proporciona maiores vantagens. Os partidos menores tendem a optar por sistemas proporcionais e distritos eleitorais de maior dimensão, já os grandes partidos tendem a optar por sistemas eleitorais maioritários e distritos eleitorais com menor dimensão. Os partidos dominantes tendem a optar com sistemas maioritários e eleições conjugadas para a presidência e o parlamento (NEGRETTO, 2006).

2.1.1 Sistema Eleitoral Moçambicano

O desenho das instituições eleitorais moçambicanas ocorreu durante a transição do Acordo Geral de Paz (AGP) de 1992 - Lei n.º 13/92, de 14 de Outubro, se materializando com a Lei Eleitoral n.º 4/93, de 28 de Dezembro. O AGP, no seu protocolo III - dos princípios da lei eleitoral, definiu o estabelecimento dos procedimentos eleitorais, a definição do sistema eleitoral, o modelo de governação eleitoral, no qual a administração eleitoral ficou a cargo da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico para Administração Eleitoral (STAE), sob quem recaía a responsabilidade de garantir independência em relação a todos partidos políticos.

Na nova constituição de 2004, estas garantias foram aprofundadas e consolidadas. Nos termos do Capítulo XI, foram atribuídas competências ao Conselho Constitucional para verificar a legalidade das candidaturas, apreciar em última instância os recursos e as reclamações eleitorais, validar e proclamar os resultados eleitorais; decidir, em última instância, a legalidade da constituição dos partidos políticos e suas coligações, bem como apreciar a legalidade das suas denominações, siglas, símbolos e ordenar a respectiva extinção

e julgar as ações de impugnação de eleições e de deliberação dos órgãos dos partidos políticos⁴².

De acordo com Reilly (2008), o processo de transição política em Moçambique teve a mesma tendência que outros processos conduzidos pelas Nações Unidas. Foi adotado o sistema de representação proporcional de lista fechada, com o método de conversão de voto D'HONDT, voto facultativo para o eleitor e a cláusula de barreira fixada nos 5%. No que toca ao calendário eleitoral, foi estabelecido que as eleições presidenciais e legislativas fossem conjugadas.

De acordo com Brito (2010), enquanto a Frelimo preferia o sistema maioritário e com cláusula de barreira de 5%, a Renamo pretendia o sistema de representação proporcional e com cláusula de barreira de 20%. Por um lado, objetivo da Renamo era limitar a participação de novos partidos, assim como garantir certa representação proporcional ao nível do parlamento nacional. Por outro lado, a Frelimo pretendia o sistema eleitoral (maioritário), objetivando reforçar o seu *status* de partido dominante e reduzindo, assim, a possibilidade de partilha de poder. A baixa cláusula de barreira pretendida pela Frelimo era explicada pela expectativa de que outros partidos políticos enfraquecessem a posição da Renamo enquanto ator principal na disputa da eleição.

Mudando o foco, iremos agora abordar alguns aspetos do sistema de representação proporcional, por ser o sistema vigente em Moçambique. O sistema de representação proporcional, igualmente chamado de sistema de representação das opiniões, visa assegurar as diversas opiniões entre as quais se repartem os eleitores durante as eleições. Ela é tida como mais racional justamente porque a sociedade não é homogênea, o que permite uma redistribuição coerente das opiniões políticas no país (DUVERGER, 1980).

No sistema de representação proporcional encontra-se, em geral, o princípio de justiça. Ele considera que todo voto possui igual parcela de eficácia e nenhum eleitor será representado por um deputado que não tenha sido votado. E é também o sistema que confere às minorias iguais desejo de representação, de acordo com sua força quantitativa. Essa é a grande vantagem da proteção e defesa que o sistema proporciona aos grupos minoritários, cuja representação fica desatendida pelo sistema maioritário (NICOLAU, 2004).

A presença política de diferentes correntes ideológicas ocorre com mais facilidade pela representação proporcional. Dessa forma, todos os grupos são absorvidos pela atividade política ordinária, evitando-se assim a clandestinidade ou a pressão exterior nociva que tais

⁴² Constituição da República (2004) Capítulo XI. Conselho Constitucional (Artigo 244)

grupos, se excluídos, comandariam contra as casas legislativas, nelas se infiltrando por outras vias (TAVARES, 1994). Aumenta também a influência dos partidos na escolha dos candidatos, ao abrir as listas partidárias, quando necessário, para acolher e eleger certas personalidades ou certos técnicos, destituídos de clientela eleitoral, mas cuja investidura é de interesse partidário. Enfim, o sistema proporcional permite de modo adequado a representação dos grupos de interesses e oferece então um quadro político mais autêntico e mais compatível com a realidade contida no pluralismo democrático (ENZWEILER, 2008).

Ademais, a representação proporcional torna crepitante a luta ideológica e mais visível o penoso contraste da sociedade de classes. Propicia, por consequência, um dogmatismo de posições que poderá pôr em perigo a ordem democrática. Ao contrário do sistema maioritário, que enquadra quase sempre a formação de dois partidos apenas, este integra e absorve as minorias ordinariamente propensas a contestação e discrepância. Até mesmo aquela simplicidade que se apregoa na representação proporcional, por definir com clareza as distintas correntes de opinião, parece sucumbir à complicação das técnicas de contagem eleitoral destinadas à atribuição das cadeiras. Essa complicação gera retraimento e desconfiança no eleitorado quando se proclamam os resultados obtidos (TAVARES, 1994; NICOLAU, 2004; NORRIS, 2004).

Referente ao sistema de representação proporcional de lista fechada vigente em Moçambique, importa referir o seguinte. Este sistema faz com que os eleitores votem em uma lista de candidatos elaborada e pré-ordenada pelo partido, impedindo o eleitor de escolher o candidato de sua preferência como acontece no sistema de representação proporcional de listas abertas. Daí que os eleitores não têm oportunidade de ver para quem depositam o seu voto. Eles encaminham, portanto, os seus votos aos partidos políticos e não aos seus representantes diretos (DUVERGER, 1980). Olhando para o sistema de representação proporcional e de listas fechadas nota-se que esse apenas favorece a responsabilização dos deputados perante o seu partido e não para com os eleitores (NICOLAU, 2002).

De forma resumida, no quadro 1 e 2, se apresenta o panorama jurídico-legal atual do processo eleitoral e as regras de competição eleitoral em Moçambique.

Quadro 1: Quadro Jurídico- Legal do Processo Eleitoral em Moçambique

Lei 7/2007 revoga a lei 7/2004	Eleição do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República
Lei 8/2007 revoga a Lei 20/2002	Atinente à comissão nacional de Eleições
Lei 9/2007 revoga a Lei	Sobre o recenseamento eleitoral sistemático para realização

18/2002	de eleições
Lei 10/2007	Estabelece o quadro jurídico-legal para a eleição dos membros das Assembleias provinciais
Lei 15/2009	Regime jurídico para a realização simultânea de eleições Presidenciais, legislativas e para as Assembleias Provinciais de 2009.

Fonte: Compilado da Legislação Eleitoral Moçambicana.

Quadro 2: Regras de Competição Eleitoral em Moçambique

Poder Executivo	Sistema Majoritário de dois turnos
Poder Legislativo	Sistema proporcional de lista fechada
Formula eleitoral	Método da média mais alta D'HONDT
Magnitude do Distrito	Deputados distribuídos proporcionalmente ao número de eleitores de cada círculo eleitoral
Fronteira do Distrito	Os círculos eleitorais coincidem com as áreas administrativas das províncias e cidade de Maputo
Tamanho da Assembleia da República	250 Deputados (unicameral)
Horário Eleitoral	Os candidatos à presidência da república, os partidos, e as coligações de partido tem direito à utilização do serviço público de rádio e televisão, sendo este regulamentado pela CNE
Direito de voto	Cidadãos nacionais de ambos os sexos, maiores de dezoito anos, regularmente recenseados e que não estejam abrangidos por qualquer incapacidade prevista na lei (Voto Facultativo).

Fonte: Compilado da Legislação Eleitoral Moçambicana

O modo como é aplicado em Moçambique o sistema de representação proporcional denota um problema típico: a distância que é colocada entre eleitores e eleitos limita a capacidade de controle destes pelos primeiros. Com efeito, o tamanho dos círculos eleitorais e a maneira como são compostas as listas dos partidos para as eleições legislativas tendem a produzir maior fidelidade dos candidatos ao aparelho partidário vis-à-vis com os eleitores. Um grande desafio consiste, portanto, no refinamento do sistema de modo a encontrar mecanismos que reduzam a distância entre os eleitores e os eleitos (BRITO, 2010).

2.1.2 Administração Eleitoral Moçambicana

Para efetivação do processo eleitoral é necessário que se adote um determinado modelo de gestão que possa conduzir o escrutínio com maior imparcialidade, transparência e independência possível. De acordo com Kadima (2006) existem seis modelos de

administração eleitoral, concretamente: independente; governamental; misto; judicial, de partidos e por fim o modelo de “experts”.

Entretanto, não iremos centrar a nossa análise na descrição de todos os modelos, visto que nosso real objetivo é apenas demonstrar qual deles é utilizado em Moçambique. Desta forma, iremos nos deter em dois modelos: o de partidos e “experts”.

O Modelo de Partidos permite que todos partidos políticos registados possam nomear representantes para a Comissão Nacional de Eleições. A principal crítica que se faz a este modelo é que ele tende a resultar na constituição de comissões eleitorais com um exagerado número de membros. Aponta-se igualmente que este modelo pode conduzir à constituição de comissões eleitorais compostas por pessoas sem competência técnica. Mais importante ainda, a experiência mostra que este modelo tende a resultar em órgãos de administração eleitorais divididos em função de cores partidárias e que são comissões percebidas pela opinião pública como partidarizadas (KADIMA, 2006).

O modelo dos “*experts*” baseia-se no consenso dos partidos políticos sobre a escolha dos membros que integram os órgãos de administração eleitorais, que deve ser composto por personalidades que tenham reconhecida competência técnica e experiência profissional e que demonstrem qualidades de independência e integridade (KADIMA, 2006). Como refere IDEA (2006), no processo de supervisão dos processos eleitorais, independentemente do modelo adoptado, existem princípios orientadores fundamentais e indispensáveis para a condução das eleições, respeitando os princípios democráticos. Assim o órgão eleitoral deve pautar por princípios de independência; imparcialidade; integridade; transparência; eficiência e eficácia; *service-mindedness* e profissionalismo.

Moçambique dispõe de uma estrutura de gestão eleitoral de dois níveis: a CNE, órgão de supervisão do processo eleitoral e o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE) que se subordina à CNE. O primeiro inciso do segundo artigo da Lei 8/2007 estabelece que a CNE é um órgão do Estado, independente e imparcial, responsável pela supervisão dos recenseamentos e dos atos eleitorais. O segundo inciso esclarece o que se entende por supervisão, compreendida como a função de orientar, dirigir, superintender e fiscalizar os atos do processo eleitoral. Como veremos nos quadros 3 e 4, os níveis de governança eleitoral e as instituições responsáveis dentro do organismo eleitoral.

Quadro 3: Os níveis de governança eleitoral e instituições responsáveis

Rule Making	Assembleia da República
-------------	-------------------------

Rule Application	CNE & STAE
Rule Adjudication	CNE & Conselho Constitucional

Fonte: Compilado da Legislação Eleitoral Moçambicana

Quadro 4: Composição do órgão eleitoral de Moçambique

Órgão Eleitoral	Comissão Nacional de Eleições
Caraterísticas	Independente de todos os poderes
Composição	17 Membros: 1 Presidente proposto pela sociedade civil; 2 Vice-Presidentes indicados; 10 Indicados pelos partidos com representação na assembleia da república: 5 da Frelimo 4 da Renamo 1 do MDM 7 da Sociedade Civil

Fonte: Compilado da Legislação Eleitoral Moçambicana

Apesar do CNE se apresentar como um órgão independente, a sua configuração mostra uma forte interferência e presença dos partidos que diluem tal dimensão. Assim, o modelo moçambicano está mais próximo do de partidos políticos. Porém, o órgão conta também com a presença de indivíduos oriundos das organizações da sociedade civil.

Assim a natureza da CNE constitui um dos fatores de distorção dos processos eleitorais em Moçambique. Pois como aponta Kadima (2006), o sucesso do processo eleitoral depende fundamentalmente da independência, poderes, composição e funções dos órgãos de Administração Eleitoral. Um órgão de Administração Eleitoral que é livre do controle ou influência de uma autoridade exterior e que atua de forma imparcial, com independência e profissionalismo na sua relação com cada um dos partidos políticos, candidatos e outras partes interessadas tem garantida a confiança do eleitorado.

2.2 DEBATE SOBRE SISTEMA PARTIDÁRIO

A cada pleito eleitoral os partidos políticos têm como objetivo conquistar maior número de assentos parlamentares. Em Moçambique, onde o sistema eleitoral é de representação proporcional e de listas fechadas, exige-se que os partidos estruturem devidamente as listas partidárias considerando a preferência do seu eleitorado. Eles devem considerar o que permitirá obter maior número de votos a cada círculo eleitoral disputado, elegendo desta forma o maior número de parlamentares. Portanto, no âmbito eleitoral os partidos devem

definir a lista de candidatos combinado a estratégia de comunicação e aliciamento de eleitores a escolha de candidatos “puxadores de voto” e “de opinião” (MAINWARING, 2001).

O número de cadeiras conquistadas diz respeito à eficácia dos partidos nos pleitos eleitorais. Porém isso não indica a eficiência com a qual o partido disputa as eleições. Importa referir que neste capítulo o nosso foco será a eficácia dos partidos políticos (WARE, 1996). Para auferir a eficácia eleitoral, utiliza-se duas medidas: o Indicador de Eficácia do Partido (IEP), referente ao “peso” do partido no parlamento e é expresso pela participação percentual da bancada do partido no total das vagas disponíveis; e o comparativo entre os candidatos lançados pelo partido e o número de vagas disponíveis (MEZZARROBA, 1995). A Análise da eficácia e eficiência pode indicar certas características de cada um dos partidos, o que contribui para melhor percepção da estrutura e da luta partidária (MEZZARROBA, 1995).

O debate sobre sistemas partidários nos países democráticos tem destaque na obra clássica de Maurice Duverger. O foco do autor é o sistema bipartidário e multipartidário, baseado concretamente no critério numérico. Contudo, essa visão é criticada precisamente na suposição em torno da distinção entre padrões bipartidários e multipartidários, o que leva muitos cientistas políticos a não usarem deste critério para análise do sistema partidário (DUVERGER, 1970; NICOLAU, 2010).

As principais categorias de sistemas partidários na lógica de Duverger, tendo em conta o critério numérico, são: unipartidarismo, o bipartidarismo e o multipartidarismo. O primeiro tipo de sistema é típico de regimes totalitários como o nazismo, o fascismo e o comunismo, nos quais o partido único age na conservação do poder. Os apologistas do sistema unipartidário conferem ao partido dupla função: causar o declínio das elites tradicionais em prol das massas e forjar nova elite que possa dirigir a organização. Assim, os principais dirigentes provêm do partido e o partido nunca cessa de controlar os órgãos Estatais (DUVERGER, 1970).

No bipartidarismo, a disputa eleitoral é dada pelos dois principais partidos que estruturam as preferências do eleitorado, sendo que o vencido durante a disputa eleitoral desempenhará o papel de opositor. Entretanto, o bipartidarismo não significa apenas existência de somente dois partidos. Dependendo da forma como o sistema se estrutura, é possível que apenas dois partidos tenham possibilidade de ganhar as eleições, de forma que a existência de outros partidos não impede que dois maiores ascendam sozinhos ao governo sem nenhum tipo de coalização. Para configuração deste tipo de sistema partidário, a

alternância de poder é uma característica imprescindível. Caso não ocorra essa alternância, estaremos diante um sistema de partido dominante (DUVERGER,1970).

Para configuração desse sistema partidário, Sartori (1982) estabelece quatro condições necessárias. Primeiramente, os dois partidos devem estar em condições de disputar pela maioria absoluta das cadeiras. Em segundo, um dos partidos tem de conseguir conquistar a maioria das cadeiras. Em terceiro, é preciso que exista a possibilidade de alternância do poder. Por fim, o partido pode governar sozinho, mas não indefinidamente. Assim, é possível que haja em um alto grau de estabilidade política nos países que adotam esse tipo de sistema.

Sartori (1982), em oposição ao critério numérico de Duverger, introduziu dois eixos para uma melhor comparar os sistemas partidários. Observando-se número de partidos e o grau de polarização ideológica, deve-se também considerar a variável numérica de Duverger ao analisar os sistemas partidários. Ela permite demonstrar as proporções em que o poder político é ou não fragmentado, disperso ou concentrado. Com base nestes critérios, o autor apresenta sete tipos de sistemas partidários classificados quanto ao grau de competitividade, baseando-se no critério numérico de Duverger (Quadro 5):

Quadro 5: Tipologias de Sistemas partidários

Competitividade	Tipos de Sistemas	Números
Sistemas não – Competitivos	Partido Único	Sistemas Unipartidários
	Partido Hegemônico	
Sistemas Competitivos	Partido Predominante	Sistemas Bipartidários
	Dois partidos	
	Limitado	Sistemas Multipartidários
	Extremado	
	Atomizado	

Fonte: (Sartori, 1982).

Nessa lógica, o partido único tem como uma das características o controle pleno do Estado, bem como o monopólio da representação política e governamental. Como vimos anteriormente, ao descrever essa tipologia, baseando-se nos argumentos de Duverger, iremos descrever sistemas não abordados pelo Duverger sendo eles: hegemônico; limitado; extremado e atomizado.

O sistema de partido hegemônico ou dominante pressupõe a não alternância de poder e o domínio ou conquista plena do eleitorado. Por um lado, o sistema hegemônico não permite uma competição formal pelo poder: outros partidos podem existir, mas este não tem a capacidade de competir em termos iguais com o partido hegemônico. Por outro lado, o predominante permite a competição formal, porém a predominância desse partido dura na medida em que tem o apoio constante da maioria dos eleitores, razão por que não há rotatividade no poder (SARTORI, 1982).

O pluralismo seria mais propício às democracias, pois permite uma maior abertura no cenário eleitoral. Porém, alguns autores argumentam que o pluralismo conduz inevitavelmente às coligações eleitorais bastante heterogêneas, com inúmeras variações de posicionamento. Isso gera o enfraquecimento do regime político e até mesmo a seu colapso, ou impeachment. O pluralismo limitado compreende três ou cinco partidos relevantes e com capacidade de influência no cenário governamental, enquanto que no modelo extremo esse número de partidos aumenta para seis ou oito. No modelo atomizado, temos diversos partidos, porém sem influência um sob o outro (SARTORI, 1982).

Com vista a clarificar a identificação de sistemas partidários, Sell (2006), considera importante levar em consideração dois aspectos básicos: por um lado o desempenho eleitoral dos partidos, e por outro lado o nível de competição partidária existente em cada sistema. O autor argumenta poderemos identificar os seguintes tipos de sistemas partidários. Sistemas bipartidários: 1) os dois maiores partidos superam 90% dos votos ; 2) Sistemas de dois partidos e meio: os dois maiores partidos somam 75% dos votos e o sistema comporta ainda um terceiro partido menor do que os maiores; 3) Sistemas multipartidários com partido predominante: a soma dos dois maiores partidos chega a 75% dos votos, com um partido recebendo cerca de 40% dos votos; Sistemas multipartidários sem um partido predominante: os dois maiores partidos recebem mais de 50% dos votos. (SELL, 2006:158).

2.2.1 O sistema partidário Moçambicano

Com a introdução do multipartidarismo, em 1994, o cenário eleitoral caracterizou-se pela polarização⁴³. A eleição de 1994 foi importante para definir a posição da RENAMO no jogo político, passando não apenas a ocupar uma posição de destaque no parlamento, como também o seu líder Afonso Dhlakama se tornou uma figura preponderante nas eleições para o executivo. Ele se consagrou líder da oposição com maior número de votos, tendo em conta

⁴³ O termo polarização neste contexto se refere a existência de dois atores principais e não ideológicos.

que a FRELIMO e a RENAMO vinham de um processo de guerra civil, e eram tidos como os dois principais atores políticos.

Em 1994, o total de partidos políticos que disputavam as eleições legislativas era no total 14. Contudo, a polarização se impôs e a FRELIMO obteve 44,33% e a RENAMO 37,78% do total dos votos validos. Terminada a apuração, apenas três partidos políticos haviam conseguido representação (tabela 1).

Tabela 1: Desempenho Eleitoral dos Partidos Políticos em 1994.

Partido Político	Total de Votos	%	Bancada	%
FRELIMO	2.115.793	44,33	129	51,6
RENAMO	1.803.506	37,78	112	44,8
UD ⁴⁴	245.793	5,15	9	3,6
AP	93.031	1,95	0	0,0
SOL	79.622	1,67	0	0,0
FUMO-PCD	66.527	1,39	0	0,0
PCN	60.635	1,27	0	0,0
PIMO	58.590	1,23	0	0,0
PACODE	52.446	1,10	0	0,0
PPPM	50.793	1,06	0	0,0
PRD	48.030	1,01	0	0,0
PADEMO	36.689	0,77	0	0,0
UNAMO	34.809	0,73	0	0,0
PT	26.961	0,56	0	0,0

Fonte: Elaboração do autor 2017.

Dos três partidos políticos que obtiveram representação no parlamento, apenas a Frelimo, isoladamente, detinha 51,6% do total de cadeiras. A média de votos por partido foi de 344,016 mil votos, valor superado por dois dos três partidos que obtiveram representação parlamentar. As primeiras eleições multipartidárias em Moçambique confirmaram a FRELIMO como a maior força política do país e a RENAMO a segunda maior força política. Por fim, a UD, como um *outsider* do processo beligerante que envolveu a FRELIMO e a RENAMO por quase 16 anos, emergiria então na arena política como a terceira força parlamentar, apesar de não ter mesmo assim um peso significativo.

As eleições de 1999, embora apresente resultados próximos as eleições de 1994, tiveram nuances diferentes, pois a RENAMO optou por competir ao nível legislativo, reunindo uma dezena de pequenos partidos na coligação RENAMO-UE. Esta aliança conseguiu conquistar a maioria de votos em 6 (seis) das 11 (onze) províncias (MANNING 2008; CHICHAVA 2008;

⁴⁴ UD: coligação entre o Partido Liberal Democrático de Moçambique (Palmo); Partido Nacional Democrático (Panade) e Partido Nacionalista de Moçambique (Panamo).

SANCHES, 2014). Nestas eleições concorreram 12 partidos políticos, sendo que a RENAMO apresentou uma coligação. Entretanto, a polarização se impôs, sendo que os 250 assentos parlamentares foram divididos entre os dois maiores partidos: a FRELIMO com 133 assentos parlamentares e a RENAMO-UE como 117. Para além da redução do número de partidos de 14 para 12, essas eleições caracterizaram-se por um bipartidarismo (tabela 2).

Tabela 2: Desempenho Eleitoral dos Partidos Políticos em 1999.

Partido Político	Total de Votos	%	Bancada	%
FRELIMO	1.985.261	49,00	133	53,2
RENAMO-UE ⁴⁵	1.579.487	38,99	117	46,8
PT	107.492	2,65	0	0,0
SOL	80.057	1,98	0	0,0
UD	58.493	1,44	0	0,0
PIMO	45.415	1,12	0	0,0
PALMO	97.719	2,41	0	0,0
PANAOC	18.654	0,46	0	0,0
UMO	61.530	1,52	0	0,0
PPLM	9.569	0,24	0	0,0
PADELIMO	5.423	0,13	0	0,0
PASOMO	2.111	0,05	0	0,0

Fonte: Elaboração do autor 2017.

Dos dois partidos políticos que obtiveram a representação parlamentar, a Frelimo detinha 53,2% do total de cadeiras. Em relação a eleição anterior, este partido cresceu 1,6%, correspondente a um aumento de 4 assentos parlamentares. A RENAMO, juntamente com a coligação UE, passou dos 44,8% para 46,8% - um aumento de 2%, correspondente a 5 assentos parlamentares. A média de votos por partido foi de 337.600 mil votos, valor superado pelos dois partidos com assento parlamentar.

Enquanto que as eleições de 1994 e 1999 demonstravam um relativo equilíbrio entre a Frelimo e a Renamo, as eleições de 2004 expuseram uma diferença significativa entre os dois partidos. A Frelimo ganhou com 62% dos votos, garantido assim 64% dos assentos parlamentares contra 29% dos votos e 36% dos assentos parlamentares da Renamo

⁴⁵Renamo-UE: coligação entre Aliança Independente de Moçambique (Alimo); Frente de Ação Patriótica (FAP); Frente Unida de Moçambique - Partido de Convergência Democrática (Fumo-PCD); Movimento Nacional Moçambicano - Partido Social Democrata (Monamo-PMSD); Partido de Convenção Nacional (PCN); Partido do Progresso do Povo de Moçambique (PPPM); Partido Renovador Democrático (PRD); Partido da Unidade Nacional (PUN); Frente Democrática Unida (UDF) e União Nacional de Moçambicana (Unamo).

(CHICHAVA, 2008). Disputaram nessas eleições 20 partidos políticos, dos quais apenas 2 conseguiram representatividade no parlamento (tabela 3).

Tabela 3: Desempenho Eleitoral dos Partidos Políticos em 2004.

Partido Político	Total de Votos	%	Bancada	%
RENAMO-UE	904.289	29,7	90	36,0
FRELIMO	1.889.053	62,0	160	64,0
PDD	59.758	2,0	0	0,0
PARENA	17.220	0,6	0	0,0
SOL	12.915	0,4	0	0,0
PEC-MT	11.285	0,4	0	0,0
PIMO	16.960	0,6	0	0,0
PASOMO	14.740	0,5	0	0,0
PVM	8.950	0,3	0	0,0
PAREDE	8.026	0,3	0	0,0
PT	13.242	0,4	0	0,0
PPD	447	0,02	0	0,0
FAO	6.591	0,2	0	0,0
MBG	10.059	0,3	0	0,0
CDU	1.252	0,0	0	0,0
PAZS	25.686	0,8	0	0,0
UD	9.310	0,3	0	0,0
PALMO	8.263	0,3	0	0,0
USAMO	7.661	0,3	0	0,0
PADELIMO	2.720	0,1	0	0,0

Fonte: Elaboração do autor 2017.

Dos dois partidos com representatividade parlamentar, Frelimo detinha isoladamente 64 % do total de cadeiras. O partido Frelimo teve um crescimento de 10,8%, correspondente a um aumento de 27 assentos parlamentares. A Renamo, que saiu da coligação de 1999, teve uma queda de desempenho eleitoral, saindo de 46,8% para 36% das cadeiras parlamentares, o que corresponde a uma perda de 27 assentos. A média de votos por partido foi de 173.749 mil votos, valor superado apenas pelos dois partidos com maior representatividade. Estudos indicam que a queda da Renamo nas eleições de 1999 se devem à fidelidade dos eleitores da Frelimo e a captura dos eleitorados da Renamo por parte da Frelimo (BRITO, 2010).

Nas eleições de 2009, Frelimo acabou vencendo novamente por margens ainda mais expressivas, conquistando a maioria qualificada dos votos (74,66%) e 76,4% dos assentos parlamentares, contra 17,69% dos votos e 20,4% dos assentos parlamentares da Renamo. Porém, esta eleição foi marcada pelo surgimento de um novo partido - o MDM - que obteve

3,93% dos votos e 3,2% dos assentos parlamentares. Disputaram nessas eleições 17 partidos políticos, dos quais apenas três conseguiram representação parlamentar (tabela 4).

Tabela 4: Desempenho Eleitoral dos Partidos Políticos em 2009.

Partido Político	Total de Votos	%	Bancada	%
FRELIMO	2.907.335	74,66	191	76,4
RENAMO	688.782	17,69	51	20,4
MDM	152.836	3,93	8	3,2
ALIMO	14.959	0,38	0	0,0
PT	1.239	0,03	0	0,0
UDM	2.190	0,06	0	0,0
PARENA	5.610	0,14	0	0,0
ECOLOGISTAS-MT	5.267	0,14	0	0,0
PDD	22.410	0,58	0	0,0
UM	1.641	0,04	0	0,0
PVM	19.577	0,50	0	0,0
MPD	2.433	0,06	0	0,0
PLD	26.929	0,69	0	0,0
PANAOC	852	0,02	0	0,0
PAZS	16.626	0,43	0	0,0
PRDS	399	0,01	0	0,0
ADAC	17.275	0,44	0	0,0

Fonte: Elaboração do autor 2017.

Dos três partidos políticos que obtiveram representação, a Frelimo detinha 76,4% do total de cadeiras. A média de votos por partido foi de 302.124 mil votos, valor superado por dois dos 3 partidos que obtiveram representação parlamentar. O partido Frelimo teve um crescimento de 12,4%, correspondente a um aumento de 31 assentos parlamentares. A Renamo teve uma queda de 15,6%, correspondente a 39 assentos parlamentares. O MDM participou em apenas em 4 províncias de um total de 11, o que torna os resultados obtidos pouco significativos: eles fizeram 3,2% dos votos, correspondendo a 8 assentos parlamentares (CHICHAVA, 2010).

Nas eleições de 2009, o MDM beneficiou-se da supressão da cláusula de barreira de 5% votada em 2006. Entretanto, este partido não conseguiu eleger número significativo de parlamentares para formar uma bancada (HANLOM & NUVUNGA, 2009). Esta restrição foi apenas superada devida a intervenção da comunidade internacional, particularmente os G-19, doadores de quase 50% do orçamento geral do Estado, que pressionaram a Frelimo a aceitar a revisão do regimento da Assembleia da República, permitindo que o MDM formasse uma bancada parlamentar com apenas oito deputados (CHICHAVA, 2010).

No comparativo à primeira eleição, a Frelimo e a Renamo apresentam os maiores valores de eficácia possíveis. Portanto, nas eleições de 2004 e 2009, apenas a Frelimo alcançou maiores valores de eficácia possível, resultado do baixo desempenho do Partido Renamo nas eleições legislativas. O indicador de eficácia de Partido confirma a Frelimo como o partido mais eficaz no pleito de 2004 e 2009. Conseguiu preencher 64% em 2004 e 76,4% em 2009 do total das cadeiras.

Analisando o Indicador de Eficácia de Partido revela inexistência de uma força partidária no parlamento moçambicano, capaz de inviabilizar ou mesmo debater e influenciar no curso das ações trazidas pelo grande partido, o que faz com que o partido grande tenha capacidade de propor e aprovar a maior parte dos projetos.

Partindo dos resultados das eleições legislativas entre 1994 e 2009, a Frelimo demonstrou ser um partido dominante e com poucas chances de ser derrotado pelos partidos da oposição em curto prazo. Porém, podemos evidenciar uma tendência bipartidária nas primeiras duas eleições. Essa constatação é corroborada por Brito (1995) e Pereira (2005) na sua análise sobre o sistema partidário moçambicano. [...] o bipartidarismo parece apresentar um caráter natural. [...]. Nem sempre há dualismo de partidos, mas quase sempre há dualismo de tendências. Toda política implica escolha entre dois tipos de soluções: as soluções chamadas intermediárias se relacionam umas com as outras; o que equivale a dizer que o centro não existe em política: pode existir partido do centro, mas não tendência do centro, doutrina do centro (DUVERGER, 1970:250).

2.2.2 O Número Efetivo de Partidos em Moçambique de 1994 a 2009

O sistema partidário tem inegavelmente dois partidos políticos que estão em competição pela maioria absoluta (RAE, 1967; SARTORI 1982; TAVARES 1994). O sistema pode ser considerado bipartidário mesmo quando apresenta vários partidos, mas apenas dois tem condições de ganhar. Entre eles a força eleitoral se distribui com equilíbrio estável e há probabilidades de conquistar o governo por via de eleições. Até então, estes elementos teóricos descreveriam Moçambique nas primeiras duas eleições (1994 e 1999) como um bipartidarismo (SARTORI, 1982; SELL, 2006; TERCENIANO, BRAGA E SOUZA 2016b:187).

Em Moçambique, o bipartidarismo encontrou limitação pelo fato de ainda não ter ocorrido alternância no poder. Entretanto, Sartori (1982) afirma que o mais importante no bipartidarismo não é efetivamente alternância no governo, mas sim o partido na oposição poder esperar pela alternância. Assim sendo, não deve ser negado a Moçambique a tipificação

de bipartidarismo nas eleições legislativas de 1994 e 1999, as quais revelaram um equilíbrio entre a Frelimo e a Renamo (TERENCIANO, BRAGA E SOUZA, 2016b:188). Há uma tendência ao bipartidarismo no sistema político moçambicano, porém esse formato sofre uma mudança nas eleições de 2004, passando do bipartidarismo para hegemônico, o que corrobora com, Sartori (1982), em torno do bipartidarismo não estar estreitamente ligado à alternância.

Com a introdução do multipartidarismo, após aproximadamente duas décadas de regime monopartidário, eis que ocorre uma explosão de partidos políticos na arena eleitoral. Para auferir a relevância do aumento de números dos partidos políticos, é necessário analisar o número de partidos efetivos (NEP). Para tal iremos nos basear no artigo Laakso e Taagepera (1979) intitulado “Effective Number of Parties: a measure with application to Wester Europe”.

O número de partidos efetivos (NEP) permite ter uma visão mais crítica a cerca da dinâmica da competição eleitoral, permitindo calcular o número de partidos existentes em um determinado sistema partidário a partir do seu tamanho e relevância (FERREIRA, BATISTA E STABILE, 2008). Em Moçambique o número de partidos nominais é bastante baixo (Tabela 5). Para efeito deste estudo, o número efetivo de partidos foi calculado a partir do número efetivo de partidos eleitorais (NEPE) e parlamentares (NEPP), valendo-se do índice de Laakso e Taagepera

$$N = \frac{1}{\sum_{i=1}^n p_i^2}$$

No qual N é o número de partidos com pelo menos um voto e p_i^2 é a proporção de votos de cada partido face ao total de votos. Portanto, $N \geq 1$, sendo que os números representam aproximadamente número de partidos.

Tabela 5: Número Efetivos de Partido por Eleições

ANO	NEPE	NEPP
1994	2,92	2,11
1999	2,53	1,99
2004	2,10	1,85
2009	1,68	1,62

Fonte: Elaboração do autor 2017.

A Tabela 5 evidencia que de 1994 a 2009 houve um padrão bipartidário na competição eleitoral. Os dados revelam que, no que pese a explosão da oferta partidária, não houve

amento expressivo do número de partidos relevantes. O número de partidos efetivos teve uma média de 2,32 e o número de partidos efetivos na arena parlamentar teve uma média de 1,92, o que configura um bipartidarismo. É interessante observar que a variação do NEP entre os anos eleitorais é menor, diferença essa explicada pela migração do eleitorado da Renamo. Esses dados permitem afirmar que há uma clara diferença entre o número de partidos nominais e partidos efetivos. Esse aspeto demonstra o baixo nível de fragmentação do sistema partidário moçambicano.

2.2.3 Volatilidade Eleitoral de Moçambique de 1994 a 2009

Outra medida interessante para analisar o sistema partidário é a volatilidade eleitoral. A volatilidade eleitoral constitui elemento estruturante para analisar a institucionalização ou não dos sistemas partidários e competição partidária. De acordo com Mainwaring (2001), a volatilidade é referente a mudança ou migração de votos de um partido para outro, de uma eleição para outra.

Os níveis de volatilidade eleitoral têm diferentes efeitos, no que tange a institucionalização e padrões de competição entre os partidos políticos. Na volatilidade eleitoral baixa, os resultados são mais estáveis de eleição para eleição e os partidos têm expectativas mais evidentes sobre os resultados eleitorais. No oposto, quando os níveis de volatilidade são mais elevados, os resultados são mais irregulares, isto é, a arena eleitoral é mais aberta e imprevisível, podendo existir uma rápida ascensão e queda de partidos políticos (MAINWARING, 2001).

De acordo com Figueiredo (1995), a volatilidade eleitoral consiste em averiguar a mudança/manutenção da direção dos votos do eleitor entre duas eleições consecutivas. [...]se um eleitorado for absolutamente fiel e se os candidatos em duas eleições consecutivas forem os mesmos, por definição a volatilidade eleitoral observada será igual a zero [...]. Os sistemas partidários cuja volatilidade eleitoral observada é constantemente baixa ao longo de um período são considerados como sistema partidário institucionalizado (FIGUEIREDO, 1995).

Para o cálculo da volatilidade eleitoral neste estudo utilizamos o indicador desenvolvido por Pedersen (1984), cuja fórmula inicialmente foi usada para estudos de evidência de institucionalização dos sistemas eleitorais e, posteriormente, transposta para estudos de sistemas partidários.

$$VT = \sum (V_{ti} - V_{t_{i-1}})/2$$

O indicador Volatilidade Eleitoral (Vt) é uma medida agregada que resulta do somatório das perdas e ganhos dos partidos entre duas eleições, dividido por dois. As perdas e ganhos dos partidos tanto podem ser expressos em proporções de votos como de cadeiras no parlamento (Figueiredo, 1995:187). Na tabela 5 observaremos a volatilidade eleitoral em Moçambique de 1994 a 2009.

Tabela 6: Volatilidade Eleitoral nas Eleições Legislativas de Moçambique

Anos Eleitorais	Volatilidade Eleitoral
1994 – 1999	3,82
1999 – 2004	19,9
2004 – 2009	16,6

Fonte: Elaboração do autor 2017.

A volatilidade eleitoral em Moçambique teve uma média baixa de 13,44. Porém apenas dois partidos políticos dominam a competição eleitoral: a Frelimo e a Renamo. A Frelimo obteve a maior parte dos assentos parlamentares ao longo das eleições já realizadas, estabelecendo assim um sistema partidário estruturado por um partido dominante.

Importa referir que o sistema eleitoral e partidário de um determinado país influencia em certos comportamentos do eleitorado, principalmente na abstenção. Entretanto, o objetivo central desse capítulo foi descrever o sistema eleitoral e partidário, não abordando assim como sua formatação influencia no comportamento eleitoral durante as eleições presidenciais moçambicanas.

3 O COMPORTAMENTO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE

Esta unidade apresenta como proposta discutir o comportamento eleitoral nas eleições presidenciais de Moçambique, tendo como foco de análise a participação e a alienação eleitoral. Buscando, desta forma, demonstrar ao longo dos escrutínios eleitorais como esses dois fenômenos tem se comportado em Moçambique, e também apresentando alguns elementos explicativos avançados por autores que buscam perceber a questão eleitoral em Moçambique desde as primeiras eleições em 1994, visamos auxiliar, de certa forma, a compreender as razões que levaram os cidadãos a comparecerem na votação, mas se absterem ou anularem seu voto.

3.1 COMPARECIMENTO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2009

O processo de transição democrática moçambicana, resultante do Acordo Geral de Paz⁴⁶ na década 1990, propiciou uma abertura ao multipartidarismo, assim como a concretização de um processo eleitoral que culminou com as primeiras eleições gerais⁴⁷ em 1994. Esse processo desencadeou a integração dos antigos partidos beligerantes FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) e os partidos não beligerantes no cenário político nacional, buscando assim, no cenário eleitoral democrático, a conquista dos eleitores e não só a captura dos seus votos, para a participação no processo eleitoral de 1994.

O primeiro estudo em torno das eleições em Moçambique, está presente na obra organizada por Mazula (1995), que se debruçou nos resultados eleitorais das primeiras eleições multipartidárias que ocorreram em 1994 na tentativa de compreender o significado do processo eleitoral para sociedade, bem como o que a teria levado a se engajar nesse processo. O baixo índice de abstenção nas primeiras duas eleições gerais 1994 e 1999 se deve à questão histórica do processo da guerra civil que devastou o país por cerca de 16 anos. Neste contexto, o voto do eleitor era tido como o “voto da paz”, uma vez que o processo da assinatura do Acordo Geral de Paz de 1992 trouxe consigo além da democracia, o direito ao sufrágio universal e secreto (BRITO 1995, SITO, 2006).

A efetivação do processo eleitoral, por um lado passa pelo cadastramento eleitoral⁴⁸, por outro lado, pelo exercício do voto. O cadastramento eleitoral é um elemento crucial no processo eleitoral, por assegurar que os cidadãos elegíveis ao direito de voto possam exercer esse direito e impedir os que não têm esse direito o possam fazer, evitando assim votos múltiplos de um só eleitor, facilitando as operações de votação, bem como evitando atos de fraude eleitoral (BRITO, 2008a). Em Moçambique, ocorreram dois (2) cadastramentos eleitorais, o primeiro em 1993 e o segundo em 2008, quando se informatizaram os dados. Para além do cadastramento, ocorreram também três (3) atualizações dos cadastros eleitorais, em 1998, 2003 e 2013.

⁴⁶ As negociações do Acordo Geral de Paz abriram espaço para entrada de novos atores no cenário político em Moçambique, esse processo decorre de um longo período de guerra civil que assolou o território moçambicano de 1976 a 1990, culminando com a assinatura do Acordo Geral de paz entre a FRELIMO e a RENAMO, ocorrido em Roma, capital Italiana, no ano de 1992.

⁴⁷ As eleições presidenciais em Moçambique são conjugadas com as eleições Legislativas.

⁴⁸ O Termo original no contexto moçambicano é recenseamento eleitoral. O recenseamento eleitoral é constituído por uma lista dos cidadãos com direito a voto, essa lista congrega todas informações referentes ao eleitores (nome, número e local de registo), esses elementos são fundamentais no ato da votação. Importa referir que em Moçambique o recenseamento eleitoral é realizado pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE).

Para demonstrar a magnitude da desatualização dos cadastros, compararam-se os números de eleitores inscritos nas eleições de 1994 a 2009, fase posterior ao primeiro cadastramento. A tabela 7 ilustra a variação do número do eleitorado, inscrito nas eleições presidenciais em Moçambique. As diferenças são significativas, na medida que há um aumento de 53,55% na Província de Nampula no âmbito da atualização do cadastro. Porém esse número reduz para 39,98% quando realizado um novo cadastro. O mesmo ocorre na província de Gaza, que cai para 55,86%. Isso demonstra uma necessidade de optar, no âmbito eleitoral, por novo cadastramento, permitindo a eliminação de duplo cadastro, exclusão de eleitores não aptos⁴⁹ e dos eleitores mortos, o que influencia diretamente nos números de abstenções oficiais.

Tabela 7: Variação⁵⁰ do eleitorado nas Eleições Presidenciais de 1994 a 2009.

Província	Eleitores Inscritos				Variações		
	1994	1999	2004	2009	94 / 99	94 / 04	94/ 09
Cabo Delgado	551716	618451	828268	879139	12,10	50,13	59,35
Gaza	405448	465151	703895	631924	14,73	73,61	55,86
Inhambane	461725	495981	656573	655462	7,42	42,20	41,96
Manica	322672	421266	580602	670578	30,56	79,94	107,82
Maputo Cidade	462957	455640	675757	709468	-1,58	45,97	53,25
Maputo	334802	369234	607055	635025	10,28	81,32	89,67
Província							
Nampula	1286002	1434764	1974655	1800147	11,57	53,55	39,98
Niassa	281292	356693	496829	538386	26,81	76,62	91,40
Sofala	493613	593877	857156	811837	20,31	73,65	64,47
Tete	378051	503422	737589	717380	33,16	95,10	89,76
Zambézia	1170564	1384626	1867024	1807687	18,29	59,50	54,43

Fonte: Elaboração do autor 2017.

Como nos referimos, a desatualização do cadastro eleitoral influencia diretamente na abstenção oficial, fazendo com que os números oficiais dos abstencionistas não sejam de fato os expressos, devido à existência de duplo cadastro, principalmente dos eleitores que mudaram de residência e dos que já não estão aptos a votar e os já falecidos. A atualização do cadastro eleitoral, também, em alguns casos permite apenas a incrementação dos eleitores que tenham completado ou vão completar a idade permitida para exercer o seu direito cívico nas eleições.

As primeiras eleições multipartidárias moçambicanas realizadas em 1994 contavam com 6.148.842 eleitores inscritos. Desses eleitores, 5.402.674 exerceram seu direito de

⁴⁹ Referimos-nos aos eleitores não aptos, aqueles que por algum motivo tenham dificuldades de exercer o seu direito cívico, devido a questões de saúde bem como a idade avançada.

⁵⁰ O % da variação é igual a $\Delta\% \left[\left(\frac{AT}{AN} \right) - 1 \right]$; onde AT (Valor Atual) e AN (Valor Anterior).

escolha. Contudo, 746.168 se abstiveram, tendo 312.143 votos brancos e 272.858 votos nulos. A redução do comparecimento nas eleições presidenciais tem crescido constantemente desde as segundas eleições presidenciais em 1999, sendo que a participação eleitoral caiu de 88% nas eleições de 1994 para cerca de 70% nos demais pleitos.

Nas eleições de 1999, se comparado às eleições de 1994, ocorreu uma redução da participação dos eleitores em 18%. Desta forma, se pode afirmar que a participação eleitoral foi positiva, tendo em conta o processo de consolidação do regime democrático estabelecido a menos de 10 anos, assim como a baixa condição socioeconômica e consciência política da sociedade moçambicana e a natureza do voto facultativo. Portanto, a redução da participação eleitoral não pode ser vista com um fenômeno das democracias emergentes: esse cenário também é notável em democracias industriais desenvolvidas com voto facultativo, assim como nas compulsórias, nas quais o declínio da participação oscila em 25% a 46%⁵¹.

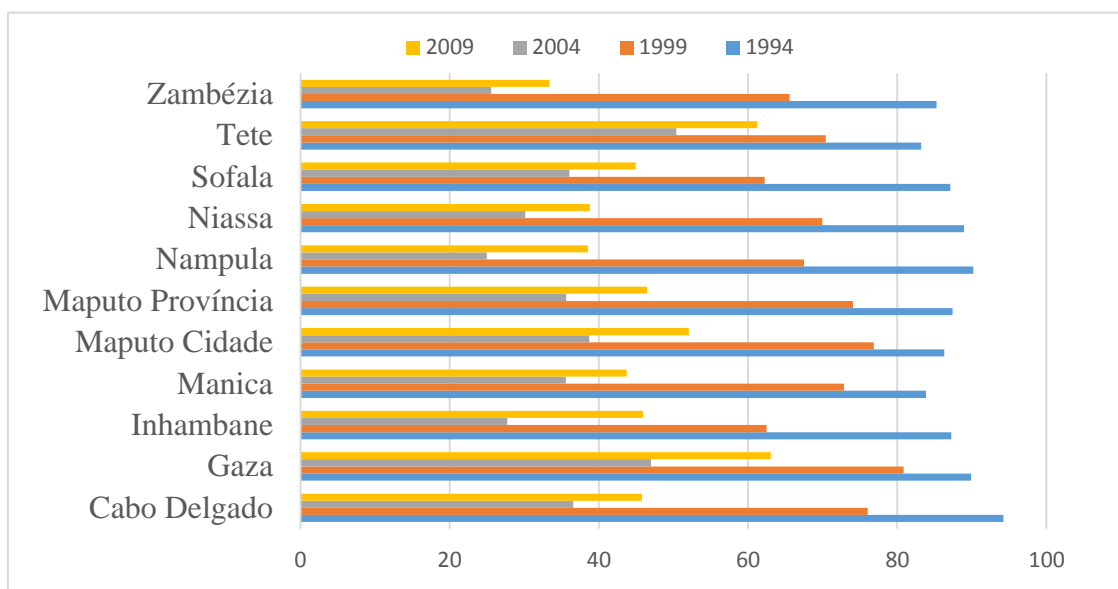
O gráfico 1 mostra a evolução do total da participação eleitoral em cada uma das 11 unidades provinciais⁵² entre 1994 a 2009. Observamos uma redução da participação em praticamente todas provinciais, ao longo do período, com uma intensidade mais acentuada em 2004. Importa salientar que a redução da participação nos três maiores colégios⁵³ eleitorais de Moçambique (Nampula, Zambézia e Sofala), onde a média de participação foi de 28,8% nas eleições presidenciais de 2004. Estes três colégios eleitorais tiveram, nas primeiras eleições presidenciais, uma média de participação eleitoral de 87,4% dos eleitores inscritos.

⁵¹ Existe um consenso em relação ao declínio da participação dos eleitores nos regimes democráticos, ver em Freire, 2001.

⁵² Importa referir que Moçambique é um Estado Unitário.

⁵³ Cada Província no sistema eleitoral Moçambicano corresponde a um círculo eleitoral ou colégio eleitoral.

Gráfico 1: Índice relativo a participação eleitoral nas eleições presidenciais de 1994 a 2009⁵⁴.



Fonte: Elaboração do autor 2017.

As eleições de 1994, por um lado, teve um grande significado na efetivação do processo de paz, isto é, uma conscientização coletiva de que este processo eliminaria por definitivo o cenário bélico que assolou Moçambique por cerca de 16 anos. Por outro lado, o fato de terem sido as primeiras eleições trouxe uma crescente ansiedade no seio do povo moçambicano, que exerceu seu direito cívico pela primeira vez desde que Moçambique se tornou independente em 1975. Importa referir que o papel das instituições nacionais e internacionais no processo de educação cívica foi fundamental, para uma maior afluência eleitoral nas primeiras eleições (MAZULA, 1995; MAIA, 1995; BRITO, 2005; SITO, 2006).

O comparecimento eleitoral é influenciado por diversos fatores, dentre eles o sistema político-partidário, as regras eleitorais, assim como o tipo de voto (compulsivo ou facultativo), que impactam diretamente nos resultados das eleições. No caso de Moçambique, as questões de ordem institucional - como voto facultativo, a desconfiança em torno dos processos eleitorais, a distância entre a urna eleitoral e a residência do eleitor - poderá estar na origem do decréscimo da participação eleitoral, assim como a desatualização do cadastro eleitoral.

De acordo com Mazula (1995), o crescente nível de participação eleitoral nas primeiras eleições presidenciais foi motivado por seguintes fatores, a saber: por ser a primeira vez na história em que os moçambicanos tiveram o direito de eleger os seus líderes políticos; por

⁵⁴ O índice relativo a participação eleitoral foi calculado tendo em conta o total de eleitores aptos a votar.

tratar-se do primeiro escrutínio eleitoral que envolvia a disputa dos dois partidos beligerantes nas urnas; e, por fim, as eleições tinham um peso na manutenção do acordo de paz e acarretavam um risco de retorno à guerra. Entretanto, Cahen (1998), qualificou as primeiras eleições como as eleições do silêncio, reconciliação e revitalização do Estado moçambicano.

A tabela 8 mostra a variação da participação nas 11 províncias. Conforme se pode observar, o índice de redução na participação eleitoral tem aumentado gradativamente desde 1999. Considerando uma análise entre 1994 e 2009, os dois anos em que tivemos um novo cadastramento eleitoral, se pode verificar que ocorre uma redução acentuada na participação eleitoral, sendo que os maiores colégios eleitorais tiveram uma redução de 60,85% na Zambézia, 57,25% em Nampula e 48,44% em Sofala.

Tabela 8: Variação⁵⁵ relativa da participação eleitoral nas eleições presidenciais

Participação Relativa de Votantes					Variação da participação relativa		
Província	1994	1999	2004	2009	94 / 99	94 / 04	94 / 09
Cabo Delgado	94,23	76,02	36,58	45,78	-19,32	-61,18	-51,42
Gaza	89,90	80,86	46,97	63,02	-10,06	-47,75	-29,90
Inhambane	87,25	62,50	27,72	45,91	-28,37	-68,22	-47,38
Manica	83,86	72,84	35,56	43,71	-13,14	-57,60	-47,87
Maputo Cidade	86,30	76,84	38,73	52,07	-10,97	-55,12	-39,67
Maputo Província	87,39	74,06	35,61	46,50	-15,25	-59,25	-46,80
Nampula	90,20	67,51	24,98	38,56	-25,15	-72,30	-57,25
Niassa	88,96	69,94	30,12	38,81	-21,39	-66,14	-56,37
Sofala	87,13	62,21	36,04	44,93	-28,60	-58,63	-48,44
Tete	83,21	70,42	50,39	61,25	-15,37	-39,44	-26,39
Zambézia	85,25	65,58	25,59	33,38	-23,08	-69,99	-60,85

Fonte: Eleaboração do autor, 2017.

Como podemos observar, desde 1994, há uma tendência negativa no que concerne a participação eleitoral. Esse cenário pode ser influenciado por diversos fatores de ordem socioeconômica, histórica, ecológica, bem como por política e técnicas. Visto que a maior parte da população moçambicana reside em áreas rurais (cerca de 70,2%) importa referir que os dois maiores colégios eleitorais (Zambézia e Nampula) totalizam no conjunto 38,7% da população. Este pode ser um dos fatores que fariam com que os eleitores se engajassem menos nos atos eleitorais, devido as dificuldades dos mesmos em se dirigir às urnas eleitorais. Os eleitores de baixo nível de escolaridade e de baixa renda⁵⁶ tenderiam a se auto excluir dos

⁵⁵ O % da variação é igual a $\Delta\% \left[\left(\frac{AT}{AN} \right) - 1 \right]$; onde AT (Valor Atual) e AN (Valor Anterior).

⁵⁶ Referimos-nos ao eleitor que vive na linha da pobreza. A pobreza encontra-se relacionada com a falta de rendimentos (dinheiro ou espécie) necessários para a satisfação das necessidades básicas. Sabendo que esta definição monetária não

atos eleitorais, pois estes não teriam no horizonte dos seus desejos participar da política devido a um conjunto de outras preocupações que os afligem. Há, também, a já exposta questão do cadastro eleitoral.

3.2 ABSTENÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2009

A década de 90, no cenário democrático moçambicano, é caracterizada por uma forte afluência dos eleitores nas eleições presidenciais. Abstiveram-se de votar em 1994 e 1999 12,1% e 30,5% do eleitorado, respetivamente. A partir de 2004, se inicia uma redução significativa da participação eleitoral, na qual o número das abstenções atingiu 6.684.106 milhões de eleitores em um total de 9.985.403 de eleitores inscritos, superando o total de votos obtidos pelos cinco⁵⁷ candidatos às eleições presidenciais, que obtiveram um total de 3.074.237 milhões de votos. A tabela 9 demonstra uma comparação o cadastro eleitoral feito em 1994 e 2009, considerando o comparecimento eleitoral e abstenção. Ela infere uma tendência à redução da participação e um aumento na abstenção nos pleitos eleitorais em Moçambique.

Tabela 9: Variação⁵⁸ percentual do Comparecimento X Abstenção em 1994 e 2009.

Província	Comparecimento			Abstenção		
	1994	2009	Variação	1994	2009	Variação
	%	%	%	%	%	%
Cabo Delgado	94,23	45,78	-51,42	5,77	54,22	839,62
Gaza	89,90	63,02	-29,90	10,10	36,98	266,14
Inhambane	87,25	45,91	-47,38	12,75	54,09	324,11
Manica	83,86	43,71	-47,87	16,14	56,29	248,69
Maputo Cidade	86,30	52,07	-39,67	13,70	47,93	249,86
Maputo Província	87,39	46,50	-46,80	12,61	53,50	324,29
Nampula	90,20	38,56	-57,25	9,80	61,44	526,77
Niassa	88,96	38,81	-56,37	11,04	61,19	454,34
Sofala	87,13	44,93	-48,44	12,87	55,07	327,77
Tete	83,21	61,25	-26,39	16,79	38,75	130,77
Zambézia	85,25	33,38	-60,85	14,75	66,62	351,79

Fonte: Elaboração do autor, 2017.

abrange outras vertentes da pobreza, foi alargado o conceito para abarcar aspectos como falta de acesso à educação, saúde, água e saneamento, bem como o isolamento, exclusão social, falta de poder e vulnerabilidade.

⁵⁷ Número de votos obtidos por cada candidato e sua posição: 1º colocado obteve 1.966.016 votos (Armando Guebuza); 2º colocado obteve 974.182 votos (Afonso Dhlakama); 3º colocado obteve 83.322 votos (Raul Domingos); 4º colocado obteve 25.513 votos (Carlos dos Reis) e por último ficou Yá-Qub Sibindy com 25.204 votos.

⁵⁸ O % da variação é igual a $\Delta\% \left[\left(\frac{AT}{AN} \right) - 1 \right]$; onde AT (Valor Atual) e AN (Valor Anterior).

Como podemos observar, as diferenças são brutais quando comparado o comparecimento eleitoral de 1994 em relação a 2009. Somente três Províncias tiveram uma redução no comparecimento eleitoral abaixo de 50% em 2009 (Tete, Maputo Cidade e Gaza), sendo que os demais colégios eleitorais tiveram uma redução no comparecimento acima de 50%. Contudo, as abstenções oficiais registraram um aumento significativo, sendo que as províncias de Nampula e Cabo Delgado tiveram os maiores aumentos, de 526,8% e 839,6% das abstenções oficiais, respetivamente. Estes dados demonstram um desencanto do eleitor em torno das expectativas inerentes ao processo democrático que ocorreu em 1994.

A redução da participação pode estar vinculada ao cenário de pobreza e parca instrução da população moçambicana. Somente 52% da população é alfabetizada (e a maioria dos que receberam instrução moram em zonas urbanas) e 42% dos cidadãos vivem no nível de pobreza. Outro fator pode ter a ver com a ausência de pluralidade de candidatos. Considerando que os três maiores colégios eleitorais (Nampula, Zambézia e Sofala), acompanhados de Manica e Tete são tidos como bastião da oposição, esses eleitores não teriam uma renda de utilidade⁵⁹ esperada do seu voto.

De acordo com Brito (2010), o abstencionismo nas eleições moçambicanas - que permanece alto ainda em 2009 - encontra suas respostas não apenas em questões técnicas relacionadas com o recenseamento eleitoral, mas também por um crescente distanciamento do eleitorado em relação ao processo político.

O tempo de vida de uma democracia também é um elemento importante quando da análise da participação eleitoral. Segundo O'Donnell e Schmitter (1986), com o passar dos anos de vigência de um regime democrático, as eleições apresentam taxas mais elevadas de abstenções do que aquelas registradas nos pleitos iniciais.

A tabela 10 demonstra, de forma geral, como tem evoluído o nível da alienação eleitoral em Moçambique. Por alienação eleitoral entende-se a agregação da não participação referente a abstenção e a participação referente aos votos nulos e brancos. Observa-se que após as duas primeiras eleições, os níveis de alienação têm estado acima dos 60%, ou seja, há uma baixa participação relativa a alienação eleitoral. A alienação eleitoral pode ser visualizada como um elemento crucial da ilegitimidade da democracia representativa, pois na medida em que uma minoria exerce efetivamente seu poder cívico, compromete-se o ideal do governo da maioria estabelecido pelo ideal democrático.

⁵⁹ Aqui, o termo renda de utilidade se refere especificamente à renda de utilidade proveniente da atividade governamental (DOWNS, 1999)

Tabela 10: Percentual⁶⁰ da abstenção, votos brancos, nulos e alienação eleitoral nas Eleições Presidenciais em Moçambique de 1994 a 2009.

Anos	Abstenção	Votos brancos	Votos nulos	Alienação Eleitoral
1994	12,1	5,8	5,1	23
1999	30,5	6,5	3,9	40,9
2004	66,9	2,9	4	73,8
2009	55,7	6	4,5	66,2

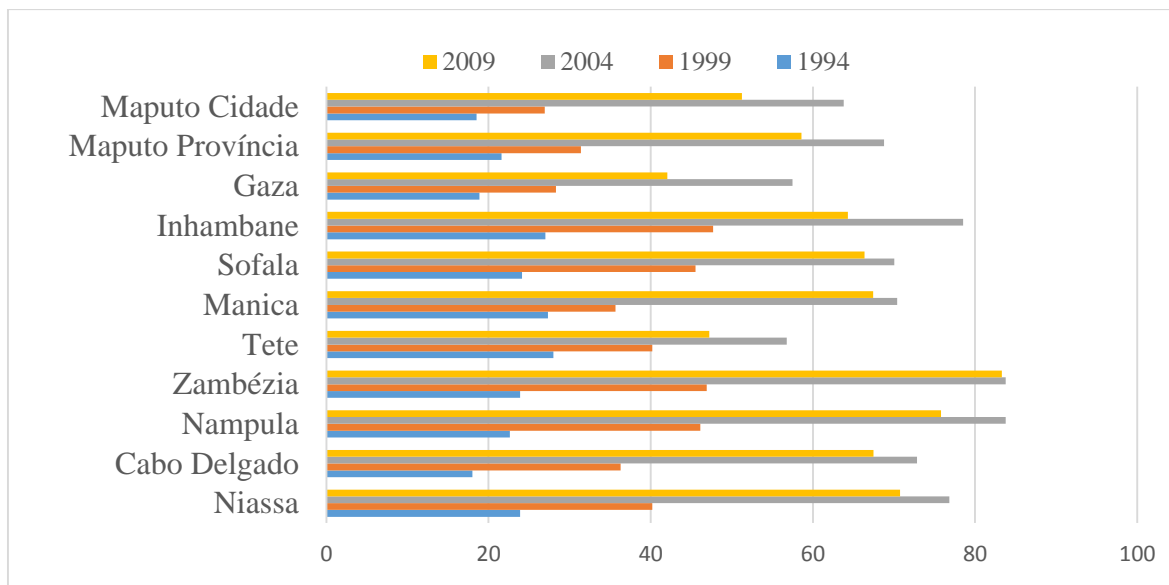
Fonte: Elaboração do autor 2017.

Como se pode observar entre 1994 e 2004, houve uma evolução progressiva na taxa de alienação eleitoral, concernente a abstenção, passando de 12,1% em 1994, para 66,9% em 2004 e diminuindo para 55,7% em 2009. A explicação para essa redução no último ano centra-se no argumento que no ano anterior houve um novo cadastramento eleitoral, no qual foram eliminados do cadastro muitos eleitores que haviam falecido, eleitores com duplo cadastro e os eleitores incapazes de exercer o seu exercício cívico. Essas ações possibilitaram um maior controle por parte da Comissão Nacional de Eleições sobre os reais eleitores inscritos, reduzindo, em parte, os números artificiais do total de eleitores aptos a votar, o que influencia no número dos abstencionistas oficiais.

O gráfico 2 ilustra como a alienação eleitoral tem evoluído em cada colégio eleitoral nas eleições presidenciais. Tais dados são observados desde a introdução do multipartidarismo e do voto direto. Podemos constatar, tendo como base os dados do CNE-STAE, que este fenómeno tem registrado uma presença significativa no cenário eleitoral moçambicano. Há um crescimento em torno da alienação eleitoral em todos colégios eleitorais, sendo que os dois maiores colégios eleitorais (Nampula e Zambézia) passaram de 22,6% e 23,9% em 1994 para 75,8 e 83,3%, respetivamente. Assim sendo, os números de votos obtidos pelos candidatos à presidência foram menores em relação os votos alienados dos eleitores.

⁶⁰ O percentual das abstenções foi calculada tendo em conta os eleitores aptos para votar, enquanto que os votos nulos e brancos foram calculados tendo como referência os eleitores que exerceram o seu direito de voto, sendo assim a alienação eleitoral é o somatório dessas três variáveis.

Gráfico 2: Índice relativo a alienação eleitoral nas eleições presidenciais em Moçambique entre 1994 a 2009⁶¹.



Fonte: Elaboração pelo autor 2017.

Para Tollenaere (2013), o aumento das abstenções em 2004 é resultado de uma distorção dos dados do cadastro eleitoral, pois as sucessivas atualizações que ocorreram em 1999 e 2004 não permitiram a remoção de eleitores inativos e a duplicação de eleitores devido a mudança de residência, fazendo com que a abstenção oficial aumentasse. Enquanto que, para Forquilha (2017), a abstenção pode ser também causada por sucessivos cenários de violência durante o período eleitoral e pelo baixo desempenho do governo na provisão dos serviços básicos.

Assim, esses cenários avançados favorecem um aumento significativo da alienação eleitoral nas eleições presidenciais moçambicanas, visto que o aumento das abstenções impacta diretamente nos índices da alienação eleitoral. Contudo, verifica-se a necessidade de mensurar outras variáveis para compreender as razões que levam o cidadão a se cadastrar e depois não se fazer presente no ato da votação.

De acordo com a literatura⁶², a alienação eleitoral significa uma ausência de escolha dos representantes por parte do eleitorado, que ocorrerem de forma intencional ou não por meio da abstenção, voto nulo e branco. Observando as 11 províncias que compõem o território moçambicano, nota-se um crescimento ao longo das quatro eleições aqui expostas, o que pode

⁶¹ O índice da alienação eleitoral é calculado tendo em conta a abstenção, votos brancos e nulos nos processos eleitorais.

⁶² Para mais detalhe ver Lima Júnior 1990; Costa 2007; Borba 2008 e Silva 2013.

caracterizar um distanciamento entre o eleitor e o processo democrático, causado por diversas motivações.

4 A ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS MOÇAMBICANAS

Este capítulo pretende ajudar a compreender as razões que levam os cidadãos a não escolherem um candidato à Presidência da República, seja pelo não comparecimento eleitoral ou pelo voto branco ou nulo. Analisa-se a dimensão socioeconômica, recorrendo a uma aproximação entre o nível agregado e o nível individual. Isso permitiu analisar os fatores explicativos da alienação eleitoral nas eleições presidenciais de Moçambique no lapso temporal de quatro eleições.

4.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Com vista a melhor percepção sobre o desenvolvimento da nossa análise em torno da alienação eleitoral nas eleições presidenciais moçambicanas de 1994 a 2009, é importante esclarecer as questões metodológicas adotadas nesse trabalho. As nossas variáveis dependentes são as taxas de abstenção, os votos em branco e os votos nulos. As nossas variáveis independentes são: taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, taxa da população urbana, extensão territorial, intensidade da pobreza, densidade do eleitorado.

O mapeamento dos resultados eleitorais das eleições presidenciais foi realizado com base nos dados disponibilizados na base de dados do CNE e STAE. Valendo-se do software Arcgis 10.1 construímos diversos mapas para cada ano eleitoral. Os valores do nosso critério de seleção encontram-se estruturados em três classes, o que irá permitir a visualização da distribuição das abstenções, votos nulos e brancos ao longo das quatro eleições levadas a cabo nesse estudo. Assim, os polígonos mapeados em vermelho correspondem às regiões onde os valores são maiores, os representados por cor verde correspondem às regiões onde os valores são baixos e, finalmente, os mapeados com a cor laranja correspondem às regiões com valores médios. Tal distinção irá nos ajudar a perceber a evolução deste fenômeno ao longo do território moçambicano.

Os dados foram submetidos à análise de correlação e Regressão linear múltipla para analisar o quanto variam as taxas da abstenção, votos nulos e brancos (variáveis dependentes) nas eleições presidências de Moçambique de 1994, 1999, 2004 e 2009 e se eles podem ser

explicados pelas variáveis independentes (taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, taxa da população urbana, extensão territorial, intensidade da pobreza, densidade do eleitorado).

Por um lado, calculou-se o coeficiente de correlação linear (r) entre as variáveis com objetivo de verificar se há ou não uma associação linear entre elas. Por outro lado, os resultados da regressão indicam que a variação nos valores de uma variável pode influenciar nos valores de outra variável (SPIEGEL & STEPHENS, 2000). Os dados coletados foram tabulados por meio do sistema Microsoft Excel; priorizando a regressão linear múltipla para o processamento e análise. Tal escolha foi feita porque o modelo de regressão permite tratar duas ou mais variáveis explicativas. Para tal, utilizamos o *Statistic Package for Social Sciences* (SPSS) 22.0.

Optou-se por trabalhar com nível mais desagregado possível por ele permitir uma redução da “falácia ecológica” ao fazer inferências no plano individual a partir de dados agregados. Buscamos assim reduzir ao mínimo o erro nas associações entre as variáveis dependentes e independentes.

4.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA ALIENAÇÃO ELEITORAL DE 1994 A 2009

Moçambique fica situado no Sudoeste da África, entre os paralelos 10°27' e 26°52' de latitude Sul e entre os meridianos de 30°12' e 40°51' longitude leste. É limitado ao Norte pela Tanzânia, ao leste pelo Oceano Índico, oeste por Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Swazilândia e ao sul pela República da África do Sul. Toda a faixa costeira leste é banhada pelo Oceano Índico em uma extensão de 2 470 km. O País possui uma superfície de 799 380 km² e é constituído por 11 províncias, sendo Niassa a mais extensa e a menos extensa a Cidade de Maputo. Moçambique é composto por três regiões: Norte (Niassa; Cabo Delgado e Nampula); Centro (Zambézia, Tete; Manica e Sofala) e Sul (Inhambane, Gaza, Província de Maputo e Cidade de Maputo) e com um total de 154 distritos⁶³.

Observando as distribuições espaciais, constata-se que existe uma regularidade em termos de padrões de distribuição da abstenção, votos nulos e brancos bem definidos *a priori*: prevalecem o domínio dos três elementos da alienação eleitoral de forma cíclica nas regiões norte e centro de Moçambique. Ao longo deste capítulo poderemos observar detalhadamente a

⁶³ Informações recolhidas no anuário estatístico do Instituto Nacional de Estatística der Moçambique (2015).

distribuição espacial da alienação eleitoral nas eleições presidenciais de 1994 a 2009 em Moçambique, como ilustram os mapas acima ilustrados (ver figura 1 a 3).

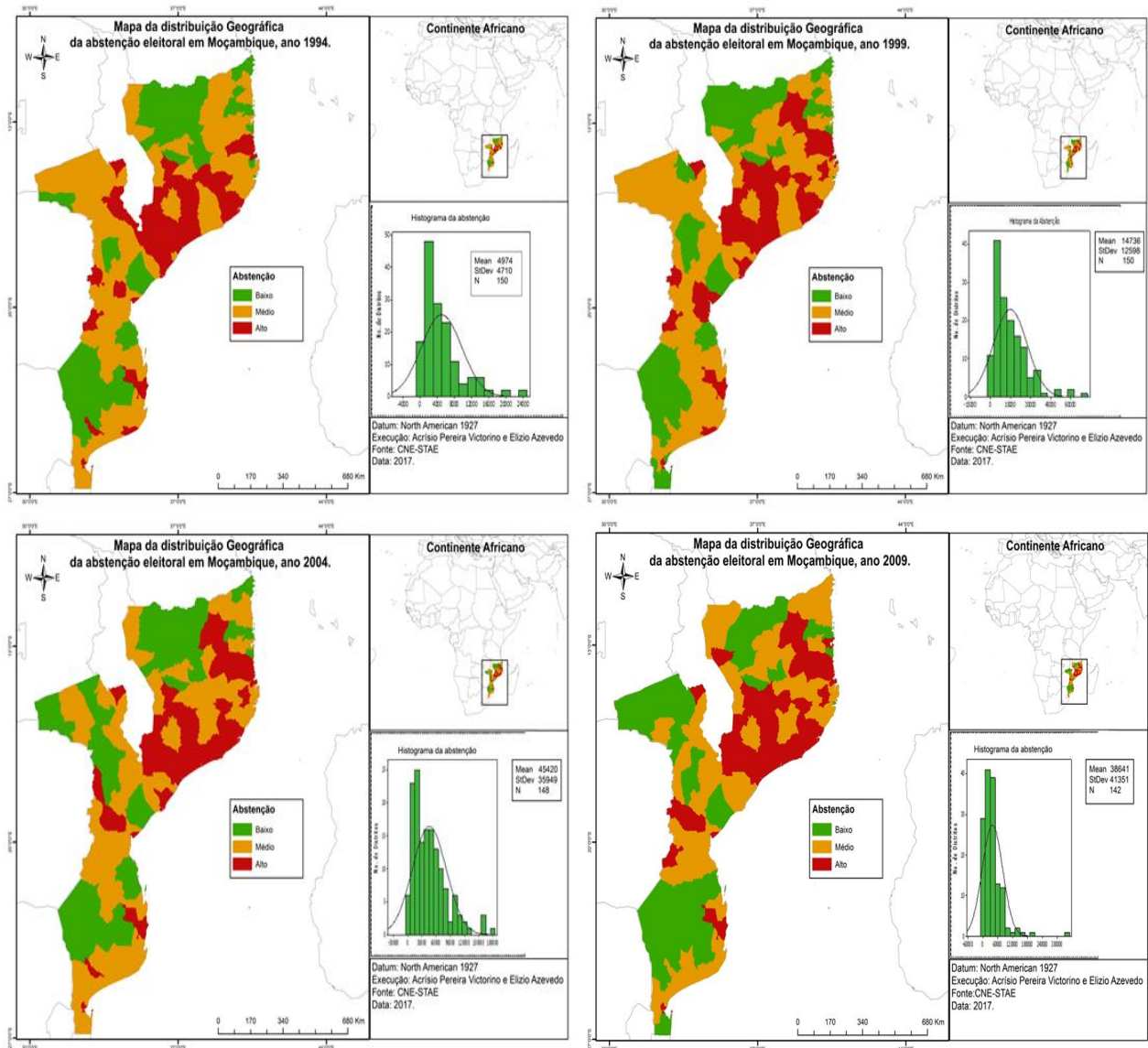
4.2.1 Distribuição espacial das abstenções

Olhando para as abstenções eleitorais nas eleições presidenciais em Moçambique podemos visualizar uma configuração em torno dos padrões espaciais quase homogêneos desde 1994 a 2009, conforme se pode observar na figura 1.

Quanto à abstenção, observa-se uma maior distribuição desigual na região norte e centro, visto que nas eleições de 1994 as províncias de Nampula e Zambézia apresentaram a maior distribuição desigual de eleitores abstencionistas em relação ao nível nacional. Porém, pode-se observar algumas bolhas vermelhas dispersas por todo país, especialmente nas províncias de Tete, Niassa, Sofala, Manica, Gaza Inhambane e Maputo Província.

Se comparados os resultados da abstenção de 1994 em relação a 1999, 2004 e 2009, podemos observar que, além da província de Nampula e Zambézia que inicialmente apresentaram a maior distribuição desigual de eleitor abstencionistas, tal fenômeno também foi verificado na Província de Cabo Delgado. De se ressaltar que é possível observar uma dispersão de bolhas vermelhas ao longo das três eleições, exceto na província de Gaza.

Figura 1: Distribuição Espacial das abstenções nas eleições presidenciais de 1994 a 2009.



Esta configuração espacial traduzida em percentagem de abstenção, significa que o norte e o centro ao longo das eleições presidenciais têm registrado distribuição desigual dos valores à nível nacional, enquanto que na região sul os resultados apresentam uma certa normalidade ao valor de referência. Este padrão ao longo das quatro eleições analisadas não apresenta variações significativas. Contudo, há de se registrar uma redução da abstenção na zona sul. Da análise da distribuição espacial ao longo do tempo, destaca-se o fato das províncias de Nampula e Zambézia apresentarem uma distribuição desigual das abstenções de forma sistemática ao longo dos diversos escrutínios.

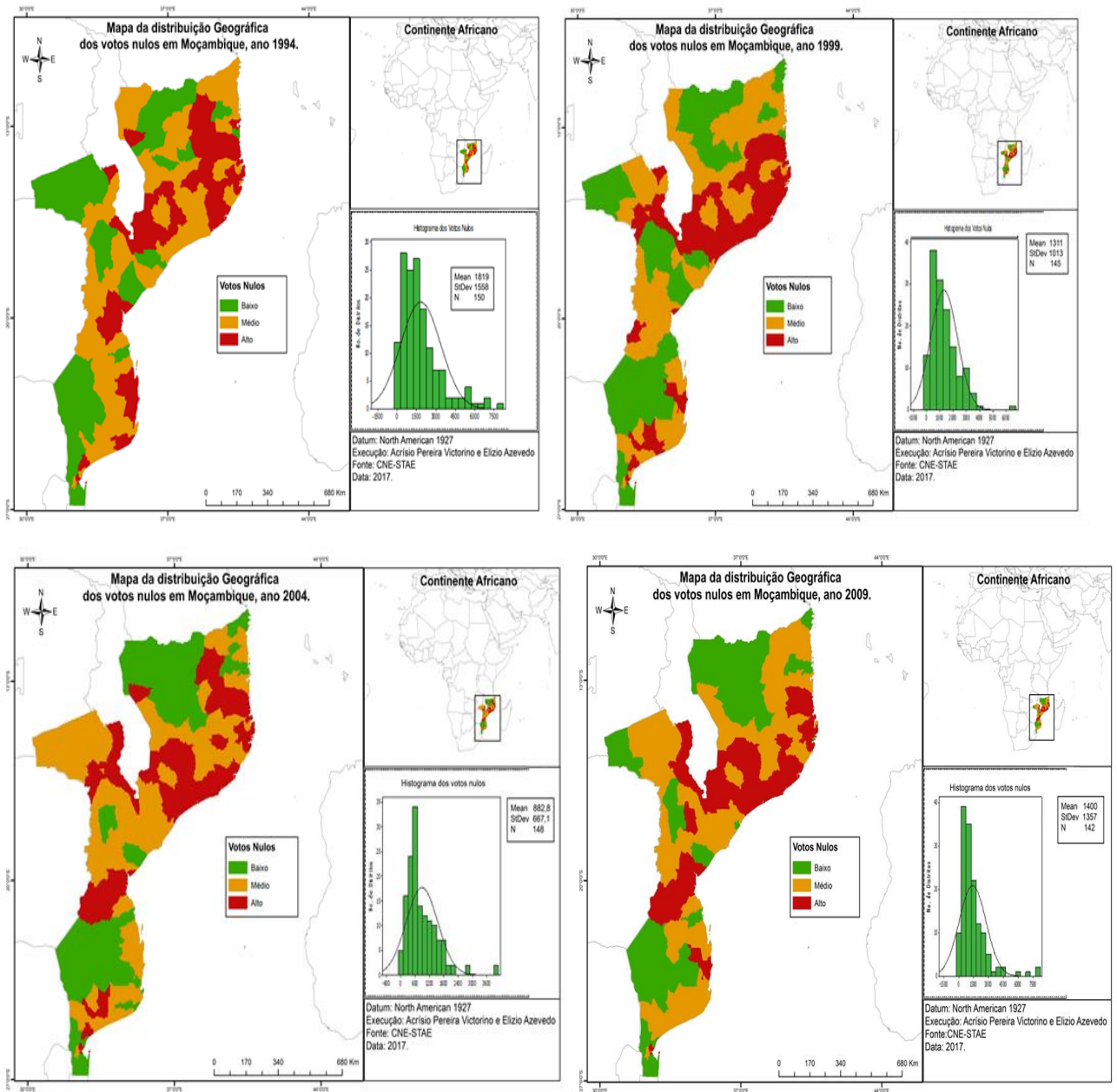
4.2.2 Distribuição espacial dos votos nulos

Em relação aos votos nulos nas eleições presidenciais em Moçambique, podemos visualizar uma configuração em torno dos padrões espaciais heterogênicos desde 1994 a 2009, conforme se pode observar na figura 2.

Analisando os padrões resultantes da distribuição espacial dos votos nulos dos diversos escrutínios em análise para as eleições presidenciais em Moçambique, verificamos que - com exceção das eleições de 2004 e 2009 - a região sul apresentou menos votos nulos se comparada com as eleições de 1994 e 1999. Os votos nulos apresentam uma distribuição desigual em quase toda região centro e norte.

Comparado as quatro eleições (1994, 1999, 2004 e 2009), podemos observar que as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala e Inhambane foram as mais destacadas em 1994. Este cenário teve certa mudança em 1999, quando as províncias mais destacadas foram de Nampula, Zambézia, Tete e Inhambane. Em 2004, os votos nulos podem ser visualizados com maior intensidade nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Sofala e Manica. Em 2009, o fenômeno de votos nulos teve maior distribuição desigual nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala, Tete e Manica.

Figura 2: Distribuição Espacial dos Votos Nulos nas eleições presidenciais de 1994 a 2009.



Também, à semelhança das abstenções, foi registrada maior distribuição desigual dos votos nulos nas regiões norte e centro do país em detrimento da zona sul. Este cenário pode ser observado nas quatro eleições expostas no trabalho. Outra conclusão prévia está relacionada com o fato de também ocorrerem abstenções nas províncias de Nampula e Zambézia. Estas províncias alcançam, de forma sistemática, altos índices de distribuição desigual de votos nulos no decorrer das eleições analisadas.

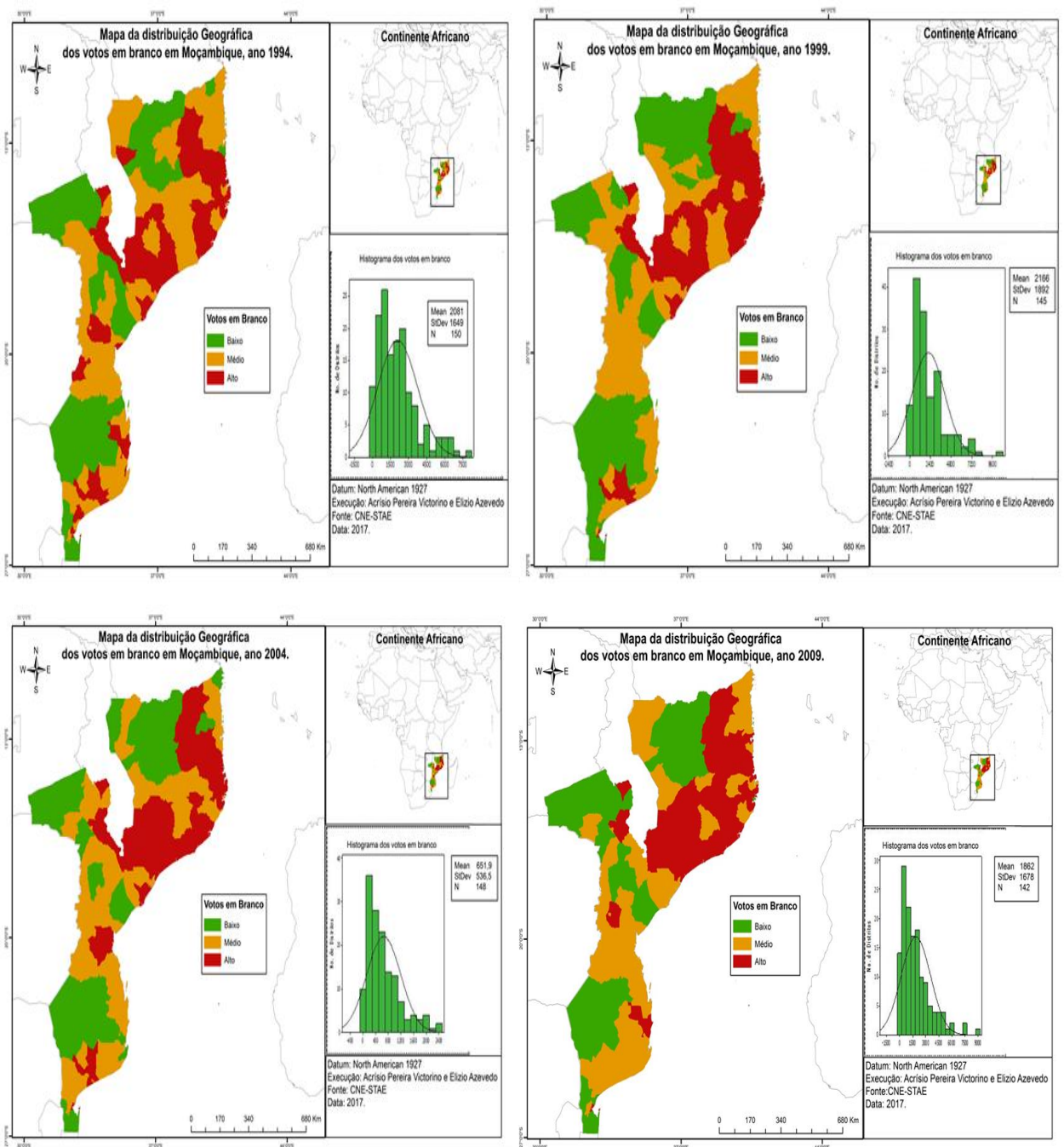
4.2.3 Distribuição espacial dos votos brancos

Em torno dos votos brancos nas eleições presidenciais em Moçambique, podemos visualizar uma configuração em torno dos padrões espaciais heterogênicos ao longo dos escrutínios já realizados, conforme se pode observar na figura 3.

Assim como a abstenção e voto nulo, os votos em branco têm uma distribuição desigual na região norte e centro. No primeiro escrutínio eleitoral, em 1994, a província de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete apresentaram distribuição desigual de votos brancos se comparadas ao nível nacional. De se ressaltar, nesse sentido, que há manchas vermelhas isoladas com maior ou menor intensidade nas províncias de Niassa, Manica, Sofala, Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza e Inhambane.

Comparando o mapemaneito dos resultados dos votos brancos para cada uma das quatro eleições, observamos que a região centro e norte se evidenciaram com maior distribuição de eleitores que votaram em branco nas eleições presidenciais. As províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Nampula e Tete obtiveram média acima da nacional referente a distribuição dos votos brancos. Apesar de se visualizar uma dispersão de manchas vermelhas na região sul, estas ainda estão abaixo das regiões centro e norte.

Figura 3: Distribuição Espacial dos votos brancos nas eleições presidenciais de 1994 a 2009.



A lógica da distribuição espacial dos votos em branco não se distancia das abstenções e votos nulos nas eleições presidenciais em Moçambique. Os votos estão mais desigualmente distribuídos na zona centro e norte em relação a zona sul, o que se assemelha aos outros dois elementos da alienação eleitoral (abstenção e voto nulo) na sua configuração espacial. Um dos fatos mais repetitivos ao longo da análise é o aparecimento recorrente de maior número de

manchas vermelhas para as províncias de Nampula e Zambézia, algo que também é visível em outras análises (Figura 1 e 2).

4.2.4 Distribuição numérica da alienação eleitoral por regiões de 1994 a 2009

A tabela 11 mostra que, considerando as eleições dos anos 1994 a 2009, a média de votos brancos foi superior na região norte (média de 1.987 votos brancos em cada distrito em Moçambique). A região centro apresentou em média 1.553 votos nulos em cada distrito. Embora a região norte tende a apresentar, em termos absolutos, elevadas taxas de votos brancos ($\mu = 1.987$) em comparação com as regiões centro e sul, a média de votos nulos foi significativamente superior na região centro ($\mu = 1.553$). Nesse mesmo sentido, a região central apresentou 29.903 abstenções, maior média regional. Ressalta-se que a região Sul apresentou o registro da maior quantidade de abstenções (máximo = 414.051). A média da alienação eleitoral é significativamente mais elevada na região central de Moçambique, com média de 33.323 em cada uma das eleições ocorridas entre 1994 e 2009.

Tabela 11: Descrição da quantidade de votos brancos, nulos, abstenções e alienação eleitoral nas regiões de Moçambique, segundo as eleições entre 1994 e 2009.

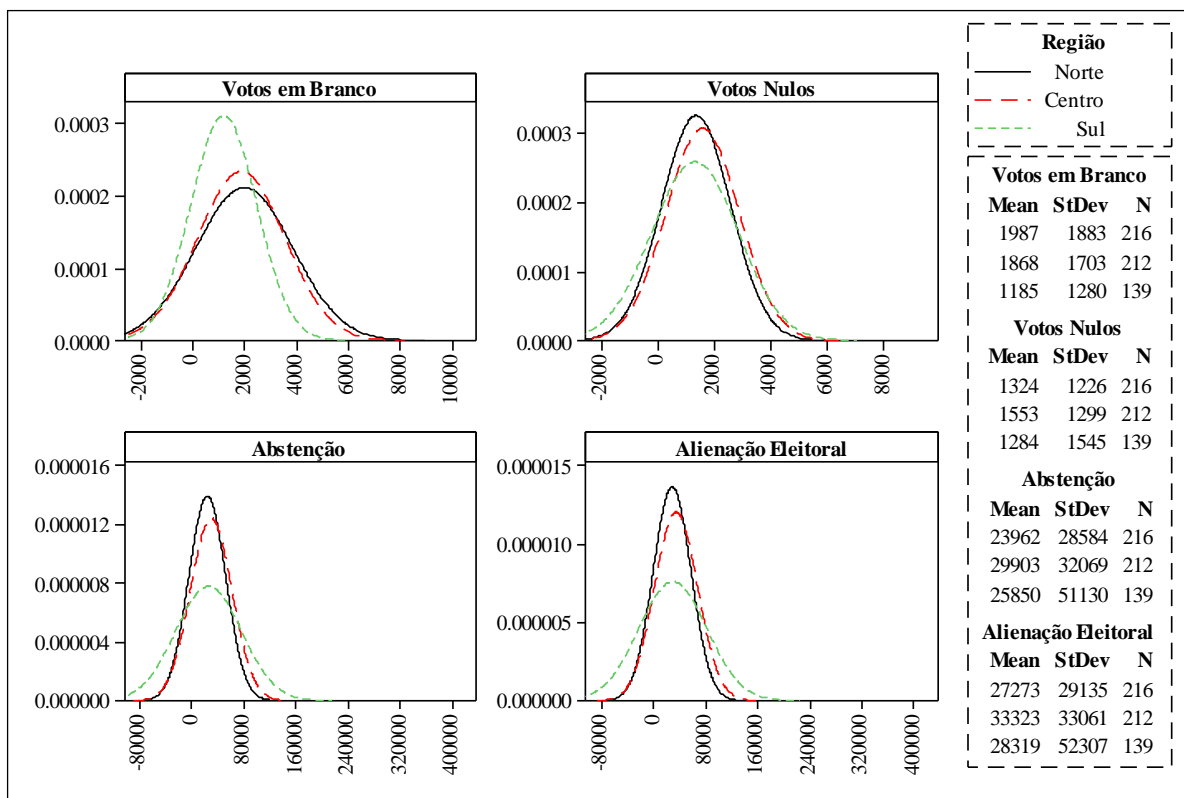
Variável	Região	Média (μ)	\pm DP (σ)	Mínimo	Máximo
Votos em Branco	Norte	1.987	-1.883	32	7.927
	Centro	1.868	1.703	33	10.261
	Sul	1.185	1.280	22	9.603
Votos Nulos	Norte	1.324	1.226	42	7.123
	Centro	1.553	1.299	59	8.133
	Sul	1.284	-1.545	77	9.658
Abstenção	Norte	23.962	28.584	111	159.931
	Centro	29.903	32.069	395	160.787
	Sul	25.850	-51.130	418	414.051
Alienação Eleitoral	Norte	27.273	29.135	297	161.936
	Centro	33.323	33.061	562	171.295
	Sul	28.319	-52.307	711	420.734

Fonte: Elaboração do autor 2017.

O gráfico 3 mostra que a região norte apresentou desvio padrão mais elevado de votos brancos ($\sigma = \pm 1.883$). Isso se traduz em uma distribuição ajustada mais curta e mais ampla, considerada normal. No caso dos votos nulos, a região sul apresentou desvio padrão mais elevado ($\sigma = \pm 1.545$), indicando que esta região possui uma alta variabilidade se comparada aos demais distritos de Moçambique. As abstenções apresentaram maior variabilidade na

região sul, com desvio padrão igual a ± 51.130 . No caso da Alienação Eleitoral, verifica-se que a região sul também apresentou maior variabilidade com desvio padrão igual a 52.307.

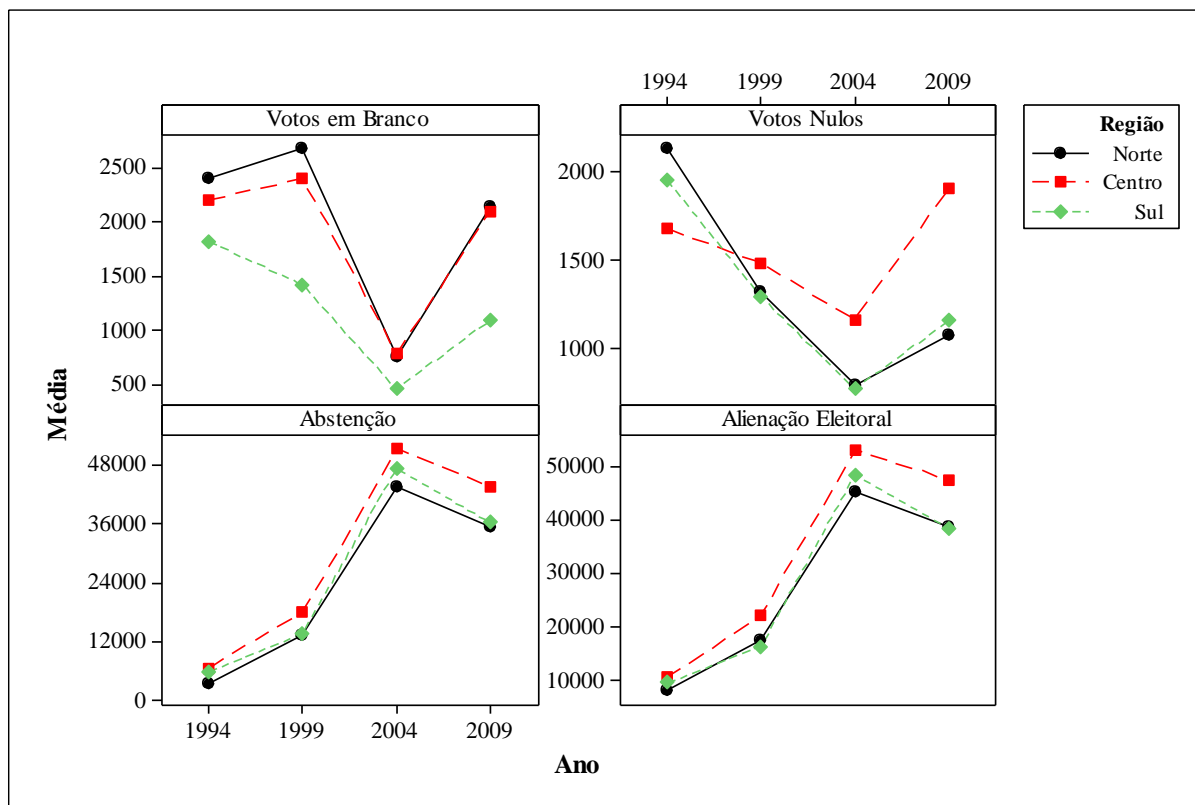
Gráfico 3: Histograma com ajuste para a distribuição dos votos brancos, nulos e abstenções para as eleições de 1994 a 2009, por região de Moçambique.



Fonte: Elaboração do autor 2017.

O gráfico 4 mostra que as médias de votos brancos e nulos apresentou redução significativa no ano 2004, vindo a aumentar em 2009. No caso das abstenções e alienação eleitoral, se verifica que ocorreu o inverso no comportamento da série, de forma que no ano 2004 houve registro da maior média de abstenção e alienação eleitoral.

Gráfico 4: Série histórica da Alienação Eleitoral das eleições do período de 1994 a 2009, nos distritos de Moçambique, segundo as regiões.



Fonte: Elaboração do autor 2017.

A sobreposição de todos os valores para cada elemento da alienação eleitoral (abstenção, voto nulo e branco), tendo em conta os anos eleitorais analisados 1994-2009, nos oferece um padrão de compreensão espacial bem sui generis. A análise dos mapas (Figura 1, 2 e 3), tendo como base de referência os dados apresentados na tabela 11, permitirá tirar melhores conclusões em relação à distribuição espacial das regiões de Moçambique.

As zonas centro e norte apresentam maior concentração de manchas vermelhas, o que quer dizer uma maior concentração de valores altos em torno das abstenções, votos nulos e brancos em comparação com a região sul. Isso não permite concluir, contudo, que os maiores valores estejam na região norte e centro, visto que a zona sul também apresenta de forma dispersa um alto número de manchas vermelhas.

A existência de uma clara distribuição anormal dos dados, quando analisada a média de votos nulos e abstenção, permite constatar uma maior concentração na zona central em detrimento da zona sul. Porém, a região sul apresenta as maiores máximas de abstenções e votos nulos, com 9.658 votos nulos e 414.051 abstenções. Isso configura uma distribuição anormal dos dados ao longo das eleições presidenciais moçambicanas, visto que pontos na

zona sul que concentram maior número de votos nulos e abstenção que outros locais a nível nacional, em especial a região centro e norte.

A tabela 12 mostra medidas de posição e variação para a frequência de votos brancos, nulos e abstenções nas eleições de 1994 a 2009. Podemos observar que a média de votos brancos reduziu ao longo das quatro eleições, de forma que no ano de 1994 a média de votos brancos foi de 28.377 para cada província. O número reduziu para uma média de 24.035 de votos brancos em 2009. O valor máximo de votos brancos alcançados nas províncias ocorreu nas eleições de 1999 com 79.281 votos brancos. Ressalta-se que nas eleições do ano de 2004 a frequência de votos brancos reduziu significativamente, com média de 8.771 votos brancos por província. No ano de 1999 os votos brancos apresentaram maior desvio padrão em relação à média, com dispersão de ± 25.520 VB.

O coeficiente de variação, fornecido em percentual (%), analisa a dispersão dos dados em termos relativos. Quanto menor é o valor do coeficiente de variação mais homogêneos são os dados, ou seja, menor é a dispersão de cada dado em relação à média. De uma forma geral, se o coeficiente de variação for menor ou igual a 15%, tem-se uma baixa dispersão e os dados são homogêneos. Se for entre 15 e 30%, há uma média dispersão. Se for maior que 30%, é uma alta dispersão, ou seja, os dados são heterogêneos. Verifica-se que em todos os anos o coeficiente de variação (%) foi elevado ($>30\%$), e aumentou ao longo das eleições, variando entre 72,60% em 1994 e 92,67% em 2009.

A média de votos nulos também apresentou redução ao longo das quatro eleições, com média equivalente a 24.805 votos nulos para cada província no ano de 1994 e 18.073 votos nulos nas eleições de 2009. Apesar da alta variabilidade indicada pelo coeficiente de variação (%) nas quatro eleições, observa-se houve uma redução nesta variação: se em 1994 o índice apontava 71,61%, em 2009 ele caiu para 54,76%. Ocorreu o contrário do observado com os votos brancos. No caso das abstenções verificou-se um aumento, com média variando entre 67.833 em 1994 e 498.822 em 2009. O desvio padrão variou entre 43.338 em 1994 e 332.173 em 2009, indicando aumento na dispersão das abstenções.

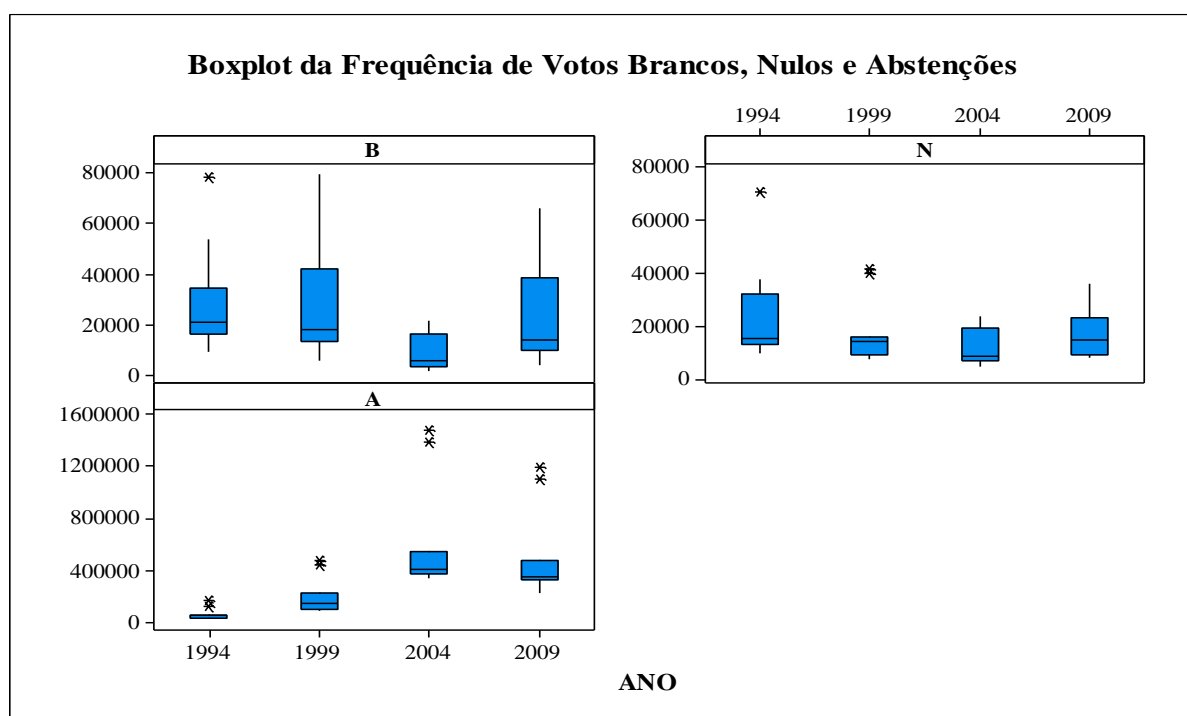
Tabela 12: Descrição da quantidade de votos brancos, nulos e abstenções, segundo as eleições do período de 1994 a 2009.

Variável	Ano	Média	DP	CV (%)	Mínimo	Máximo
Votos Brancos	1994	28.377	20.601	72.60	9.603	78.379
	1999	28.551	25.520	89.38	5.652	79.281
	2004	8.771	7.028	80.13	1.829	21.482
	2009	24.035	22.273	92.67	4.442	66.137
Votos Nulos	1994	24.805	17.763	71.61	9.658	70.374
	1999	17.280	12.016	69.54	7.598	41.720
	2004	11.878	6.923	58.28	4.854	23.699
	2009	18.073	9.898	54.76	7.877	36.020
Abstenções	1994	67.833	43.338	63.89	31.048	172.611
	1999	194.243	137.133	70.60	89.052	476.589
	2004	611.099	413.064	67.59	346.340	1.481.322
	2009	498.822	332.173	66.59	233.667	1.204.288

Fonte: Elaboração pelo autor 2017.

Os resultados podem ser observados na figura 4, observando que o ano de 1999 apresentou maior média e alta variabilidade de votos brancos, diferente dos votos nulos que apresentaram médias menores. Porém o ano de 1994 registrou a média mais elevada e maior variabilidade. As abstenções apresentaram aumento ao longo das eleições.

Figura 4: Boxplot da quantidade de votos brancos, nulos e abstenções, segundo as eleições do período de 1994 a 2009.



Fonte: Elaboração pelo autor 2017.

Em suma, observamos que os votos brancos tiveram um aumento de 1994 para 1999. Eles começaram a decair 2004, para voltar a subir nas eleições presidenciais de 2009 em todas as províncias. Em relação aos votos nulos, estes apresentaram uma redução de 1994 a 2004, porém em 2009 foi registrado um aumento por todo país. Finalmente, as abstenções registaram um aumento por todo país nas eleições presidenciais de 1994 a 2004, entretanto nas eleições de 2009 tiveram uma redução por quase todo o país.

4.2.5 Alienação eleitoral e seus determinantes socioeconômicos

Sabendo que a alienação eleitoral é igual ao somatório da abstenção, votos nulos e brancos, Santos (1987), decidimos separar cada elemento que compõe a alienação eleitoral para nossa análise. De acordo com Lima Junior (1990, 1993), Costa (2007) e Borba (2008), cada componente da alienação eleitoral possui uma lógica diferente.

Para Lima Júnior (1990, 1993), os determinantes das abstenções eleitorais não são as mesmas dos votos brancos e nulos. Diz ele que “o que leva o eleitor a se abster não é exatamente o que leva o eleitor a votar em branco ou anular o voto” (LIMA JÚNIOR, 1993, p. 101). A análise do autor partiu da desagregação dos componentes da alienação eleitoral, analisando assim separadamente as abstenções, votos nulos e brancos. Perante esse cenário, apresentaram-se as seguintes variáveis previsoras: fatores ecológicos e socioeconômicos de natureza individual.

De acordo com os achados do Lima Junior (1990; 1993), a abstenção está correlacionada positivamente com fatores de natureza ecológica (extensão territorial) e com o grau de urbanização, enquanto os votos em branco e nulo dependem da extensão territorial. De se ressaltar que, diversamente do que ocorre com o absenteísmo, a relação é negativa (quanto maior a extensão territorial, menor a proporção dos votos em branco e nulo).

A tabela 13 apresenta os dados da correlação linear entre as variáveis critério (taxa de abstenção, votos nulos e brancos) e as variáveis preditoras (taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, taxa da população urbana, extensão territorial, intensidade da pobreza, densidade do eleitorado).

Verifica-se na tabela 13 que o indicador taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade está correlacionado de forma positiva com o aumento das abstenções, de forma que o aumento do indicador taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade implica no aumento significativo ($p < 0.01$), de intensidade moderada ($r = 0,52$) das abstenções. O aumento da taxa da população urbana está correlacionado de forma positiva com o aumento das abstenções, isto é, o aumento da taxa da população urbana resulta no

aumento de intensidade fraca ($r = 0,06$) das abstenções. A extensão territorial está correlacionada de forma negativa com as abstenções, na medida em que ocorre um aumento da extensão territorial, implica na redução significativa ($p < 0,05$), porém de intensidade fraca ($r = -0,21$) das abstenções.

Em relação à intensidade da pobreza, mostrou-se uma correlação positiva em relação ao aumento das abstenções, na medida em que o aumento da intensidade de pobreza implica no aumento significativo ($p < 0,01$) de intensidade moderada ($r = 0,52$) das abstenções. A densidade do eleitorado está correlacionada de forma positiva com as abstenções, ou seja, o aumento da densidade do eleitorado resulta no aumento fraco ($r = 0,15$) das abstenções.

Em relação aos votos brancos podemos observar que há uma correlação positiva com o indicador taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, de forma que o aumento do indicador taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade implica no aumento significativo ($P < 0,01$), porém de intensidade fraca ($r = 0,26$). O aumento da taxa da população urbana está correlacionado de forma negativa com os votos brancos, ou seja, o aumento da taxa da população urbana resulta na redução significativa ($P < 0,01$), porém de intensidade fraca ($r = -0,32$). A extensão territorial está correlacionada de forma negativa com os votos brancos, isto é, na medida em que há um aumento da extensão territorial, há uma redução dos votos brancos de intensidade fraca ($r = -0,12$).

Em torno da intensidade da pobreza, há uma correlação positiva com os votos brancos de forma significativa ($P < 0,01$). Na medida em que aumenta a intensidade da pobreza ocorre também um aumento dos votos brancos em uma intensidade fraca ($r = 0,30$). A densidade do eleitorado está correlacionada de forma positiva com os votos brancos, ou seja, o aumento da densidade do eleitorado resulta no aumento fraco ($r = 0,31$) dos votos brancos.

Verifica-se que há uma correlação entre o indicador taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade e o aumento dos votos nulos: o aumento da taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade implica em um fraco ($r = 0,03$) aumento dos votos nulos. Da mesma forma, verificou-se que a taxa da população urbana está correlacionada de forma negativa com os votos nulos, na medida em que o aumento da população urbana gera uma fraca ($r = -0,26$) redução dos votos nulos, porém significativa ($p < 0,01$). A extensão territorial se mostrou correlacionada com a redução dos votos nulos, mesmo que de intensidade fraca ($r = -0,03$).

No caso da intensidade da pobreza, verificou-se que este se mostrou correlacionado com o baixo nível de votos nulos, sendo esta uma correlação fraca ($r = -0,007$). Em relação à

densidade do eleitorado, observa-se que seu aumento está relacionado com o aumento de intensidade fraca ($r = 0,14$) de votos nulos.

Tabela 13: Correlação linear (r) entre taxa de abstenção, votos nulos e brancos e as variáveis preditoras nas eleições presidenciais de 1994 a 2009.

Matriz de Correlação				
Variáveis		% Abstenção	% Votos Brancos	% Votos Nulos
% de Analfabetismo da Pop. de 18 anos ou mais de idade	Pearson	.529	.262	.035
	Sig.	.000	.002	.679
% da População Urbana	Pearson	.066	-.327	-.265
	Sig.	.433	.000	.001
Extensão Territorial	Pearson	-.211	-.122	-.034
	Sig.	.012	.150	.689
Intensidade da Pobreza	Pearson	.528	.303	-.007
	Sig.	.000	.000	.930
Densidade do eleitorado	Pearson	.154	.317	.149
	Sig.	.068	.000	.076

Nota: Correlação significativa ao nível de 0.01 ($p < 0.01$) e 0.05 ($p < 0.05$).

Fonte: Elaboração do autor 2018.

Por um lado, o aumento das abstenções, votos nulos e brancos estão relacionados com a taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade e a densidade do eleitorado. Por outro lado, a redução das abstenções, votos nulos e brancos estão relacionados com a extensão territorial. Porém, variáveis - tais como taxa da população urbana e intensidade da pobreza - estão associadas com o aumento das abstenções e com a redução dos votos nulos. Em relação aos votos brancos, a taxa da população urbana tem um efeito redutivo, ao passo que a intensidade da pobreza tem um efeito aumentativo. Os votos nulos e brancos aproximam-se da abstenção na maioria das variáveis, excetuando a taxa da população urbana e intensidade da pobreza, o que sugere outra leitura para os votos nulos e brancos para melhor percepção.

As constatações por nós levantadas dão conta que a decisão do eleitor comparecer ou não nas urnas, assim como a sua decisão voluntária ou involuntária em votar nulo ou branco, encontra alguma resposta em questões como: taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade; taxa da população urbana; extensão territorial; intensidade da pobreza e densidade do eleitorado. Esses fatores de associação foram também constatados por Lima Júnior (1990, 1993); Costa (2007); Julian Borba (2008); Silva (2013) ao analisar as eleições presidenciais brasileiras, nas quais fatores ecológicos e socioeconômicos estariam

relacionados com a ocorrência da abstenção, e de certa forma com os votos nulos e brancos (apesar destes últimos precisarem de mais aprofundamento).

De um lado, os testes de correlação apontam uma existência ou ausência entre as variáveis critérios e predictoras. Por outro lado, elas nada ilustram sobre a natureza dessa associação, no sentido de esclarecer em que medida as variáveis predictoras influenciam nas variáveis critérios elucidando o real peso de cada uma destas variáveis independentes na variável dependente alienação eleitoral (abstenção, voto nulo e voto branco).

Buscando evidenciar esse fim, utilizou-se a regressão linear múltipla para cada uma das variáveis critérios com objetivo de aprofundar a compreensão da natureza das relações e do impacto que as variáveis predictoras causam nas variáveis critérios. Como visualizamos no teste de correlação, as variáveis taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade; taxa da população urbana; intensidade da pobreza e densidade do eleitorado apresentam certa associação. Por conta disso, estas variáveis serão as componentes do nosso modelo de regressão, buscando medir seu impacto em relação à variável abstenção, votos nulos e brancos. Dessa forma, iremos criar um modelo para cada elemento da alienação eleitoral.

As tabelas 14, 15 e 16 contêm os resultados das regressões para os três modelos individualmente. Em cada uma delas foram encontradas informações básicas que visam testar a adequação do modelo. Elas trazem conjuntamente o coeficiente Beta e B presente em cada uma das variáveis. Dessa forma, podemos identificar quais as variáveis predictoras que mais afetam a variável critério.

O primeiro modelo analisado é o das abstenções. Inicialmente, a correlação havia apontando para ocorrência de uma associação do tipo positiva fraca e moderada com as variáveis predictoras. Este fato se confirma quando da análise do R-quadrado (R^2) do modelo, apesar do modelo explicar apenas 32% das abstenções. Dentre as variáveis independentes, a intensidade da pobreza é a que mais afeta positivamente a ocorrência das abstenções, seguida pela taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade e, por fim, a densidade do eleitorado. A taxa da população urbana impacta negativamente segundo os valores do Beta de cada variável independente.

Tabela 14: Modelo de Regressão para Abstenção

Variáveis Independentes	% Abstenções			
	B*	Beta	Informações do Modelo	
% de Analfabetismo da Pop. de 18 Anos ou mais de idade	0.092**	0.301	R-quadrado	0.326
Intensidade da Pobreza	0.135**	0.324		
Densidade do eleitorado	3.180	0.029		
% da População Urbana	-0.039	-0.135	Sig.	0.000

*Refere-se ao impacto que cada variável preditora tem sobre as dependentes, ou seja, aumentando-se uma unidade na independente, qual será a variação obtida na dependente.

** As respetivas variáveis apresentaram valores significativos.

Fonte: Elaboração do autor 2018.

O resultado da análise múltipla, presente na tabela 14, evidencia existência da influência de fatores socioeconômicos nas abstenções em Moçambique. Entretanto, na medida em que o eleitor supera as barreiras ecológicas ou quando ocorre uma melhoria das condições socioeconômicas, há maior tendência de se engajar na participação política. Essa questão foi também observada por Lima Junior, (1990, 1993); Costa (2007); Borba, (2008); Silva, (2013), ao analisar as eleições presidenciais no Brasil. Esses fatos encontram maior sustentabilidade na medida em que nos aproximamos da teoria sociológica e econômica do voto, segundo as quais o comportamento do eleitor é influenciado pelo contexto onde este se encontra inserido, assim como o custo e benefício do seu voto nas eleições (LAZARFELD, BERELSON & GAUDET, 1948, DOWNS, 1999). Assim sendo, fica evidente que a abstenção eleitoral nas eleições moçambicanas é influenciada por questões de melhoria das condições socioeconômicas do eleitorado e pela barreira ecológica.

Passando para o modelo dos votos brancos, verificou-se que esta variável apresentou uma associação positiva e negativa fraca com as variáveis preditoras. Isso se confirma quando analisados os dados segundo o R-quadrado (R^2) do modelo. Apesar da significância estar assegurada, o modelo explica apenas 36% dos votos brancos nas eleições presidenciais. Dentre as variáveis preditoras, a intensidade da pobreza é a que mais afeta positivamente a ocorrência dos votos brancos, seguida pela densidade do eleitorado e, por fim, pela taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade. A taxa da população urbana impacta negativamente segundo os valores do Beta de cada variável independente.

Tabela 15: Modelo de Regressão para votos brancos

Variáveis Independentes	% Votos Brancos			
	B*	Beta	Informações do Modelo	
% de Analfabetismo da Pop. de 18 Anos ou mais de idade	0.002	0.026	R-quadrado	0.360
Intensidade da Pobreza	0.044**	0.397		
Densidade do eleitorado	7.070**	0.248		
% da População Urbana	-0.035**	-0.471	Sig.	0.000

*Refere-se ao impacto que cada variável preditora tem sobre as dependentes, ou seja, aumentando-se uma unidade na independente, qual será a variação obtida na dependente.

** As respetivas variáveis apresentaram valores significativos.

Fonte: Elaboração do autor 2018.

Na tabela 15, podemos observar como os votos brancos se comportam perante as variáveis independentes. Observa-se que o eleitorado que já ultrapassou a questão ecológica comparece ao pleito, porém opta de forma voluntária ou involuntária por invalidar seu voto. Algumas variáveis ecológicas apresentam um impacto sobre os votos brancos, como podemos observar. Contudo, há de se observar que o fator escolaridade pode ser um dos fatores mais coerentes para compreender esse cenário, visto que a população moçambicana é maioritariamente analfabeta e a maior parte reside em zonas rurais. Alguns estudos em torno dos votos inválidos mostram que isoladamente fatores ecológicos ou socioeconômicos não explicam de forma consistente as taxas de votos brancos, essa questão é referenciada por (NICOLAU, 2004; BORBA, 2008; SILVA, 2014). Desta forma, busca-se perceber questões atitudinais do eleitorado no contexto Moçambicano, visando dar uma melhor resposta para ocorrência dos votos brancos nas eleições presidenciais.

Em relação aos votos nulos, o modelo não se mostrou muito explicativo. Consta-se que o conjunto de variáveis independente consegue explicar apenas 10% da ocorrência dos votos nulos nas eleições presidenciais de acordo com o R-quadrado (R^2). Porém individualmente, as variáveis independentes apresentam comportamentos interessantes, sendo que as variáveis ligadas à intensidade da pobreza e à taxa da população urbana foram as que mais impactam negativamente. As variáveis taxa de analfabetismo da população de 18 anos

ou mais de idade e densidade do eleitorado foram as que mais impactam positivamente nos votos nulos de acordo com os valores do Beta de cada variável independente.

Tabela 16: Modelo de Regressão para os votos nulos

Variáveis Independentes	% Votos Nulos			
	B*	Beta	Informações do Modelo	
% de Analfabetismo da Pop. de 18 Anos ou mais de idade	0.006	0.113	R-quadrado	0.101
Intensidade da Pobreza	-0.002	-0.022		
Densidade do eleitorado	2.674	0.129		
% da População Urbana	-0.016**	-0.294	Sig.	0.005

*Refere-se ao impacto que cada variável preditora tem sobre as dependentes, ou seja, aumentando-se uma unidade na independente, qual será a variação obtida na dependente.

** A respetiva variável apresentou valor significativo.

Fonte: Elaboração do autor 2018.

Na Tabela 16, podemos observar o mesmo padrão de comportamento das variáveis da tabela anterior. Isso demonstra que, apesar de algumas variáveis ecológicas mostrarem correlação, existe um conjunto do eleitorado que ultrapassou a questão ecológica e se faz presente no ato de votar, porém este acaba anulando seu voto. Entretanto, merece ponderação os fatores de ordem ecológica, partindo do pressuposto de que o voto é exercido por meio de uma cédula manual na qual o eleitor tem que preencher ou marcar com uma tinta. Nesse contexto, pode ocorrer uma falta de percepção de como executar esse ato, devido à baixa escolaridade, assim como erro involuntário no preenchimento. Daí que retomamos na ideia já defendida no sentido de incluir outras variáveis que permitam perceber a cognição do eleitor no contexto moçambicano. Estudos já avançados no Brasil sobre essa questão demonstram que questões cognitivas e atitudinais são fundamentais para perceber os votos nulos.

Como podemos observar, alguns fatores são relevantes para explicar a ocorrência da alienação eleitoral (abstenções, votos nulos e brancos) nas eleições presidenciais moçambicanas, como taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade e a densidade do eleitorado. Assim como ilustra a literatura, o comportamento eleitoral do indivíduo é moldado de acordo com o meio em que este se encontra inserido (localização-rural/urbano região) e sua condição socioeconómica (LAZARSELD, BERELSON &

GAUDET, 1948; CONVERSE, 2006; FIGUEIREDO, 1991, 2008; PRZEWORSKI, 1994; LIPSET, 1967).

Para perceber melhor a influência dos fatores socioeconômicos, importa referir que os primeiros escrutínios eleitorais em regimes democráticos tendem a ter uma maior participação devido a sua novidade. Entretanto, à medida que esses processos se tornam rotineiros e a há maior dificuldade de se atender as expectativas dos eleitores, verifica-se uma redução da participação (O'DONNELL & SCHMITTER, 1986). Em resumo, o eleitor racional tende a votar quando seu benefício é maior que o custo da sua ação, assim como também quando obtêm ganhos ao longo dos anos. É a questão da “renda de utilidade”, segundo a qual o eleitor espera que suas expectativas sejam realizadas pelo governo (DOWNS, 1999; KEY, 1966; FIORINA, 1981; CASTRO, 1994).

Podemos sintetizar que as questões levantadas nesse trabalho em torno da taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, da taxa da população urbana, da extensão territorial, da intensidade da pobreza e da densidade do eleitorado oferecem alguma explicação sobre a abstenção, voto nulo e branco nas eleições presidenciais moçambicanas. Estas questões são sustentadas pela literatura brasileira em trabalhos que apontam a ocorrência desses fatores em fenômenos baseados na perspectiva sociológica e econômica do voto.

Sendo que uma das medidas da qualidade da democracia é o nível de participação política de cada sociedade, podemos afirmar que a democracia em Moçambique está cada vez mais fraca. Moçambique enquadra-se no que Puhle (2017) denomina “democracias defeituosas”. Apesar de existir eleições livres com governos eleitos legitimamente, eles não são plenamente democráticos de ponto de vista econômico e social, o que pode colocar em risco o fortalecimento da democracia. Há possibilidade de eclodir, no futuro, conflitos internos entre os partidos políticos, havendo necessidade desta democracia aprimorar principalmente aspectos relacionados com as instituições que regem os processos eleitorais.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando para a literatura que aborda o comportamento eleitoral nas suas variadas perspectivas de análise (sociológica, psicológica e econômica), quer no âmbito internacional bem como nacional, as pesquisas desenvolvidas no contexto moçambicano, permite afirmar que o comportamento do eleitor moçambicano não pode ser compreendido a partir de uma única perspectiva de análise, isoladamente. A heterogeneidade sociocultural e econômica que

fazem parte do contexto moçambicano, deve ser analisada sob diversas perspectivas do comportamento eleitoral, o que permite uma compreensão mais ampla, havendo assim um caráter múltiplo de variáveis explicativas no fenômeno da alienação eleitoral nas eleições presidenciais moçambicanas.

A partir de estudos levado a cabo no Brasil, que enfatizam, que por um lado, questões relacionadas com a barreira ecológica incentivam no aumento da abstenção, ou seja, o eleitorado que ainda não ultrapassou essas barreiras tenderia a não se fazer presente no ato de votação, questões relacionadas com informação, questões técnicas, atributos socioeconômicos também influenciariam na ocorrência da abstenção, por outro lado, os votos inválidos (nulos e brancos), estes obedecem outra lógica, porém além dos atributos socioeconômicos, questões de ordem institucional, cultural e atitudinal do eleitor estariam por detrás da ocorrência desses votos (LIMA JÚNIOR, 1990, 1993; REIS & CASTRO, 1992; NICOLAU, 2002, 2004; COSTA, 2007, BORBA, 2008, SILVA, 2013, 2014).

Procurou-se demonstrar de forma quantitativa, que fatores como taxas de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, taxa da população urbana, extensão territorial, intensidade da pobreza, densidade do eleitorado, poderiam estar por detrás da ocorrência do fenômeno alienação eleitoral nas eleições presidenciais moçambicanas de 1994 a 2009. Entretanto, a literatura sobre comportamento eleitoral moçambicano (64), avança em questões como a desatualização do cadastro eleitoral, pobreza, violência, insatisfação institucional e baixo desempenho do governo na provisão de serviços básicos, compreendendo esses como fatores que influenciam na ocorrência da abstenção, votos nulos e brancos, em uma análise qualitativa (BRITO, 2008b; VICTORINO E SILVA, 2016; TOLLENAERE, 2013; FORQUILHA, 2017).

Este trabalho procurou analisar a alienação eleitoral (abstenções, votos nulos e brancos), nas eleições presidenciais de 1994 a 2009. As principais motivações para realização desta pesquisa, reside primeiramente pelo fato desse fenômeno nunca ter sido discutido em Moçambique desde a democratização, revelando a necessidade de estudos desta temática. Ao olhar para questões numéricas em torno da alienação eleitoral, podemos observar que, após a realização das primeiras eleições presidenciais em 1994, somente em 1999 observou-se um crescimento da alienação eleitoral: de um total de 7.099.105 eleitores aptos a votarem, 2.677.718 se abstiveram, anularam e votaram em branco (40,9%), significando mais que a votação obtida pelo candidato eleito a presidência Joaquim Alberto Chissano.

⁶⁴ Importa referir que estes estudos na sua maioria são qualitativos.

Na eleição de 2004, houve crescimento da alienação eleitoral: dos 10.044.616 eleitores inscritos, 6.722.089 se abstiveram, enquanto que se registrou 130.655 votos nulos e 96.485 brancos. O candidato eleito, Armando Guebuza, obteve 1.975.271 votos, número inferior ao total das abstenções. Nestas eleições a alienação eleitoral superou o somatório de todos os 5 (cinco) candidatos à Presidência da República, que contabilizaram no total 3.095.387 votos. Um total de 66,9% do eleitorado se absteve.

Em 2009, registou-se decréscimo na taxa de alienação eleitoral, especialmente em relação às abstenções, embora esta ainda tenha sido superior à de 1999, atingindo a marca de 55,7% (contra 30,5% daquele ano). O número total de abstenções, votos nulos e brancos atingiu o total de 5.950.231, ao passo que o candidato eleito Armando Guebuza somou 2.929.199 votos. Em resumo, desde as eleições presidenciais de 1999, a taxa de alienação eleitoral superou a votação do primeiro colocado.

Em segundo lugar, como estímulo para realização da pesquisa, constatou-se ao fazer uma revisão da literatura tanto internacional, uma inexistência de estudos e pesquisas sistemáticas sobre alienação eleitoral em Moçambique (em geral, aparece associado a trabalhos que versam sobre o comparecimento eleitoral ou abstenção, ou voltados apenas para voto branco e nulo).

As perspectivas sociológica, psicológica e econômica do voto são ferramentas importantes para compreender a decisão do voto do eleitor nas eleições. O estudo da alienação eleitoral busca nestas três perspectivas ferramentas e metodologias para compreender a tendência da ocorrência da abstenção, votos nulos e brancos nas eleições presidenciais. A partir disso, tomando em conta a capacidade de explicação dos dados da pesquisa colhidos, se selecionou a perspectiva sociológica e econômica como possibilidade para explicar a alienação eleitoral nas eleições presidenciais moçambicanas. Os resultados apontaram que os fatores ecológicos e socioeconômicos influenciam na ocorrência da alienação eleitoral nas eleições presidenciais moçambicanas.

Comparativamente, nas eleições presidenciais moçambicanas, os votos brancos registaram a maior média em 1999 com 28.551, enquanto que os votos nulos tiveram sua maior média em 1994 com 24.805 e as abstenções registaram a maior média em 2004 com 611.099. Por outro lado, em termos regionais, os votos brancos registaram maior média na região norte do país com 1.987, os votos nulos tiveram maior média na região centro com 1.553 e as abstenções registaram a maior média na região centro com 29.903.

Para compreender quais fatores influenciam na ocorrência da alienação eleitoral nas eleições presidenciais moçambicanas, optou-se pela análise isolada de cada componente da alienação eleitoral (abstenção, votos nulos e brancos). Posteriormente, se buscou cruzar os resultados com as variáveis: taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, taxa da população urbana, extensão territorial, intensidade da pobreza, densidade do eleitorado, o que permitiu observar o nível de correlação entre as variáveis e o seu impacto na ocorrência de cada elemento da alienação eleitoral.

Os resultados encontrados corroboram com algumas discussões pertinentes já avançadas pela literatura em torno da alienação eleitoral, principalmente em pesquisas desenvolvidas no Brasil em relação às eleições presidenciais. Isso validou algumas das hipóteses levantadas neste trabalho em torno dos condicionantes da alienação eleitoral nas eleições presidenciais moçambicanas. Porém, surgiu a necessidade de aprofundar o estudo de votos nulos e brancos através de surveys para uma maior compreensão desses dois elementos da alienação eleitoral em Moçambique. Considerando que metade da população moçambicana é analfabeta, os votos nulos podem ser resultado de erro de marcação (com X ou com impressão digital) na cédula eleitoral e voto branco resultado do mal compreensão da essência do processo eleitoral.

Em relação às abstenções e as 5 (cinco) variáveis que operacionalizaram as hipóteses, o resultado do estudo confirmou 4 (quatro) das 5 (cinco) hipóteses levantadas para este elemento da alienação eleitoral (abstenção). Por um lado, questões relacionadas com a taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, taxa da população urbana, intensidade da pobreza, densidade do eleitorado, apresentaram uma associação positiva com aumento das taxas de abstenções nas eleições: quanto maior são estes elementos, maiores são as taxas de abstenção, validando neste caso as nossas hipóteses. Por outro lado, questão como a extensão territorial, apresentaram uma associação negativa com a ocorrência das abstenções, indicando que quanto maior é a extensão territorial, menor são os índices de abstenção, refutando, assim, as nossas hipóteses.

Olhando para os votos brancos em relação às 5 (cinco) variáveis independentes que operacionalizaram as hipóteses, apenas 4 (quatro) variáveis confirmaram as hipóteses levantadas. As variáveis - tais como taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, intensidade da pobreza e densidade do eleitorado - apresentaram uma associação positiva com os votos brancos (isto é, na medida em que essas variáveis aumentam, os votos brancos também aumentam). A extensão territorial, por sua vez, tem uma associação negativa

com os votos brancos, na medida em que aumenta a extensão territorial, os votos brancos apresentam uma redução. Nesse sentido, verificou-se uma validação das hipóteses apresentadas. Já em relação à taxa da população urbana, a nossa hipótese em relação aos votos nulos foi refutada, pois apresentou uma associação negativa.

No entanto, há necessidade de ponderar esses fatores, visto que a literatura aponta que isoladamente eles não são suficientes para explicar a ocorrência da abstenção, voto nulo e votos brancos. Há necessidade de incorporar “surveys” com “n” mais robusto, visando reduzir a limitação de uso de dados agregados que possam induzir a falácia ecológica. Neste contexto, questões atitudinais (satisfação, avaliação do governo, questões partidárias, nível de informação do eleitor) e questões político-conjuntural podem dar mais robustez à análise em torno do comportamento alienado do eleitor.

Uma das medidas da qualidade da democracia se centra no nível de participação política de cada sociedade. Neste caso, a baixa participação política em Moçambique coloca em questão os limites da democracia representativa e a necessidade de repensar a participação política no contexto Moçambicano. De acordo com Puhle (2017), as “democracias defeituosas” são caracterizadas por eleições livres, com governos eleitos legitimamente, mas que não são plenamente democráticas do ponto de vista econômico e social. Isso foi constatado no contexto moçambicano, no qual não há aprofundamento de democracia social através da melhoria da condição de vida da população. A questão da desigualdade social, da pobreza e da exclusão social da maioria da população moçambicana provoca um impacto na participação política.

A questão da baixa participação eleitoral quer em regimes democráticos “defeituosos ou não”, não tem um vínculo estreito com a estabilidade do sistema político. Elevados índices de alienação eleitoral podem levar ao questionamento da legitimidade dos governos, à medida que apenas uma minoria participa nos pleitos eleitorais e outra maioria não se faz presente. Uma baixa participação produz certa desigualdade política quando a população votante é menor que a população que se abstém. De acordo com Costa (2007), há uma relação proporcional entre percentual da abstenção, votos nulos e brancos e o espaço ocupado pelos menos favorecidos do ponto de vista social no campo político.

Por fim, é importante continuar a questionar os motivos que contribuem para que haja um afastamento do eleitorado moçambicano em relação às eleições presidenciais, buscando oferecer melhores respostas e quem sabe possíveis soluções para o sistema político moçambicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRICH, John. H. Rational choice and turnout, **American Journal of Political Science**, vol.37, n.1, 1993.
- ANTUNES, R. J. S. **Identificação partidária e comportamento eleitoral: Fatores estruturais, atitudes e mudanças no sentido do voto**, Tese de doutorado, Universidade de Coimbra, 2008.
- BAERT, Patrick. Alguns limites das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.35, 1997.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth; HOLZHACKER, Denilde Oliveira. Identidade, oposição e pragmatismo: O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. **Opinião Pública**, Campinas, Unicamp/Cesop, v.10, n.2, 2004.
- BENOIT, Kenneth. Models of Electoral System Change, **Electoral Studies**, n.23, v.3, 2004, p.363–89.
- BERELSON, Bernard. R.; LAZARFELD, Paul F.; MCPHEE, William N. **Voting: a Study Opinion Formation in a Presidential Campaign**, Chicago, The University of Chicago Press, 1954.
- BOHN, S. R. Determinantes regionais da abstenção em eleições municipais e engajamento cívico com o poder local. In: BAQUEIRO, M.; CREMONESE, D (orgs.). **Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro**. Ijuí:Unijuí, 2009.
- BORBA, J. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil, **Revista Debates**, v. 2, p. 134-157, 2008.
- BOUDON, Raymond. Ação. In: BOUDON, Raymond (org). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- BRADY, H. E.; VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L. Beyond Ses: A Resource Model of Political Participation, **The American Political Science Review**, Vol. 89, No. 2, 1995, pp. 271-294.
- BRITO, Luís de. O Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique. In: MAZULA, B (org.). **Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo. Maputo, 1995, p.473.
- BRITO, Luís de. **O sistema eleitoral: Uma dimensão crítica da representação política em Moçambique**, IESE, Maputo, 2010

- BRITO, Luís de. **Sobre a barreira dos 5% e do método de conversão dos votos em Mandatos**, EISA Electoral Institute of Southern África, Maputo, 2005.
- BRITO, Luís de. Sobre os Votos Nulos, **Ideias**, Boletim N°8, IESE, Maputo, 2009.
- BRITO, Luís de. Uma nota sobre o recenseamento eleitoral, **Ideias**, Boletim no2, IESE, Maputo, 2008a.
- BRITO, Luís de. Uma Nota Sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique, **Coleção de Discussion Papers do IESE**, No. 4, 2008b.
- BUCHANAN, J. M. and TULLOCK, G. **The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy**, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1962.
- CAHEN, Michel. Dhlakama É Maningue Nice! An Atypical Former Guerrilla in the Mozambican Electoral Campaign, **Transformation**, n.35, 1998, p.1–48.
- CAMPBELL, Angus, et al. **The American voter**, New York: Wiley, 1960.
- CASTRO, Mônica M. M. de. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política**, R. J.: Tese de Doutorado, 1994.
- CHICHAVA, Sérgio. Uma Província ‘Rebelde’. O Significado do Voto Zambeziano a Favor da Renamo. In: BRITO, Luis de; BRANCO, Carlos Castel; CHICHAVA, Sérgio, and FRANCISCO, António (orgs.), **Cidadania e Governação em Moçambique**. Maputo: IESE, 2008a, p.15–48.
- CHICHAVA, Sérgio. Movimento Democrático de Moçambique: Uma Nova Força Política na Democracia Moçambicana, **Cadernos IESE**, No. 2. 2010.
- CONVERSE, P. E. Researching Electoral Politics, **American Political Science Review**, v.100, No. 4, 2006, pp. 605-612.
- CONVERSE, P. E. The Nature of Belief Systems in Mass Publics, In APTER, D. E. (org.), **Ideology and Discontent**. New York: Free Press, 1964
- COSTA, H. de O. **Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)**, Porto Alegre: Sulina. Natal: Ed. UFRN, 2007.
- DIAMOND, L. **Developing Democracy: Toward Consolidation**, Baltimore: John Hopkins University Press, 1999.
- DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia**, São Paulo: Edusp, 1999.
- DOWNS, A. **An Economic Theory of Democracy**, New York: Harper, 1957
- DUCH, R.M., & STEVENSON, R.T. **The Economic Vote: How Political and Economic Institutions Condition Election Results**, New York: Cambridge University Press, 2008.
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

- ELSTER, J. **Nuts and bolts for the social sciences**, Cambridge: Cambridge University, 1992.
- ELSTER, J. Rationality and the Emotions, **the Economic Journal**, 106 (438), 1996, 1386-1397.
- ENZWEILER, Romano José. **Dimensões do Sistema Eleitoral: O Distrital misto no Brasil**, Florianópolis, Conceito Editorial, 2008.
- FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, 2008, p. 432-453.
- FIGUEIREDO, M. Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares, **Opinião Pública**, V.3, n.3, 1995 p.186-196.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria. **A decisão do voto-democracia e racionalidade**, Editora UFMG, 2008.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do Voto: Democracia e Racionalidade**, São Paulo, Editora Sumaré, ANPOCS, 1991.
- FIORINA, M. **Retrospective voting in American national elections**, New Haven: Yale University Press, 1981.
- FORQUILHA, Salvador. Beira-Clivagens Partidárias e abstenção eleitoral, **Relatório de Investigação número 4**, IESE, Maputo, 2017.
- FREIRE, A. MAGALHÃES, P. **Abstenção eleitoral em Portugal**, Lisboa: ICS –Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- FREIRE, A. **Modelos do Comportamento Eleitoral: uma breve introdução crítica**, Lisboa: Celta, 2001.
- GREEN, D.; SHAPIRO, P. **Pathologies of rational choice theory. A critique of application in political science**, New Haven: Yale University Press, 1994.
- HARROP, M. & MILLER, W. L. **Elections and Voters: a comparative introduction**, New York: New Amsterdam Books, 1987.
- IDEA. **Manual sobre avaliação da democracia internacional IDEA, Avaliando a qualidade da democracia: Um guia prático**, Estocolmo – Suíça, 2006.
- JUNIOR, J. P. M. Modelo sociológico de decisão do voto presidencial no Brasil 1994 –2006, **Revista Debates**, Porto Alegre, v.3, n.2, 2009, p. 68-96.
- JUSTEL, Manuel. **La abstención electoral en España, 1977-1993**, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológica/ Siglo Veintiuno de España Editorial,1995.

KADIMA, Denis. Os órgãos de administração eleitoral na região da SADC: identificando lições para iniciativas de reforma eleitoral. In: Observatório Eleitoral, Moçambique (org.), **Eleições Gerais 2004**. Imprensa Universitária, Maputo, 2006.

Key, V.O. **The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting 1936-1960**, Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1966.

KIEWIET, D. Roderick. **Macroeconomics & Micropolitics: the Electoral Effects of Economic Issues**, Chicago, Illinois: University of Chicago Press, 1983.

KINDER, Donald R., ADAMS, Gordon S. & GROKE, Paul W. Economics and Politics in the 1984 American Presidential Election, **American Journal of Political Science**, nº 33, 1989, p.491-515.

KRAMER, G. H. Short-Term Fluctuations in U. S. Voting Behavior, **APSR**. Vol. LXV, nº 1, 1971, pp. 131-143.

LAAKSO, Markku & TAAGEPERA, Rein. “Effective” Number of Parties: A Measure with Application to West Europe, **Comparative Political Studies**, V.12, 1979, p.3-27.

LANE, Jan-Erik; ERSSON, Svante. **Politics and society in Western Europe**, London: Sage, 1999.

LAZARFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The People's Choice: How the Voter Makes up His Mind in a Presidential Election**, New York, Columbia University Press, 1948.

LEWIS-BECK, M.S. **Economics and Elections: The Major Western Democracies**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.

LIMA JÚNIOR, O. B. A alienação eleitoral e seus determinantes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 14 anos 5, 1990. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_06.htm. Acessado em 12/12/2016

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**, São Paulo: Loyola, 1993.

LIPSET, Seymour. **O homem político**, Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1967.

MACUANE, José Jaime. **O semipresidencialismo (?) em Moçambique (1986 a 2008)**, 2009. Disponível em: http://www.academia.edu/4401479/Semi-presidencialismo_em_Mocambique_1986-2008. Acessado em 23/08/2017.

MAIA, Juarez de. O projeto de Educação Cívica no Processo Eleitoral Moçambicano. In: MAZULA, Brazão (org.), **Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento**, Maputo, 1995, p.159.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: O caso brasileiro**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MANNING, Carrie. **The Making of Democrats: Elections and Party Development in Postwar Bosnia, El Salvador, and Mozambique**, New York: Palgrave Macmillan, 2008.

MAZULA, Brazão. As Eleições Moçambicanas: Uma trajetória da Paz e da Democracia. In: MAZULA, Brazão (org.), **Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento**, Maputo, 1995, p.25.

MEZZAROBA, O. **O Partido Político no Brasil: teoria, história, legislação**. Joaçaba: UNOESC, 1995.

MUNDIM, P. S. Cientistas Políticos, Comunicólogos e o Papel da Mídia nas Teorias da Decisão do Voto, **Revista Política Hoje**, Vol 19, n 2, 2010, pp. 338-364.

NEGRETTO, Gabriel L. Choosing How to Choose Presidents: Parties, Military Rulers, and Presidential Elections in Latin America, **The Journal of Politics**, 68 (2), 2006 p.421–33.

NICOLAU, J. **Sistemas Eleitorais**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NICOLAU, Jairo. **A participação eleitoral no Brasil. Working Paper Series, University of Oxford Centre for Brazilian Studies**, 2002. Disponível em: http://www.academia.edu/3589297/A_participa%C3%A7%C3%A3o_eleitoral_no_Brasil_Univeristy_of_Oxford_Centre_for_Brazilian_Studies_working_paper_series_n._26_2002.

Acessado em 11/06/2017

NICOLAU, Jairo. Partidos e Sistemas Partidários: 1985-2009. In: LESSA, Renato (org.), **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**, São Paulo: Barcarolla, 2010. p. 217-240.

NIE, Norman H.; VERBA, Sidney; PETROCIK, John. **The changing American voter. A Twentieth Century Fund Study**, Cambridge: Harvard University Press, 1976.

NORRIS, Pipa. **Electoral engineering: voting rules and political behavior**. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.C. **Transitions from Authoritarian Rule Baltimore**: John Hopkins University Press, 1986.

- PEDERSEN, M. N. Changing patterns of electoral volatility in european party systems, 1948 - 1977: explorations in explanation. In: DAALDER, H (org.). **Western european party systems: continuity and change**, Sage Publications, 1984.
- PEREA, Eva Abduzia. **Indivíduos o sistemas? Las razones de la abstención en Europa Occidental, Madrid**, Centro de Investigaciones Sociológicas/ Siglo XXI, 1999.
- PEREIRA, João C. G., and SHENGA, Carlos. **Strengthening Parliamentary Democracy in SADC Countries Mozambique Country Report**, Pretoria, South Africa: South Africa Institutional Affairs, 2005.
- PRZEWORSKY, Adam. **Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- PUHLE, Hans-Jungen. **Problemas de consolidación democrática y “democracias defectuosa”**. Disponível em: <http://www.top.org.ar/ecgp/FullText/000000/PUHLE%20Hans%20Jurgen%20-%20Problemas%20de%20consolidacion%20democratica.pdf>. Acessado em: 17/12/2017.
- RADMANN, Elis Rejane H. **O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral**. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- RAE, D. **The political consequences of electoral laws, new haven and London**, Yale University Press, 1967.
- REILLY, Benjamin. Post-War Elections: Uncertain Turning Points of Transition. In: ANNA, K. Jarstad and TIMOTHY, D. Sisk (orgs.), **From War to Democracy: Dilemmas of Peace building**, New York: Cambridge University Press, 2008.
- REIS, Fabio W.; CASTRO, Mônica Mata Machado. **Regiões, classe e Ideologia no processo eleitoral brasileiro**, Lua Nova, São Paulo, n.26, 1992.
- RIKER, W. and ORDESHOOK. P. A Theory of the Calculus of Voting, **American Political Science Review**, 62:1, 1968, p.25-42.
- SANCHES, E. **Explaining Party System Institutionalization in Africa: From a Broad Comparison to a Focus on Mozambique and Zambia**, Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa - Instituto de Ciência Sociais, 2014.
- SANTOS, W. G. **Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira**, Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ, São Paulo, 1987.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**, Brasília: UnB, 1982.

- SELL, Carlos E. **Introdução a sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- SILVA, R. Alienação Eleitoral: um estudo comparado das bases sociais e atitudinais, **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. 3, n° 1, 2013, p. 109-133.
- SILVA, R.; GIMENES, E. R.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Votos Brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais, **Teoria & Pesquisa**, 23 (2), 2014, p. 58-75.
- SILVA, Rafael da. **COMPORTAMENTO ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.
- SITOE, Eduardo, Abstenções: “Perspectivas e Desafios para a Consolidação da Democracia”. In: MAZULA, Brazão (org.), **Moçambique: Eleições Gerais 2004, Um olhar do Observatório Eleitoral**, Maputo, 2006, p.156.
- SPIEGEL, Murray R.; STEPHENS, Larry J. **Estatística: Coleção Schaum**. Bookman, 2000.
- TAVARES, José Antônio. **Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas: Teoria, instituições, estratégias**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- TERENCIANO, F. Competição Política e Geografia Eleitoral em Moçambique (1994-2014), UFPA, Dissertação de Mestrado, 2006a.
- TERENCIANO, F; BRAGA, M.S.S.; SOUZA, C.A.S. Processo de Democratização e Competição Política na África dos anos 1990: Os casos de Moçambique e Zambia, **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v.1, n° 2, 2016b.
- TOLLENAERE, Marc de. Sobre resultados eleitorais e dinâmica eleitoral em Sofala, **Ideias**, Boletim N°48, Maputo, 2013.
- TUFTE, E.R. **Political Control of the Economy**, Princeton University Press, Princeton, 1978.
- VICTORINO, A. P; SOUZA, C. A. Pobreza e alienação eleitoral em Moçambique, Pobreza e alienação eleitoral em Moçambique, **Revista Em Tese**, V.13, n° 2, 2016, p.61-82.
- VICTORINO, Acrísio, et al. **Geografia da Alienação Eleitoral em Moçambique**, In: 9º Congresso Latino Americano de Ciência Política. Montevideú, 2017.
- VISSER, M. The psychology of voting action on the psychological origins of electoral research, 1939 –1964, **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 30, 1994, pp. 43-52.
- WARE, A. **Political Parties and Party Systems**, Oxford, Oxford University Press, 1996.

WATTEMBERG, Martin. The decline of party mobilization, In: RUSSEL, Dalton;
WATTENBERG, Martin (orgs.), **Parties without partisans**, Oxford: Oxford University
Press, 2000.

ANEXO

Anexo 1: Lista de Partidos Políticos de Moçambique

1 – Partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) 2 - Resistência Nacional Moçambicana (REMANO) 3 - Frente Democrática Unida (FDU) 4 – Partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM) 5 - Partido para o Progresso do Povo de Moçambique (PPPM) 6- Partido de Unidade Nacional (PUN) 7- Frente Unida de Moçambique/Partido de Convergência Democrática (FUMO/PCD) 8- Movimento Nacionalista Moçambicano/Partido Social Democrata (MONAMO/PSD) 9- Partido da Convenção Nacional (PCN) 10- Aliança Independente de Moçambique (ALIMO) 11- Partido Ecologista de Moçambique (PEMO) 12- Partido de Reconciliação Democrática (PAREDE) 13- Partido Independente de Moçambique (PIMO) 14- Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO) 15- Partido Democrático para a Reconciliação em Moçambique (PAMOMO) 16- Partido do Congresso Democrático (PACODE) 17- Partido Trabalhista (PT) 18- Partido Popular de Moçambique (PPM) 19- Partido Democrático de Moçambique (PADEMO) 20- Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD) 21- Partido Social-Liberal e Democrático (SOL) 22- Partido Democrático para a Libertação de Moçambique (PADELIMO) 23- Partido Nacional Democrático (PANADE) 24- Partido de Ampliação Social de Moçambique (PASOMO) 25- Partido Nacional de Moçambique (PANAMO) 26- Partido Nacional dos Operários e dos Camponeses (PANAOC) 27- Partido Ecologista - Movimento da Terra (PEC e MT) 28- Partido Renovador Democrático (PRD) 29- Congresso dos Democratas Unidos (CDU) 30- União Nacional Moçambicana (UNAMO) 31- Partido Africano Conservador (PAC) 32- Frente Liberal (FL) 33- Partido União para Mudança (UM) 34- Partido Livre Democrático de Moçambique (PLDM) 35- Partido para a Liberdade e Solidariedade (PAZS) 36- Partido de Reconciliação Nacional (PARENA) 37- Partido dos Verdes de Moçambique (PVM) 38- Partido para Todos os Nacionalistas de Moçambicanos (PARTONAMO) 39- Partido Social Democrático de Moçambique (PSDM) 40- Partido da Aliança Democrática e Renovação Social (PADRES) 41- Partido Socialista de Moçambique (PSM) 42- Partido Social Democrata Independente (PASDI) 43- Partido Popular Democrático de Moçambique (PPD) 44- Partido do Progresso Liberal de Moçambique (PPLM) 45- União Moçambicana da Oposição (UMO) 46- Movimento Juvenil para a Restauração da Democracia (MJRD) 47- Frente de Acção Patriótica (FAP) Partido Unido de Moçambique da Liberdade Democrática (PUMILD).

Fonte: Portal do Governo de Moçambique (www.portaldogoverno.gov.mz). Adaptado por Terenciano (2016a).

APÊNDICE

Apêndice 1: Descritivos

Resumo de processamento do caso

	Casos					
	Válido		Ausente		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
Abstenção/Eleitores inscritos	142	77,2%	42	22,8%	184	100,0%
VB/Total dos Votantes	142	77,2%	42	22,8%	184	100,0%
VN/Total dos Votantes	142	77,2%	42	22,8%	184	100,0%
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	142	77,2%	42	22,8%	184	100,0%
% da População Urbana	142	77,2%	42	22,8%	184	100,0%
Extensão Territorial	142	77,2%	42	22,8%	184	100,0%
Intensidade da Pobreza	142	77,2%	42	22,8%	184	100,0%
Densidade do eleitorado	142	77,2%	42	22,8%	184	100,0%

Descritivos

		Estatística	Erro Padrão	
% Abstenção	Média	43,61032	,728417	
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	42,17029	
		Limite superior	45,05035	
	5% da média aparada	44,00479		
	Mediana	44,72821		
	Variância	75,344		
	Desvio Padrão	8,680092		
	Mínimo	14,534		
	Máximo	65,464		
	Intervalo	50,930		
	Intervalo interquartil	11,609		
	Assimetria	-,682	,203	
Curtose	1,025	,404		
% Votos Brancos	Média	5,67901	,187588	
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,30816	
		Limite superior	6,04986	
	5% da média aparada	5,61617		
	Mediana	5,54833		

	Variância		4,997	
	Desvio Padrão		2,235372	
	Mínimo		1,559	
	Máximo		11,767	
	Intervalo		10,208	
	Intervalo interquartil		3,200	
	Assimetria		,399	,203
	Curtose		-,366	,404
% Votos Nulos	Média		4,62902	,136178
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,35980	
		Limite superior	4,89823	
	5% da média aparada		4,53807	
	Mediana		4,48333	
	Variância		2,633	
	Desvio Padrão		1,622745	
	Mínimo		1,721	
	Máximo		12,971	
	Intervalo		11,250	
	Intervalo interquartil		1,994	
	Assimetria		1,299	,203
	Curtose		4,328	,404
	% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	Média		44,508
95% Intervalo de Confiança para Média		Limite inferior	39,772	
		Limite superior	49,245	
5% da média aparada			43,852	
Mediana			37,350	
Variância			815,086	
Desvio Padrão			28,5497	
Mínimo			8,1	
Máximo			95,5	
Intervalo			87,4	
Intervalo interquartil			54,8	
Assimetria			,226	,203
Curtose			-1,586	,404
% da População Urbana		Média		19,931525770075435
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	14,954352836218530	
		Limite superior	24,908698703932340	
	5% da média aparada		16,590584188972710	
	Mediana		6,992377760097817	

	Variância		900,058	
	Desvio Padrão		30,000969124717226	
	Mínimo		,0000000000000000	
	Máximo		100,0000000000000000	
			0	
	Intervalo		100,0000000000000000	
			0	
	Intervalo interquartil		26,7762762404675460	
	Assimetria		1,837	,203
	Curtose		2,348	,404
Extensão Territorial	Média		4631,85908	380,362840
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3879,90781	
		Limite superior	5383,81036	
	5% da média aparada		4206,59998	
	Mediana		4100,50000	
	Variância		20543976,397	
	Desvio Padrão		4532,546348	
	Mínimo		1,151	
	Máximo		18114,000	
	Intervalo		18112,849	
	Intervalo interquartil		6737,750	
	Assimetria		1,072	,203
	Curtose		,856	,404
	Intensidade da Pobreza	Média		37,727605633802824
95% Intervalo de Confiança para Média		Limite inferior	34,342567465555580	
		Limite superior	41,112643802050066	
5% da média aparada			36,795125195618155	
Mediana			34,2100000000000000	
Variância			416,325	
Desvio Padrão			20,404037979222560	
Mínimo			10,0800000000000000	
Máximo			88,8000000000000000	
Intervalo			78,7200000000000000	
Intervalo interquartil			34,3300000000000000	
Assimetria			,484	,203
Curtose			-,881	,404
Densidade do eleitorado		Média		2893,47839230850650
			0	1000

95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	1590,17994748543860	
		0	
	Limite superior	4196,77683713157400	
		0	
5% da média aparada		1482,09748123277090	
		0	
Mediana		14,656704955401512	
Variância		61715302,295	
Desvio Padrão		7855,90875041774600	
		0	
Mínimo		,2959865297559898	
Máximo		41756,0536649214600	
		000	
Intervalo		41755,7576783917100	
		000	
Intervalo interquartil		204,564206951434760	
		0	
Assimetria		3,294	,203
Curtose		11,161	,404

Testes de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	Df	Sig.	Estatística	Df	Sig.
% Abstenção	,076	142	,043	,968	142	,002
% Votos Brancos	,079	142	,032	,979	142	,026
% Votos Nulos	,082	142	,022	,931	142	,000
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	,182	142	,000	,869	142	,000
% da População Urbana	,253	142	,000	,678	142	,000
Extensão Territorial	,153	142	,000	,878	142	,000
Intensidade da Pobreza	,141	142	,000	,929	142	,000
Densidade do eleitorado	,436	142	,000	,427	142	,000

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Apêndice 2: Descrição do Modelo para as Abstenções

Estatísticas descritivas

	Média	Desvio Padrão	N
% Abstenções	43,61032	8,680092	142
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	44,508	28,5497	142
Intensidade da Pobreza	37,727605633802824	20,404037979222560	142
Densidade do eleitorado	2893,478392308506500	7855,908750417745000	142
% da População Urbana	19,931525770075435	30,000969124717250	142

Correlações

	% Abstenções	% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	Intensidad e da Pobreza	Densidade do eleitorado	% da População Urbana
Correlação de Pearson					
% Abstenções	1,000	,529	,528	,154	,066
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	,529	1,000	,809	,237	,307
Intensidade da Pobreza	,528	,809	1,000	,169	,335
Densidade do eleitorado	,154	,237	,169	1,000	,011
% da População Urbana	,066	,307	,335	,011	1,000
Sig. (1 extremidade)					
% Abstenções	.	,000	,000	,034	,216
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	,000	.	,000	,002	,000
Intensidade da Pobreza	,000	,000	.	,022	,000
Densidade do eleitorado	,034	,002	,022	.	,449
% da População Urbana	,216	,000	,000	,449	.
N					
% Abstenções	142	142	142	142	142
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	142	142	142	142	142
Intensidade da Pobreza	142	142	142	142	142
Densidade do eleitorado	142	142	142	142	142
% da População Urbana	142	142	142	142	142

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	% da População Urbana, Densidade do eleitorado, Intensidade da Pobreza, % de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade ^b		Inserir

a. Variável Dependente: % Abstenções

b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Resumo do modelo^b

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	,571 ^a	,326	,306	7,229474	1,420

a. Preditores: (Constante), % da População Urbana, Densidade do eleitorado, Intensidade da Pobreza, % de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade

b. Variável Dependente: % Abstenções

ANOVA^a

Modelo		Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1	Regressão	3463,157	4	865,789	16,565	,000 ^b
	Resíduo	7160,345	137	52,265		
	Total	10623,503	141			

a. Variável Dependente: % Abstenções

b. Preditores: (Constante), % da População Urbana, Densidade do eleitorado, Intensidade da Pobreza, % de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade

Coefficientes^a

Modelo	Coefficientes não padronizados	Coefficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade

	B	Erro Padrão	Beta			Tolerância	VIF
1 (Constante)	35,016	1,281		27,336	,000		
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	,092	,037	,301	2,478	,014	,333	3,005
Intensidade da Pobreza	,138	,051	,324	2,682	,008	,337	2,972
Densidade do eleitorado	3,180E-5	,000	,029	,398	,692	,939	1,065
% da População Urbana	-,039	,022	-,135	-1,808	,073	,881	1,135

a. Variável Dependente: % Abstencões

Diagnóstico de colinearidade^a

Modelo	Dimensão	Autovalor	Índice de condição	Proporções de variância				
				(Constante)	% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	Intensidade da Pobreza	Densidade do eleitorado	% da População Urbana
1	1	3,442	1,000	,02	,01	,01	,02	,03
	2	,836	2,029	,00	,00	,00	,85	,09
	3	,508	2,602	,05	,01	,01	,11	,85
	4	,167	4,544	,82	,17	,04	,02	,02
	5	,047	8,587	,11	,81	,95	,01	,00

a. Variável Dependente: % Abstencões

Diagnóstico entre casos^a

Número do caso	Resíduo Padronizado	Abstencão/Eleitores inscritos	Valor previsto	Resíduo
115	-3,298	14,534	38,37799	-23,843902

a. Variável Dependente: % Abstencões

Estatísticas de resíduos^a

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N

Valor previsto	34,63049	54,18655	43,61032	4,955946	142
Resíduo	-23,843903	18,104361	,000000	7,126190	142
Valor Previsto Padrão	-1,812	2,134	,000	1,000	142
Resíduo Padronizado	-3,298	2,504	,000	,986	142

a. Variável Dependente: % Abstenções

Apêndice 3: Descrição do Modelo de Votos nulos

Estatísticas descritivas

	Média	Desvio Padrão	N
% Votos Nulos	4,62902	1,622745	142
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	44,508	28,5497	142
Intensidade da Pobreza	37,727605633802824	20,404037979222560	142
Densidade do eleitorado	2893,478392308506500	7855,908750417745000	142
% da População Urbana	19,931525770075435	30,000969124717250	142

Correlações

	% Votos Nulos	% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	Intensidade da Pobreza	Densidade do eleitorado	% da População Urbana
Correlação de Pearson					
% Votos Nulos	1,000	,035	-,007	,149	-,265
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	,035	1,000	,809	,237	,307
Intensidade da Pobreza	-,007	,809	1,000	,169	,335
Densidade do eleitorado	,149	,237	,169	1,000	,011
% da População Urbana	-,265	,307	,335	,011	1,000
Sig. (1 extremidade)					
% Votos Nulos	.	,340	,465	,038	,001
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	,340	.	,000	,002	,000
Intensidade da Pobreza	,465	,000	.	,022	,000
Densidade do eleitorado	,038	,002	,022	.	,449
% da População Urbana	,001	,000	,000	,449	.
N					
% Votos Nulos	142	142	142	142	142
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	142	142	142	142	142
Intensidade da Pobreza	142	142	142	142	142
Densidade do eleitorado	142	142	142	142	142

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	% da População Urbana, Densidade do eleitorado, Intensidade da Pobreza, % de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade ^b		Inserir

a. Variável Dependente: % Votos Nulos

b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Resumo do modelo^b

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	,318 ^a	,101	,075	1,560598	1,818

a. Preditores: (Constante), % da População Urbana, Densidade do eleitorado, Intensidade da Pobreza, % de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade

b. Variável Dependente: % Votos Nulos

ANOVA^a

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1	Regressão	37,637	4	9,409	3,863	,005 ^b
	Resíduo	333,659	137	2,435		
	Total	371,295	141			

a. Variável Dependente: % Votos Nulos

b. Preditores: (Constante), % da População Urbana, Densidade do eleitorado, Intensidade da Pobreza, % de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade

Coefficientes^a

Modelo	Coefficients não padronizados		Coefficients padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Padrão	Beta			Tolerância	VIF

1	(Constante)	4,650	,277		16,817	,000		
	% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	,006	,008	,113	,803	,424	,333	3,005
	Intensidade da Pobreza	-,002	,011	-,022	-,159	,874	,337	2,972
	Densidade do eleitorado	2,674E-5	,000	,129	1,549	,124	,939	1,065
	% da População Urbana	-,016	,005	-,294	-3,405	,001	,881	1,135

a. Variável Dependente: % Votos Nulos

Diagnóstico de colinearidade^a

Modelo	Dimensão	Autovalor	Índice de condição	Proporções de variância				
				(Constante)	% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	Intensidade da Pobreza	Densidade do eleitorado	% da População Urbana
1	1	3,442	1,000	,02	,01	,01	,02	,03
	2	,836	2,029	,00	,00	,00	,85	,09
	3	,508	2,602	,05	,01	,01	,11	,85
	4	,167	4,544	,82	,17	,04	,02	,02
	5	,047	8,587	,11	,81	,95	,01	,00

a. Variável Dependente: % Votos Nulos

Diagnóstico entre casos^a

Número do caso	Resíduo Padronizado	VN/Total dos Votantes	Valor previsto	Resíduo
51	5,026	12,971	5,12771	7,843352
97	3,173	9,721	4,76968	4,951362

a. Variável Dependente: % Votos Nulos

Estatísticas de resíduos^a

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N
Valor previsto	3,10823	5,78387	4,62902	,516649	142
Resíduo	-2,845074	7,843352	,000000	1,538302	142
Valor Previsto Padrão	-2,944	2,235	,000	1,000	142
Resíduo Padronizado	-1,823	5,026	,000	,986	142

a. Variável Dependente: % Votos Nulos

Apêndice 4: Descrição do Modelo de Votos brancos

Estatísticas descritivas

	Média	Desvio Padrão	N

% Votos Brancos	5,67901	2,235372	142
% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	44,508	28,5497	142
Intensidade da Pobreza	37,7276056338028	20,4040379792225	142
	24	60	
Densidade do eleitorado	2893,47839230850	7855,90875041774	142
	6500	5000	
% da População Urbana	19,9315257700754	30,0009691247172	142
	35	50	

Correlações

		% Votos Brancos	% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	Intensidade da Pobreza	Densidade do eleitorado	% da População Urbana
Correlação de Pearson	% Votos Brancos	1,000	,262	,303	,317	-,327
	% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	,262	1,000	,809	,237	,307
	Intensidade da Pobreza	,303	,809	1,000	,169	,335
	Densidade do eleitorado	,317	,237	,169	1,000	,011
	% da População Urbana	-,327	,307	,335	,011	1,000
Sig. (1 extremidade)	% Votos Brancos	.	,001	,000	,000	,000
	% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	,001	.	,000	,002	,000
	Intensidade da Pobreza	,000	,000	.	,022	,000
	Densidade do eleitorado	,000	,002	,022	.	,449
	% da População Urbana	,000	,000	,000	,449	.
N	% Votos Brancos	142	142	142	142	142
	% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	142	142	142	142	142
	Intensidade da Pobreza	142	142	142	142	142
	Densidade do eleitorado	142	142	142	142	142
	% da População Urbana	142	142	142	142	142

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
--------	---------------------	---------------------	--------

1	% da População Urbana, Densidade do eleitorado, Intensidade da Pobreza, % de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade ^b		Inserir
---	--	--	---------

a. Variável Dependente: VB/Total dos Votantes

b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Resumo do modelo^b

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	,600 ^a	,360	,341	1,814530	1,289

a. Preditores: (Constante), % da População Urbana, Densidade do eleitorado, Intensidade da Pobreza, % de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade

b. Variável Dependente: % Votos Brancos

ANOVA^a

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1	Regressão	253,486	4	63,372	19,247	,000 ^b
	Resíduo	451,075	137	3,293		
	Total	704,561	141			

a. Variável Dependente: % Votos Brancos

b. Preditores: (Constante), % da População Urbana, Densidade do eleitorado, Intensidade da Pobreza, % de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade

Coefficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Padrão	Beta			Tolerância	VIF
1	(Constante)	4,440	,322	13,811	,000		

% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	,002	,009	,026	,219	,827	,333	3,005
Intensidade da Pobreza	,044	,013	,397	3,372	,001	,337	2,972
Densidade do eleitorado	7,070E-5	,000	,248	3,522	,001	,939	1,065
% da População Urbana	-,035	,005	-,471	-6,461	,000	,881	1,135

a. Variável Dependente: % Votos Brancos

Diagnóstico de colinearidade^a

Modelo	Dimensão	Autovalor	Índice de condição	Proporções de variância				
				(Constante)	% de Analfabetismo da Pop. de 18anos ou mais de idade	Intensidade da Pobreza	Densidade do eleitorado	% da População Urbana
1	1	3,442	1,000	,02	,01	,01	,02	,03
	2	,836	2,029	,00	,00	,00	,85	,09
	3	,508	2,602	,05	,01	,01	,11	,85
	4	,167	4,544	,82	,17	,04	,02	,02
	5	,047	8,587	,11	,81	,95	,01	,00

a. Variável Dependente: % Votos Brancos

Estatísticas de resíduos^a

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N
Valor previsto	1,74112	9,27210	5,67901	1,340811	142
Resíduo	-4,036038	4,301632	,000000	1,788607	142
Valor Previsto Padrão	-2,937	2,680	,000	1,000	142
Resíduo Padronizado	-2,224	2,371	,000	,986	142

a. Variável Dependente: % Votos Brancos